

“MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA DE UMA CIDADE DO PARANÁ: O CASO DE MARINGÁ”

Lauro César Figueiredo

RESUMO

Este estudo *Memória e Experiência de uma cidade do Paraná: o caso de Maringá*, examina o processo de apropriação do espaço urbano da cidade de Maringá no Estado do Paraná. Procura ainda investigar e elaborar algumas hipóteses sobre como esse processo levou à destruição de um tipo de referencial espacial que existia entre os trabalhadores desta urbe e que, em última instância, engendrava uma nova forma de viver a cidade. Como tema central do objeto de estudo, foram eleitas algumas “*representações nostálgicas*”. Os antigos moradores da cidade referem-se aos pontos de encontro da cidade como sendo lugares nostálgicos, ou seja, aquele tempo da juventude [as festas religiosas com suas “quermesses”, as festas cívicas e culturais, o cinema, as praças e os bailes que aconteciam no Aero Clube. Sob o ponto de vista nostálgico, esses espaços são lugares evocados de um tempo impreciso, pessoal e coletivamente vivido. São memórias que, a partir de um lugar, procuram unir o presente ao passado da cidade. São momentos vivenciados e construídos em uma determinada época, os quais pretende-se reconstituí-los através da história de vida desses trabalhadores. A justificativa aqui apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a “memória urbana”. Isso porque a falta de políticas públicas, que deveriam conciliar desenvolvimento e preservação, já foram substituídas por relações íntimas entre governos locais e o capital imobiliário. As memórias voltam-se ao “tempo dos começos”, caracterizando-se as várias dimensões e experiências próprias dos seus modos de vida, como o cultivo dos roçados, hábitos alimentares, os bailes, as festas populares, a convivência entre os vizinhos. São experiências que perpassam o conjunto das relações tanto sociais quanto com a natureza. Este universo lúdico, responsável pelo entrelaçamento de relações individuais e de grupo, de criação de redes de amizade, de solidariedade, de influência e poder constituídas em práticas cotidianas, revelou-se mais amplo e menos óbvio ao nosso olhar, quando relacionado às experiências de vida de antigos moradores.

Palavras-Chave : Cidade. Urbanização. Memória. Sociabilidade. Cultura.

Relações sociais.

ABSTRACT

This study memory e experience of a city of Parana: the city of Maringa, it examines the process of appropriation of the urban space of the city of Maringa in the State of Parana. It still tries to investigate and to elaborate some hypotheses how this process led to the destruction of a type of referential space that existed among the workers of this urbe and that; ultimately, it engendered a new form of living the city. As central theme of the study object, some "nostalgic" representations were chosen. The old residents of the city refer to the points of encounter of the city as being nostalgic places, in other words, that time of the youth, the religious parties with their "charitable fete ", the civic and cultural parties, the movies, the squares and the dances that happened in Aero Club. Under the nostalgic point of view, those spaces are evoked places of an imprecise time, personal and collectively lived. They are memoirs that, starting from a place, they try to unite the present to the past of the city. They are lived moments and built in a certain time, which intends to reconstitute them through the history of those workers' life. The justification here presented is the need to preserve the "urban memory". That because the lack of public politics, that they should reconcile development and preservation, they were already substituted by intimate relationships between local governments and the real estate capital. The memoirs return to the "time of the beginnings ", being characterized the several dimensions and own experiences of their life manners, as the cultivation of that cleared ground, alimentary habits, the dances, the popular parties, the coexistence among the neighbors. They are experiences that pass by the group of the relationships as social as with the nature. The memoirs still identify a time of deforestation, characterized by the destruction of the nature in consequence of the expansion of the coffee culture and of the colonization for the Northwest of Paraná, transforming the landscape of the area and the old workers' culture substantially. This ludic universe, responsible for the interlacement of individual relationships and of a group, of creation of nets of friendship, of solidarity, of influence and power constituted in daily practices, it was revealed wider and less obvious to our glance, when related to the experiences of old residents' life.

Keywords: city. urbanization. memory. sociability. culture. social relationships.

INTRODUÇÃO

Apresentação da Pesquisa - Problemática

A escolha sobre este assunto, “memória urbana e paisagem”, surgiu quando em 1984 tive a oportunidade de acompanhar a primeira etapa do “Projeto Memória”, desenvolvido pela Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Maringá. O projeto tinha como proposta localizar, recolher, selecionar e organizar todo material (oral, escrito e iconográfico), referente ao processo de formação e constituição histórica da cidade de Maringá.

Nessa etapa do projeto naquele trabalho, foram realizadas várias entrevistas com o objetivo de reconstituir o modo de vida urbana que existia entre os antigos trabalhadores da cidade desde a sua chegada. Fazia-se então, o que se chama “histórias de vida”. A partir dessa experiência surge a motivação para essa pesquisa.

Muitos de nós temos, remotas que seja, lembranças de lugares que se tornaram pontos de encontros onde, na juventude faziam parte do nosso dia a dia. Incorporadas na vida de antigos trabalhadores da cidade de Maringá, de forma desinteressada e sorrateira, essas lembranças foram por muito tempo, e ainda o são, um referencial que insiste em se fazer presente. E como que cobrando um “tempo bom” vivido junto a eles, pedem para ser relembradas. Pode parecer romantismo ou saudosismo [ou os dois juntos!] querer reconstituir tais lugares pela emoção. Independente disso, o fato é que esses locais se constituíram em ambientes sociais fundamentais à vida urbana desses moradores nos primeiros anos que ali chegaram.

Não fomos levados pelo espírito nostálgico a debruçar-nos sobre a temática e assim desenvolvê-la. Instigou-nos, sobremaneira, a riqueza de vida que existia nesses espaços quando as vozes do passado se põem a falar.

Este estudo pretende examinar o processo de apropriação do espaço urbano da cidade de Maringá no Estado do Paraná, no período de 1940-1970. Procura ainda investigar e elaborar algumas hipóteses sobre como esse processo levou à destruição de um tipo de referencial espacial que existia entre os

trabalhadores desta urbe e que, em última instância, engendrava uma nova forma de viver a cidade. Como tema central do objeto de estudo, foram eleitas algumas “representações nostálgicas”. Os antigos moradores da cidade referem-se aos pontos de encontro da cidade como sendo lugares nostálgicos, ou seja, aquele tempo da juventude [as festas religiosas com suas “quermesses”, as festas cívicas e culturais, o cinema, as praças e os bailes que aconteciam no Aero Clube. Sob o ponto de vista nostálgico, esses espaços são lugares evocados de um tempo impreciso, pessoal e coletivamente vivido. São memórias que, a partir de um lugar, procuram unir o presente ao passado da cidade (CHACHAM, 1996).

São momentos vivenciados e construídos em uma determinada época, os quais pretende-se reconstituí-los através da história de vida desses trabalhadores. A justificativa aqui apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar a “memória urbana”. Isso porque a falta de políticas públicas, que deveriam conciliar desenvolvimento e preservação, já foram substituídas por relações íntimas entre governos locais e o capital imobiliário.

As memórias voltam-se ao “tempo dos começos”, caracterizando-se as várias dimensões e experiências próprias dos seus modos de vida, como o cultivo dos roçados, hábitos alimentares, os bailes, as festas populares, a convivência entre os vizinhos. São experiências que perpassam o conjunto das relações tanto sociais quanto com a natureza. As memórias identificam ainda um tempo de desmatamento, caracterizado pela destruição da natureza em consequência da expansão da cultura cafeeira e da colonização para o Noroeste paranaense, transformando substancialmente a paisagem da região e a cultura dos antigos trabalhadores.

Este universo lúdico, responsável pelo entrelaçamento de relações individuais e de grupo, de criação de redes de amizade, de solidariedade, de influência e poder constituídas em práticas cotidianas, revelou-se mais amplo e menos óbvio ao nosso olhar, quando relacionado às experiências de vida de antigos moradores. Ocupando outros espaços, além dos privilegiados na pesquisa, esses moradores ampliavam suas formas de lazer e também seu território de identificação individual e cultural.

Serão por meio das práticas e das mais diversas formas de lazer que a cidade proporcionava aos seus moradores, que a sociabilidade, a convivência era possibilitada e adensada também. Dessa forma, dançar nos clubes, participar do *footing* e das festas, ir ao cinema e brincar o carnaval, entre outras, constituíam-se maneiras de conviver com seus iguais e igualmente com o diferente, abrindo condições para ampliar ou solidificar suas redes de relações e até mesmo optar por permanecer fechado em determinado grupo.

Ainda que os clubes, o cinema e a rua tenham se configurado em espaços privilegiados de análise da sociabilidade em Maringá, vários outros lugares como praças, lojas, estação de trem, as chácaras nos arredores da cidade e as próprias casas fizeram parte do território ocupado e pertencido aos trabalhadores em seu cotidiano. Nesse era possível realizar inúmeras atividades que possibilitavam construir e consolidar redes de relações fundamentais por meio das quais as pessoas identificavam-se culturalmente e dessa forma construía sua identidade enquanto indivíduo, como, como esclarece VELOSO (1990:205), quando afirma que *“o ato de pertencer a um espaço não traduz vínculos de propriedade (fundiária) mas sim uma rede de relações. Esta rede é de tal forma interiorizada que acaba fazendo parte da própria identidade do indivíduo”*.

Pertencer a certo espaço, ou “pedaço”, na abordagem de MAGNANI (1998:115), em seu estudo sobre o lazer nos bairros periféricos da cidade de São Paulo, envolve dois elementos básicos: *“um componente de ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais (...) e estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência”*.

Ao analisar o lazer dos moradores de bairros pobres na cidade de São Paulo, o autor observou a necessidade de conhecer o “pedaço” onde ele ocorria, para não cair no risco da superficialidade e das conclusões apressadas e deterministas. Entretanto, para conhecer era preciso entrar e fazer parte dele e isso somente foi possível a partir do momento em que o pesquisador passou a se relacionar com os moradores do bairro, criando assim uma rede de relações, a qual dava a ele o direito de freqüentar o pedaço.

Ainda que haja diferenças de abordagem sobre a noção de espaço por esses dois autores e suas conclusões não converjam para os mesmos pontos, ambos concordam que, para pertencer a um espaço, é preciso estar inserido numa rede de relações.

Se pensarmos que a cidade foi formada, em grande parte por pessoas vindas de fora, migrantes e imigrantes, isto é, pessoas que, além de trabalho e moradia, buscavam também reconstruir uma nova vida na localidade escolhida, a tessitura de uma rede de relações construída nas práticas cotidianas do trabalho, do lazer e de outras dimensões da vida, forjava nelas o sentimento de pertencer aos espaços freqüentados e possibilitava reconhecer as regras de conduta e valores que neles vigoram e dessa forma inserir-se na comunidade e passar a fazer parte dela.

Assim, freqüentar ou participar de instituições formais como a escola, a família, partidos políticos e clubes, entre outras várias que formam uma comunidade, ou de espaços informais como a rua e o cinema e as diversas modalidades de lazer que se expressam neles, incutem valores e regras que norteiam as condutas das pessoas.

O estudo desenvolve uma abordagem filiada às preocupações com a experiência promovida pelo ambiente dessa modernidade, marcada pelo fenômeno da urbanização e surgimento das grandes cidades. Neste sentido, as feições que a cidade moderna expõe, hoje, para os seus observadores orientavam nosso ponto de partida. Entretanto, privilegia-se nesta análise a dimensão assentada na compreensão da cidade como um fenômeno que é percebido por seus habitantes no curso de suas existências.

As discussões avançam no sentido de dar voz àquelas pessoas que viveram a cidade em seus cotidianos. Outras cidades e outras épocas encontradas em lembranças pessoais. A cidade que se quer investigar é aquela presente nas memórias dos seus antigos trabalhadores que caminharam com ela até aqui. Nesta perspectiva, cidade e memória, representações sociais, cultura/modo de vida, valor de uso e valor de troca são conceitos que articulam a construção desse entendimento.

LE GOFF [1990:204] ressalta que o passado sempre fez parte do cotidiano de diversas sociedades contemporâneas. Na Europa, a fé no futuro, apregoada pelo iluminismo, não conseguiu eliminar aquilo que Hegel chamou de “fardo da história”, e que Marx qualificou mais tarde, ao referir-se ao processo histórico francês, de “peso paralisante do passado” [p.220]. Ou seja, o presente se desenrolou e o futuro se construiu a partir de uma sólida base material e espiritual herdada de outros tempos. Em outras palavras, o passado acompanhou passo a passo o processo de desenvolvimento da sociedade; ele sempre fez parte do presente e da idéia de futuro.

Procedimentos Metodológicos

Desde já a fim de sinalizar a tese central desta pesquisa, algumas indagações surgiram: porque problematizar a memória das cidades? Que significados contém os lugares, pessoal e coletivamente vividos pelos moradores? Que tipos de relações e experiências subjetivas desenvolveram nestes lugares? Até que ponto a reconstrução dos lugares podem influenciar na construção de uma identidade pessoal e comunitária? Que dimensão da vida cultural/histórica dos depoentes é possível capturar com as fontes orais?

Surge aqui um outro questionamento que incomoda o pesquisador: como investigar a memória de um grupo que não produziu documentos escritos? Partindo do pressuposto de que indivíduos fizeram história, o desafio está em como reconstruí-la? Se não existe, em certa medida, fontes de pesquisa à disposição do pesquisador, é necessário insistir na possibilidade de reconstrução das experiências históricas dos antigos moradores da cidade e a partir dali questionar as possibilidades de construir as próprias fontes. Alguns autores, entre eles Hobsbawm [1990:9], ajudam a pensar na difícil tarefa de pesquisar grupos que não conquistaram uma posição histórica hegemônica, quando diz:

na maior parte dos casos, o historiador da história feita pelo povo encontra apenas o que procura, não o que já está à sua espera. A maioria das fontes desse tipo de história foi reconhecida como tal

apenas porque alguém fez uma pergunta e, em seguida, garimpu desesperadamente à procura de uma maneira – de qualquer maneira – de respondê-la.

Responder estes questionamentos não é uma tarefa fácil, pois tal processo exige, além dos procedimentos técnicos de entrevistas, depoimentos e transcrição, a incorporação de outros procedimentos teóricos; o que possibilita a produção de fontes de pesquisa que devem ser inseridas num contexto mais amplo de conhecimento histórico. O cruzamento destes com outras fontes de informações escritas é fundamental, não no sentido de confirmar ou não informações, mas enquanto possibilidade de aprofundar o próprio trabalho da memória na reconstrução das experiências [MARCOS, 1999].

Não há dúvida que ao longo da presente pesquisa surgiram novos questionamentos e os pressupostos iniciais foram sendo constantemente reformulados. Mas, o ponto de partida da pesquisa, sua motivação, é sempre a realidade presente, vista concretamente em sua complexidade. As perguntas são sempre renovadas pelas análises e sínteses posteriores.

As questões aqui colocadas são um desafio para o pesquisador, em função da cidade de Maringá contar com apenas 58 anos de história, e que, por ter sido originada a partir de zonas pioneiras o interesse pela preservação da tradição oral e mesmo do acervo documental era pouco.

Segundo MONBEIG [1935:47], o fato fundamental da zona pioneira é descobrir quais são as relações que tornam singular seu sistema social. Encarada sob esse aspecto, pode-se perceber que, independentemente do espaço geográfico, as relações sociais que nela se estabelecem não constituem resultados do seu aparecimento, mas “são as relações sociais necessárias à sua implantação”. O caráter de “novidade”, aí, se refere apenas à ocupação do espaço geográfico e não à estrutura social. Sendo assim, o autor sugere que é preferível utilizar “frente pioneira” com a conotação de mobilidade espacial.

Com a retomada do “Projeto Memória” em 1994, vários documentos orais e escritos; iconográficos e filmes, foram doados pelas famílias de antigos moradores da cidade. Este material encontra-se a disposição na Divisão de

Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Maringá. São documentos que registram a trajetória de vida dos trabalhadores: de um “tempo bem vivido”, mas também de lutas, de miséria e de morte.

A história Oral na Construção das Memórias das Cidades

É sabido que nesse tipo de pesquisa uma certa complexidade se manifesta, no uso de fontes orais. Isso exigiu o desenvolvimento de reflexões quanto à construção das fontes, ao tema escolhido e ainda às discussões teórico-metodológicas e técnicas referentes à história oral. Este processo representou um aprendizado, visto que as pesquisas nas quais havia trabalhado, que utilizavam entrevistas, situavam-se num horizonte teórico que buscava informações *objetivas* nos depoimentos. Progressivamente, as fontes orais foram sendo pensadas não mais enquanto *fornecedoras de informações em si mesmas*, mas como reveladoras de significados. Daí também foi possível repensar o papel e os significados da linguagem, refletir sobre o trabalho da memória, construir uma concepção mais dinâmica e aberta de história e de conhecimento, pensar, enfim, uma *nova* compreensão de cultura (MARCOM, 1999:144).

Utilizando-se das “testemunhas vivas desta história”, pretende-se descrever os espaços de sociabilidade e o modo de vida urbana na cidade de Maringá. Para isso, às lembranças dos idosos será o alicerce da pesquisa.

Acredita-se que mediante o recurso dessa técnica, seja possível “construir” uma imagem da cidade a partir da década de trinta e ainda perceber suas transformações físicas e sócio-culturais desses espaços.

Quando BOSI [1994:48] distingue em sua obra duas formas de memória, destaca a “imagem lembrança”, definindo-a como aquela que trata especificamente da lembrança pura, que emerge da experiência vivida pela pessoa e que caracteriza a lembrança dos velhos no instante em que lhes é cobrada uma recordação.

As lembranças de pessoas idosas reconstituem uma história social bem definida, daqueles que vivenciaram uma estrutura social durante sua vida ativa

[trabalho, de família, intensidade nas atividades sócio-culturais], diferente da situação atual, em que se verifica um novo contexto social e onde seu papel não é mais de agente, participante ativo: “neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar, a de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade” [BOSI, 1994:63]. A memória pessoal é também uma memória familiar e social. E os idosos realizam esta tarefa com precisão. Detêm-se em detalhes, procuram fotografias, jornais antigos, trocam idéias com outros amigos, procuram descrevê-las da melhor maneira possível.

Algumas narrativas colhidas em nível de laboratório¹, as quais foram analisadas, revelaram que, se por um lado esse era um bom caminho, devido à riqueza de informações que proporcionava, por outro, ele comportava alguns problemas como, por exemplo, a profusão de informações trazidas pelos narradores e a dificuldade de finalizar a narrativa. Um primeiro olhar aos relatos revelou também a necessidade de certa direção nos mesmos, a fim de obter respostas para algumas questões que se considera importantes para compor o perfil dos moradores.

Dessa forma, decidiu-se utilizar simultaneamente a técnica da história de vida e a do depoimento na pesquisa propriamente dita. Assim, o morador poderia falar livremente sobre sua vida dando oportunidade de se indagar e voltar às questões e problemas em estudo, sempre que necessário.

A solução adotada parece ter sido realmente a mais adequada. Além das ricas informações propiciadas pela livre narração na história de vida, a possibilidade de pontuar questões através do depoimento auxiliou delimitar os relatos. É claro que essas questões foram pensadas de modo a resolver nosso problema, mas sem se constituir num questionário formal, ou algo semelhante, que viesse a interferir no relato a ponto de descaracterizar o que deveria ser também uma história de vida.

¹ - Essas narrativas estão à disposição no arquivo de História Oral na Divisão de patrimônio histórico da Prefeitura Municipal de Maringá. Este acervo é parte da pesquisa de campo, da primeira etapa, do Projeto Memória, do qual pude participar. No início da introdução deste projeto faço referência ao mesmo.

Histórias de vida e depoimentos pessoais se inserem no quadro mais amplo da “história oral”, do qual fazem parte ainda as entrevistas, as autobiografias e as biografias. Como explica QUEIROZ [1988:19], “trata-se de tipos de documentos próximos uns dos outros, mas que é necessário distinguir, pois cada qual tem sua peculiaridade de coleta e de finalidade”.

A história de vida é definida, pela autora, como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os fatos vividos. Trata-se de uma narrativa linear e individual dos acontecimentos considerados significativos pelo narrador e “através dela se delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar” [p.20].

Quanto ao depoimento, a autora explica que “toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos” [p.21]. É um termo até muito recentemente, mais utilizado pela área jurídica com o sentido de interrogatório, objetivando encontrar a verdade dos fatos. Nas pesquisas científicas, em especial das ciências sociais, o termo assume o sentido de relato de algo que o sujeito verdadeiramente vivenciou ou conheceu e que pode ser cotejado com dados oriundos de outras fontes.

Ao contrário da história de vida, a atitude do pesquisador no depoimento é de clara direção do colóquio. Da “vida” do sujeito só interessam os acontecimentos que venham a se inserir diretamente no trabalho. Se o narrador se afasta em digressões, o pesquisador corta-as para trazê-lo de novo ao foco de interesse e fugir àquilo que lhe parece supérfluo e desnecessário. Isso faz com que os depoimentos possam ser muito curtos.

No caso desta pesquisa, pretende-se utilizar a direção de depoimentos somente quando, ao final do colóquio, a narrativa livre e espontânea não tiver fornecido informações suficientes para que se responda às questões norteadoras da pesquisa.

Os idosos envolvidos nesta pesquisa construíram a cidade da década de 40/50/60/70; trabalharam nela e por ela apropriaram-se dos espaços da cidade; fizeram as suas vidas, sua história e a história da cidade.

Hoje, constituem nossas principais testemunhas vivas desta história. E têm as imagens e acontecimentos muito claros em sua memória. E mesmo não existindo mais, esses espaços ainda são um referencial em suas vidas que insiste em se fazer presente.

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade e na confiança em que os seres da nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados a práxis coletiva como a vizinhança [versus mobilidade], família larga, extensa [versus ilhamento da família restrita], apego a certas coisas, a certos objetos biográficos [versus objetos de consumo]. Eis aí alguns arrimos em que sua memória se apoiava [BOSI, 1994:445].

Busca-se na lembrança dos idosos, o que realmente pulsava na cidade de Maringá, num período pouco longínquo, de 50 anos atrás. Foram selecionados e entrevistados 15 idosos, cujas idades variam entre 65 e 75 anos, que vieram para o Noroeste do Paraná no final da década de 30 e início da década de 40.

São moradores permanentes de Maringá, passaram a maior parte de suas vidas nesta cidade ou proximidades – Sarandi, Paiçandú e Marialva; foram partícipes daqueles pontos de encontros e recordariam destes com maior precisão.

Portanto, será a partir do estudo da cidade no nível local que se possibilita caracterizar as mudanças verificadas por novas ideologias impostas sobre o espaço urbano.

As questões aqui apresentadas demonstram que a pesquisa com fontes orais abrem novas perspectivas de investigação, pois além de criar condições para repensar a construção do conhecimento, coloca em evidência a dimensão política das entrevistas/depoimentos, o trabalho de parceria entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, o papel da memória na reconstrução das experiências, etc. O conhecimento histórico-geográfico torna-se, desse modo, mais dinâmico e humano, aproximando duas dimensões em geral trabalhadas dicotomicamente – a descrição das experiências vivenciadas e os significados atribuídos a elas pelo profissional.

Em relação à transcrição das fitas, a perspectiva seguida foi de não realizá-la de forma literal, porque em determinados momentos percebe-se que tal procedimento dificultava a compreensão da fala. Além disso, como nos afirma PORTELLI (1997:13-49) (...) *todas aquelas transcrições perfeitas, neutras e totalmente objetivas são ilegíveis. Ora, isso nada tem de objetivo, é falso (...)*. No entanto, sempre houve uma preocupação com a preservação e não deturpação do conteúdo.

Os princípios éticos que devem pautar a relação entre entrevistado e entrevistador também são extremamente relevantes, isto é, quando ocorre respeito pessoal e postura durante os contatos mantidos.

No entanto, a relação entre depoente e entrevistador deve ir além de uma conversa baseada na empatia e no respeito mútuo. Como nos coloca PORTELLI (1997), essa relação deve ser de igualdade baseada na diferença, por meio da qual é possível criar um canal de comunicação cujas perguntas e respostas interfiram em ambos, e enseje reflexões e questionamentos. Nesse sentido, a interferência do entrevistador na reconstrução da memória do depoente é uma realidade plausível.

Quando rememoram o passado e suas vivências nos diversos espaços ocupados na cidade, os entrevistados explicitamente faziam-no a partir do presente, sobre o qual também refletiam, seja comparando os dois tempos, seja preconizando um certo futuro.

Em algumas entrevistas, as vozes refaziam uma memória voltada mais para a família, outras, para o trabalho e nas dificuldades do viver cotidiano na pequena cidade, que muito pouco oferecia em termos de infra-estrutura, dando inclusive a impressão de que o lazer não se configurou como um elemento importante de sua vida para ser narrado, sendo o trabalho, a família, os focos de atenção. Assim, tais depoimentos configuraram-se menos expressivos e pobres em relação aos espaços e formas de lazer de antigos trabalhadores, com respostas curtas e sem muito entusiasmo por parte de alguns. Felizmente, outros viveram mais intensamente os espaços públicos, aproveitando-se do que a pequena cidade podia oferecer e assim, contribuíram com elementos importantes,

que possibilitaram uma interpretação mais plausível da sociedade local e suas formas de sociabilidade nas quais se inscreviam as condutas e comportamentos dos maringaenses.

A circulação e a vivência possibilitadas àqueles que freqüentavam os espaços de lazer e os eventos neles ocorridos, devem ser entendidas como praticas sociais, políticas e culturais que faziam parte do cotidiano dos indivíduos em busca da sua inserção na comunidade, do fortalecimento e preservação de relações em todos os setores da vida pessoal, profissional e política.

As lembranças trazidas por meio das entrevistas foram analisadas e confrontadas com outros tipos de fontes utilizadas na tese, como os jornais locais, outros depoimentos gravados sobre a cidade e seus habitantes, e fotografias. Todos eles oferecem um quadro geral da historia da cidade, além de revelar aspectos importantes do cotidiano e dos costumes dos seus habitantes.

Algumas fotos, talvez as mais significativas, foram obtidas com alguns entrevistados e mesmo com outros moradores com os quais tive contato, que após estarem cientes da pesquisa, dispuseram-se a colaborar. Outras entretanto, estão á disposição no acervo da divisão de patrimônio da prefeitura municipal. Finalmente, foi um trabalho de muita pesquisa de campo, dificultado pelo fato de não se pertencer a essa comunidade e a princípio, não fazer parte de uma rede de relações e de proximidade com os maringaenses.

Uma questão de Método

Antes de entrar na discussão sobre as nossas proposições teóricas propriamente dita, cumpre esclarecer um alerta de Gilbert Durand [1991:4] quando nos diz que “uma disciplina estreita não pode senão destapar sobre uma anemia da descoberta”. Frente à complexidade dos objetos de investigação, os pesquisadores conscientizam-se da exigência em tornar as fronteiras das disciplinas tão permeáveis quanto seja possível, permitindo-lhes um circular nos diversos domínios do conhecimento. Assim, o pesquisador deve considerar todos

os documentos legados pelas sociedades: “o documento literário e o documento artístico, especialmente, devem ser integrados em sua explicação, sem que a especificidade desses documentos e dos desígnios humanos de que são produto seja desconhecida” [LE GOFF, 1991:57]. Segundo Durand, nenhum tipo de documento é uma evidência neutra para a reconstrução histórica. É, antes, um signo incluso num contexto espaço-temporal. O processo de conhecimento histórico implica a leitura destes sinais. Consciente de tais postulados, este estudo trabalha com as várias facetas da vida e passeia por vários campos do saber: sociologia, antropologia, filosofia, arquitetura, comunicação, economia... letras e artes, sorvendo elementos às análises histórico-geográficas.

Isto posto, esta pesquisa permeia uma tentativa de integrar contribuições das ciências parcelares que compõem as ciências sociais na abordagem da problemática urbana (LEFEBVRE, 1999:125).

Com o propósito de considerar dimensões diversas da vida humana: política, econômica, social, espacial, histórica e cultural, acredita-se, que cada um dos campos pode contribuir, à sua maneira e de forma mais ou menos acentuada, para as análises concernentes a esta pesquisa.

É através deste tipo de abordagem ampla que se pretende compreender a cidade de Maringá, procurando entender como o espaço é diferencialmente (re) produzido e (re) apropriado ao longo da história.

Procurar-se-á pensar no urbano como um todo, através de um método que busque a aproximação com a totalidade, embora não tenhamos a pretensão de alcançá-la. Na verdade, a busca da totalidade e da compreensão da complexidade dos processos é necessária, é algo que devemos perseguir, porém, nunca chegamos a um entendimento da totalidade dos processos. Assim, o que se pretende não é alcançar a totalidade, isso nem seria possível, mas tentar, pelo menos, derrubar os muros cientificistas/positivistas que permeiam e muitas vezes limitam a pesquisa acadêmica. Nesse sentido, Lefebvre (1975:13-15) afirma que:

... o saber parcelado nunca pode pretender-se total (...) A totalidade constitui um problema, desde o momento em que nem a filosofia, nem as ciências fragmentárias têm acesso a ela (...) Por sorte ou por desgraça, o movimento global dificilmente se decifra, em razão de sua complexidade.

Além do que, “o trato não é sensível, tangível, não se oferece à investigação empírica imediata” (p.141).

Assim, a compreensão do “objeto”, a nosso ver, não pode ficar limitada pelas restrições que muitas vezes as ciências parcelares nos impõem. Daí a intenção de trabalhar o urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada. Ele manifesta sua universalidade (LEFÉBVRE, 1999:57-58).

Além disso, busca-se uma perspectiva que vislumbre tanto um olhar para o objeto “de dentro e de perto” quanto um olhar “de fora e distante”, que contemple o micro e o macro. Em suma, se aposta numa abordagem que seja a mais ampla possível e que desconsidere os muros que impõem separações ao conhecimento.

Seguindo um raciocínio análogo, procura-se também abarcar a maior quantidade possível de tipos diversos de fontes de pesquisa. Na verdade, é específico das ciências sociais necessitar sempre do pesquisador de dados colhidos de fontes as mais variadas, quando quer abordar de forma ampla a realidade que estuda (QUEIROZ, 1988:26). Daí, como se relatou anteriormente, a presença sempre contínua do confronto de documentos escritos (de órgão públicos e de empresas privadas), relatos orais, bibliografias, periódicos, mapas, observações orientadas em campo, etc., durante a pesquisa.

A viabilização dessas reflexões foram divididas em três capítulos:

O primeiro trata do estado da arte da pesquisa, ou melhor, de importantes contribuições teóricas que alicerçam as categorias de análise utilizadas na pesquisa.

O segundo capítulo enfocará nosso objeto de estudo de estudo. Dessa maneira, com o intuito de conhecer Maringá, investigou-se como ponto de partida, sua formação social, política e econômica. Nesse sentido, procura-se estabelecer o processo de urbanização em sua historicidade e dessa forma apontar os problemas e dificuldades de convívio da população frente ao crescimento acelerado, que vem soterrando por vezes a memória da cidade.

No terceiro e último capítulo foi analisado os lugares de sociabilidade como os clubes, o cinema, a rua e os significados de várias festividades de lazeres neles desenvolvidos: o carnaval, os bailes, o footing, os desfiles cívicos, o cinema e os bailes rurais.

Analisando a ocupação dos espaços públicos e as formas de entretenimento dos moradores da cidade foi possível conhecer parte dos seus costumes e valores. Percebeu-se que se por um lado alguns clubes eram espaços de socialização, assim como o cinema ambos eram também lugares que demarcavam as diferenças sociais, igualmente presentes nos carnavais que constituía uma das grandes festas na cidade.

CAPÍTULO 1 - O ESTADO DA ARTE

O quadro conceitual e teórico apresentado a seguir, evidenciará a construção social da realidade, onde o espaço é entendido como o lugar onde as relações sociais se estabelecem estruturadas em escala macro-social. A vida coletiva, partilhada e estruturada como um todo, integra elementos físicos, sociais e elementos subjetivos, emocionais e estéticos. Entende-se que a base material, arquitetural, urbanística e subjetiva, orienta as práticas a partir das representações sociais presentes nos diferentes grupos sociais. Ou seja, a situação coletiva de pertencer a um determinado grupo se exprime e se estabelecem nos diferentes modos de uso e apropriação do espaço e remete a uma idéia de identidade social. Acredita-se que a correspondência entre a memória urbana e a história de vida de antigos moradores das grandes cidades constitui-se em um dos melhores exemplos de construção de relações sociais cotidianas.

Desde meados do século XIX, literatos, filósofos, cientistas sociais, mostraram-se interessados pelo tema da experiência de vida urbana nas grandes cidades, principalmente no ambiente europeu. No Brasil, também, várias discussões foram produzidas acerca da constituição das cidades como expressão de uma sociedade moderna, uma sociedade urbanizada, especialmente referidas ao período inicial do século XX.

A revalorização atual do passado tem gerado uma constante demanda pela memória dos lugares, em especial pela memória das cidades. Reconstruir essa memória não tem sido uma tarefa fácil, e os resultados obtidos nem sempre têm correspondido às expectativas.

Nesse sentido, sem ter a presunção de estar formulando questões inovadoras ou de esgotar o assunto, ao contrário, acredita-se estar adentrando num campo pouco explorado pela pesquisa histórico/geográfica. O levantamento bibliográfico realizado sinalizou que, se o interesse de pesquisadores por fontes orais é algo relativamente recente, os estudos que analisam a problemática das cidades, a partir da produção social do espaço na perspectiva do pensamento de Henri Lefebvre não habitam com frequência as bibliotecas nem as livrarias. Por

isso, uma reflexão crítica dos trabalhos desse autor ganha destaque nessa análise. Outras abordagens serão aqui analisadas na compreensão da organização sócio-espacial.

A abordagem de Lefebvre eleva o elemento espaço a um foco principal de análise junto com as atividades da economia e do Estado. Trata-se de um pensamento que se formula num alto grau de abstração teórica, funda entendimento, conduz mais à reflexão do que a instrumentalização. Seu raciocínio dirige-se ao movimento no sentido do devir. O devir é o outro de uma oposição que está destinada a resolver-se num terceiro termo sempre em presença. Como o conceito na sua universalidade é a ferramenta [instrumento] do pensamento teórico, Lefebvre opera utilizando-se de um conceito, o conceito de produção e de produção do espaço.

Segundo esse autor, não existe nada na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. Vale para a natureza mesma, tal como ela se apresenta à vida social, aos órgãos dos sentidos, quando já modificada, logo produzida. Originalmente a natureza se apresenta como um vasto terreno de nascimentos... Cabe reter isto: quem diz natureza, diz espontaneidade. Mas trata-se agora de produção, de intenção. A artificialidade do mundo cresce.

Por isso se compreenderá que os produtos são, ao mesmo tempo, criação e médio - mediação de uma relação primordial sobre a qual se fundam as separações originárias inicialmente: homem – natureza -obras; depois: natureza - sociedade produtos/obras.

Para ele, o espaço é ao mesmo tempo analisador, revelador desta contemporaneidade. Abre-se assim o pensamento para a formulação de uma teoria unitária do espaço que sintetiza o natural [quadro físico], o mental [os espaços de representação e ou representações do espaço] e o social, com a prática correspondente, vista já, como prática espacial. Formula-se assim, o conceito de espaço social. Para operar com ele é preciso ir discernindo três níveis do real: o percebido, o vivido e o concebido, em cuja assincronia se apreciariam confrontos e conflitos, o movimento do devir (LEFÉBVRE: 1991.a).

Enfaticamente nos propõe a rigor, que a problemática do espaço, envolvendo o urbano e o cotidiano [consumo programado], desloca a problemática da industrialização entendida como parte de relações sociais de produção pré-existentes, o problema novo é agora o da reprodução das relações sociais. No espaço, estas questões se traduzem na constatação de que a industrialização ia redefinindo espaços, na medida em que, circunscrevia o tempo como tempo de trabalho, e, subvertia as relações pré-existentes, realizando-se no espaço. Mas as premissas do seu desenvolvimento também foram sendo alteradas, principalmente porque tanto quanto o tempo, o espaço entrou nos circuitos de valorização. Entrou como lugar, como natureza transformada, de sorte que começa a emergir uma problemática própria do espaço (LEFÉBVRE:1991.a). Vislumbra uma ciência do espaço que parece muito próxima, mas que, não obstante, não se realiza porque o conhecimento do espaço produzido oscila entre a descrição e a fragmentação. Mas se a hipótese sobre a ciência do espaço se confirmasse, este conhecimento reagiria sobre a história e sobre o conhecimento do tempo. Permitiria melhor compreender como as sociedades engendram seu espaço e seu tempo sociais, isto é, seus espaços de representação e suas representações do espaço.

É preciso recuperar o caminho do método para vislumbrar uma abordagem do espaço que tenha sentido, pois pensar o espaço neutro, objetivo, enfim, como um continente para o qual se atribui conteúdo é um engano. Então, compreender a problemática do espaço implica compreendê-la criticamente. Isto implica, essencialmente, em relacionar o vivido, o percebido e o concebido. Uma crítica do espaço deveria modificar muito o espaço de representação dos habitantes, poderia fazer parte integrante da prática social. Mas como não existe tal crítica, o usuário do espaço, o habitante ou morador tende a fazer abstração da sua própria prática com e no espaço. Vive e convive com a fetichização do espaço. Disto decorre que a apropriação dos múltiplos sentidos, circunstâncias e conexões que implicam o espaço é limitada, porque o espaço é quase uma abstração. Mas o espaço é a morfologia social, no vivido está a forma, intimamente ligada às funções e estruturas. Nas circunstâncias em que as práticas

espaciais são concebidas pelos moradores do espaço, podem desfazer-se os fetiches, as ilusões.

1.1 A Reprodução da Sociedade como Reprodução Espacial

Como o processo da produção da vida se dá pelos modos de apropriação do espaço, para o uso, parte-se da premissa que, no caso da cidade de Maringá, ocorre uma profunda e rápida transformação no espaço urbano, passível de ser apreendido no plano da morfologia, que aponta mudanças nas formas de vida, porque normatiza/impede o uso do lugar – baseada na redefinição da propriedade privada do solo urbano.

A construção da cidade de Maringá, no seu ritmo desenfreado (o desejo de torná-la metrópole), torna visíveis os usos e as formas de apropriação do espaço, que se associa diretamente pra uma hierarquização sócio-espacial. Em uma cidade superedificada como Maringá, onde o ritmo do que se chama “progresso” destrói constantemente antigos espaços pelo ato incessante de construção de novas formas. Esse movimento provoca o desaparecimento das marcas e referenciais do passado histórico, presente nas construções, nas fachadas, nas ruas e praças, transformando toda paisagem urbana. Aqui as transformações do espaço vividas pela destruição da memória social, dão-se em virtude da liquidação dos referenciais individuais e coletivos, produzindo a fragmentação da identidade, a perda da memória social, pois os elementos conhecidos e reconhecidos impressos na paisagem da cidade se esfumam. “No espetáculo da multidão o indivíduo se perde e, para ele, a cidade se torna ora passagem ora vitrine” (OLGÁRIA MATOS, 1998:16).

Lugar de expressão dos conflitos, afrontamentos-confrontações; lugar do desejo ou onde os desejos se manifestam, na cidade se circunscrevem as ações e atos do sujeito; aí se encontram os vestígios do que podemos chamar “harmonia dissonante”, que permite recuperar a memória que marca a identidade da vida metropolitana, por meio das marcas da história de tempos distantes impressas no presente. É nessa “harmonia dissonante” de vestígios de tempos históricos diferenciais que o indivíduo se acha ou se perde, pois o espaço é o ponto de

convergência entre passado e o presente. É também o lugar da manifestação do individual e da experiência socializante, produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade. Reproduz-se na contradição entre a eliminação substancial e manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida.

Encontra-se no lugar as mesmas determinações da totalidade, sem, com isso, eliminar as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, expressando sua função social, determinando os ritmos da vida, os modos de apropriação, seus projetos e desejos. O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta, que a análise, aos poucos, vai revelando. Assim à medida que a cidade de Maringá se transforma, o processo se faz modificando e transformando a configuração e a morfologia espacial, e, com isso, o sentido dos lugares e os modos de uso, revelando nova relação espaço-tempo. Nossa discussão se apóia na idéia de que o lugar tem uma dimensão explicativa e permite entender como se realiza, hoje, o processo de reprodução da sociedade, vista a partir da reprodução espacial de um fragmento da cidade, vista a partir da reprodução espacial da cidade de Maringá. Isto porque o lugar aparece como condição de realização da vida cotidiana, o que envolve uma articulação espaço-tempo pelos usos do lugar, em determinado momento histórico.

Dentro dessa perspectiva as relações sociais se realizam e produzem, em sua prática, o espaço da vida. É assim que se coloca, a nosso ver, a questão da prática sócio-espacial e da produção social do espaço, produzindo-o, constantemente, em seus limites e possibilidades.

A análise aqui se baseia no fato de que as relações sociais têm sua realização ligada à necessidade de um espaço onde ganha concretude a casa como universo do homem privado; a rua como acessibilidade possível aos espaços públicos, lugar dos encontros, dos percursos, bem como as possibilidades de múltiplas trocas (o comércio local ganha significado especial); os lugares de trabalho, os pontos de lazer, etc., lugares onde se realiza a vida humana em determinado tempo.

È nesse nível que espaço e tempo se articulam de modo indissociável como prática sócio-espacial. Essa é a implicação mais profunda da análise da produção em seu sentido lato (a realização da vida como produção/apropriação dos lugares).

Assim, as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais e acidentais da vida cotidiana. Revela-se como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é com todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido. Isso significa que o uso do espaço envolve indivíduo e seus sentidos, seu corpo; é por ele que marca sua presença, é por ele que constrói e se apropria do espaço e do mundo no plano do lugar, no modo como usa o espaço e emprega o tempo da vida cotidiana.

A nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos por meio do corpo – ele nos dá acesso ao mundo, é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda a cultura (CANNEVACCI, 1993:129). Portanto, um modo de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do espaço, da relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência, de identificação com a projeção sobre o outro. Nessa direção a prática sócio-espacial tomada globalmente supõe o uso do corpo, o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais, gestos do trabalho e das atividades fora do trabalho, porque o próprio corpo aparece como elemento espacial.

O lugar é, assim, a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da pequena escala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que aparecem constantemente, aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade. A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir as compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso

reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante e habitante-lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição da vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites). Trata-se, portanto, de um espaço palpável, real e concreto – a extensão exterior, o que é exterior a nós, e ao mesmo tempo interior. São as relações que criam o sentido dos “lugares” em Maringá. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uso. É assim que os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de trabalho, de comunicação, ordenados segundo as propriedades do tempo vivido.

Assim, no uso do espaço, é possível apreender o imprevisto, a improvisação, o espontâneo, que criam os pontos de referência da cidade, onde a multidão improvisa a festa, a reunião, superpondo-se á rotina no igual e no repetitivo. Dessa feita as ruas, praças e avenidas, com suas marcas particulares e identificadoras, marcam o convívio e apresentam modos diferenciados de apropriação. As ruas podem ser um elemento importante a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos confrontos, conflitos e dissonâncias. No panorama das ruas lê-se a vida cotidiana – seu ritmo, suas contradições, sentimentos de estranhamento como formas de alienação, formas como se trocam mercadorias, modo como a solidão desponta, a arte da sobrevivência, suas delimitações. Mas, ao lado dos espaços públicos, há, na metrópole, os espaços comerciais, galerias, shopping-centers, por exemplo, onde os encontros, organizados e normatizados, são locais de exclusão. Tem horário de funcionamento, abrem e fecham, são vigiados, não são acessíveis a qualquer hora ou dia, nem a “qualquer um”, contém códigos e normas de uso (muitos deles são espaços abertos a encontros organizado em torno de signos, como aquele do ritual da mercadoria, onde o habitante se transforma, potencialmente, em consumidor). Isso ocorre porque o tempo tende a se restringir ao universo do trabalho produtivo, desaparecendo no espaço, inscrevendo-se apenas como

quantitativo; o único tempo que se impõe é o do trabalho, o que significa que o uso se restringirá, marcado pelos ritmos da vida urbana. Nesse, contexto esses espaços se tornam o domínio por excelência de relações sociais entre estranhos, locos de sociabilidades polidas, frias e distantes. Portanto, o uso refere-se também às maneiras de freqüentar determinado lugar, e permite desvendar a relação espaço-indivíduo no mundo moderno, onde os referenciais vindos de um passado distante tendem a desaparecer.

1.2 Cidade e Memória

A valorização atual do passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja essa valorização que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado.

MILTON SANTOS [1994.a:36], afirmou que o lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Por essa razão, o que interessa neste estudo não é discutir a memória individual, por definição subjetiva e única, mas a memória compartilhada, a memória solidária. A memória de um lugar, de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva.

Isto não quer dizer que a memória individual não contribui para a recuperação da memória das cidades. Ao contrário, a partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância dessa reconstrução para a identidade de um lugar é inquestionável, e é por isso que a “história oral” e as “memórias de velhos” vem se difundindo bastante no Brasil [BOSI, 1994; MORI, 1988, COSTA, 1993; MARCOM, 1999 entre outros]. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar

a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. É uma pena que essas técnicas de reconstrução da memória individual só agora tenham se popularizado. Quantas memórias de pessoas, que viveram importantes acontecimentos de uma cidade, se perderam no tempo!

Pioneiro no entendimento da memória como fenômeno social, HALBWACHS [1990], é um dos primeiros sociólogos a se preocupar com o problema da memória coletiva. Para ele, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, variando de acordo com o lugar que é ocupado; este lugar, por sua vez, transforma-se em função das relações estabelecidas com outros meios sociais. O autor enfatizou a inseparabilidade do tempo e do espaço na memória. E acrescenta, que o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço. No caso de uma memória coletiva, entretanto, a resistência desse espaço não é a mesma da memória individual.

Sabe-se que a memória tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais, e são eles que permitem que, além da memória individual, que é por definição única, se tenha também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva. Esta memória não é a agregação pura e simples de memórias subjetivas. Para Halbwachs, a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. A memória coletiva evolui de acordo com suas próprias leis. Daí, “se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais [aquele da] consciência pessoal” [HALBWACHS, 1990:53-54].

Os ensinamentos desse autor são importantes para a discussão da memória das cidades, da memória dos lugares. Primeiramente, porque enfatizam a exigência de objetividade das memórias compartilhadas. “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, diz ele [HALBWACHS, 1990:143]. Em segundo lugar, porque apontam para o dinamismo das memórias coletivas, que estão sempre se transformando. Em terceiro, porque dão destaque aos momentos de ruptura, isto é, àqueles períodos de “quebra de tradição”, que

são às vezes bastante curtos, mas que tem o poder de redefinir todo o quadro social das memórias de uma coletividade.

Entende-se, portanto, que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são, ao mesmo tempo, desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas [regional, nacional, global] da ação humana. O mesmo ocorre com a memória de um determinado lugar, com a memória das cidades. Isto não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização.

Sem ter a pretensão de recuperar o passado tal qual como ele aconteceu, o que seria um objetivo impossível de alcançar, consegue-se com esse esforço adquirir as ferramentas necessárias para que se possa analisar os processos e normas sociais atuantes, detectar as contradições presentes, enfim, contextualizar as formas produzidas pela sociedade e a relação que elas tiveram com os processos que lhe deram origem. A intenção é pontuar e acrescentar algumas aproximações sucessivas, nunca acabadas, nem completas, sobre como a teia da história, memórias e vivências pessoais coletivas maringaenses inserem-se no processo de apropriação do espaço urbano da cidade.

Dentre as contribuições que abordam essa discussão, merece destaque à da psicologia histórico cultural, que analisa alguns de seus pressupostos sobre a emergência do humano e a noção de memória. Estudos realizados nessa perspectiva, em especial, os de Vygotsky, marcaram o nosso olhar para o desenvolvimento do homem nas formas sociais de vida. Tais estudos ancoram-se no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels, que configuram o homem com um ser histórico, que se produz na sua relação com os outros homens, com a natureza, no processo de trabalho, e a consciência como determinada pelo modo de produção material, elaborada no movimento dialético de apropriação dos produtos do ambiente social e cultural (MARX e ENGELS, 1982).

O termo memória que, aliás, vem sendo empregado de forma equivocada nos meios técnicos ou na linguagem cotidiana, pois o que se quer denotar, ao utilizá-lo, é a memória das cidades, enfatiza uma de suas dimensões descrita anteriormente: A memória de um lugar, de uma cidade é, portanto, uma memória coletiva.

O que é, entretanto, a memória coletiva? Para o sociólogo francês HALBWACHS [1990], ela é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Halbwachs não cansa de enfatizar o caráter familiar, grupal e social da memória. Sem negar importância à memória individual, para ele a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual ele faz parte àquele mesmo espaço: um espaço em que se habitou, um espaço em que se trabalhou, um espaço em que se viveu. Um espaço, enfim, que foi compartilhado por uma coletividade durante um certo tempo, seja ele a residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho.

Esse mesmo autor acrescenta que, a memória coletiva é também uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo. Assim, o presente não se opõe ao passado, o que não quer dizer que tudo o que ocorreu no passado seja preservado. A memória compartilhada, por definição, ultrapassa sempre os limites do presente, mas não consegue mergulhar infinitamente no passado. Ela estende-se até onde pode.

Acrescente-se ainda que a memória pode ser definida como um hábito, ou seja, como um mecanismo motor e cultural, cotidianamente presente na vida de indivíduos e grupos. Ela é depositária dos valores culturais estruturantes das práticas sociais necessárias ao convívio em grupo, da qual não se pode falar de forma isolada ou descontextualizada, mas sempre em termos de “quadros sociais da memória” [HALBWACHS, 1990:53], referentes às classes sociais, grupos de socialização, trabalho etc. Inscrita na cultura e produtora de processos culturais, a memória é uma espécie de reservatório que aglutina os processos de identidade e identificação. Entendida como trabalho de reconstrução do passado, de

ressignificação do presente e antecipação do futuro, a memória consolida-se como “um trabalho sobre o tempo e no tempo” [LE GOFF, 1984].

Em LE GOFF [1984], o exercício da memória é, pois o exercício da lembrança, que, por sua vez, é o exercício do pensamento simbólico – característica fundamental do homem. São, portanto, processos e práticas culturais. O autor argumenta que, ao se recolher fragmentos essenciais para a reconstrução e a manutenção presente e futura da identidade de um povo, lembrança e memória agem, contudo, diferentemente. A lembrança é a sobrevivência do passado, que emerge à consciência na forma de imagens – lembranças. A sua forma pura estaria, como afirma BERGSON [1983], nos sonhos, e a sua forma “impura” em nossas máquinas fotográficas e câmeras de vídeos portáteis. São acontecimentos isolados, que promovem a “ressurreição” do passado, do acontecido, caracterizando-se pela sua singularidade evocativa.

ELIADE [1983], destaca que a mais abjeta “nostalgia” esconde a nostalgia do paraíso. As imagens liberadas invocam a nostalgia de um passado mitificado, transformado em arquétipo, que esse passado contém, além da saudade de um tempo que acabou, mil outros sentidos: ele expressa tudo que poderia ter sido, mas não foi, a tristeza de toda existência que só existe quando cessa de ser outra coisa, o pesar de não viver na paisagem e no tempo evocados.

O que importa nas imagens da “nostalgia do paraíso” é que elas expressam sempre muito mais do que a pessoa que as sente poderia fazê-lo por meio da palavra. As nostalgias são, às vezes, repletas de significações que envolvem a própria situação do homem: elas se impõem tanto ao filósofo quanto ao teólogo.

Sem memória, o presente de uma cultura perde as referências ideológicas, econômicas e culturais que a originaram. Reside aqui sua dimensão política. Como elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencedores e dos vencidos, dos colonizadores e dos colonizados, a memória constitui um sistema seletivo e referencial, que irá localizar no presente os códigos e experiências culturais. A memória individual ou coletiva é, pois um sistema onde se cruzam estruturas

culturais, políticas e econômicas enquanto códigos de representação. As representações do passado e do presente e as idealizações do futuro também convivem na memória, conferindo ao indivíduo identidade cultural e grupal.

O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou da paisagem urbana anterior é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. Mesmo cidades novas, como Maringá, por exemplo, já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história. E naquelas em que a destruição da herança urbana foi devastadora, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou. Essas tentativas nem sempre têm sido bem-sucedidas. O desejo de tombar toda a edificação que possa ser identificada como memória urbana raramente tem sido acompanhado pela adoção de medidas que incentivem proprietários e inquilinos a preservar os imóveis tombados, fato que tem levado, muitas vezes, ao tombamento *ipsis litteris* da edificação que se queria proteger [SANTOS, 1986].

Fala-se hoje muito em “memória urbana”, mas o que se quer denotar com esse termo é, invariavelmente, o passado de uma determinada cidade. Seria mais correto, neste sentido, falar de “memória da cidade”, mas isto também seria enganoso, pois a cidade não pode lembrar-se de nada. Quem lembra são as pessoas que nela vivem ou viveram. Ademais, como alertou Pierre Nora, tudo que o que hoje chamamos de memória já é história, pois a necessidade de memória, é na realidade, uma necessidade de história [NORA, 1984: xxv].

Apesar dessas imprecisões, a verdade é que os termos “memória urbana” e “memória da cidade”, vingaram, e dizem respeito, não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade.

Ainda que imprecisos, adotar-se-á também esses termos aqui. Distingue-se, entretanto, entre a *memória urbana*, que trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano *per se*, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico, e a *memória da cidade*, que referencia

obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar.

Nessa direção LEFEBVRE [1991:49], adverte sobre a distinção entre a história urbana e a história da cidade. Segundo ele, não se deve confundir o urbano com a cidade. O urbano teria como referencial a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, ou seja, seria o abstrato, o geral, o externo. A cidade diria respeito à realidade presente, imediata, ao concreto, arquitetônico, ao interno.

Em outras palavras, a história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo geral. Seria, portanto a história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história, enfim, da socialização na[s] cidade[s]. A história da cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializaram de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. Segundo o mesmo autor, o conjunto dessas duas histórias daria então “a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias”.

A história de um determinado lugar é, portanto uma história de movimentos. É a história do seu espaço e das suas paisagens. Contextualizar o urbano onde será realizada a pesquisa exige não apenas uma descrição da paisagem, embora necessária, mas, acima de tudo, pensar o espaço no contexto das transformações decorrentes da intervenção de distintos sujeitos sociais. Daí a necessidade de pensar os sujeitos nas condições e situações sociais e históricas específicas, como ser social cuja humanidade foi produzida ao longo da história, e que realiza no processo de reprodução da vida. Desse modo, o espaço não existe e nem pode ser pensado em si mesmo. Ele é produzido e transformado pelo trabalho dos distintos grupos sociais e por isso é histórico e social.

1.3 Memória e Cidade como Valor de Uso

Certamente que o interesse mais específico desses conceitos nessa tese é o de investigar a relação entre o espaço enquanto valor de troca e a pouca importância atribuída nesta lógica à memória urbana, ou seja, a lógica capitalista pressionando e transformando a cidade em mercadoria, sobrepondo-a ao valor de troca.

Segundo LEFEBVRE [1991.a:4], a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Para ele a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas, das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa [que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro].

Os estudos de PIMENTA [1998] “Projeto Patrimônio Vivo: Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis” esclarece essa situação quando destaca a importância da memória como fator de consolidação de uma identidade da população com o ambiente construído, o que seria um primeiro passo para tomada de consciência; e quando denuncia a ação do capital imobiliário agindo sobre a paisagem central de Florianópolis. Com base nesses estudos algumas questões foram traçadas com o intuito de apreender de que forma isso ocorre em outras cidades, ou seja, a troca de valores entre alienação e identidade coletiva.

Vítimas da lógica capitalista de apropriação espacial, as cidades modernas, em diferentes graus, sofrem rápidas e constantes transformações na paisagem, na cultura e principalmente no modo de vida de seus habitantes. Em Maringá, a ausência de frações de capital que se diferenciam do setor imobiliário reafirma, certamente, esta tendência de trato do espaço urbano como algo a ser explorado para fins especificamente especulativos direta ou indiretamente através do “pousio social” (solo a espera de maior renda), parcelamento e comercialização dos terrenos. Um movimento de resistência à transformação da cidade, em mero instrumento mercadológico, está certamente vinculado à restituição do espaço urbano a seus habitantes. Preservar pode significar uma resistência ao processo

de expropriação que as forças econômicas efetuam sistematicamente sobre os espaços da cidade. Os espaços de sociabilidade, mais do que qualquer outro espaço da cidade, guardam em si características de retorno às origens e a identidade primeira, evocando os mitos fundadores de uma coletividade urbana.

Apesar das agressivas intervenções na paisagem, a cidade abarca consigo um conjunto significativo. A cidade possui esse potencial de reconstituir uma fala, uma escrita ou uma imagem, isto é, configura-se como uma linguagem que pode, a partir de referenciais do seu ambiente urbano reconstruído, evocar o passado de forma reflexiva, como um ambiente de recuperação de uma identidade social presente.

Reconstruir a memória urbana dessa cidade significa intervir nas ações de determinados sujeitos sociais, ou seja, substituir a fútil ocupação intensiva e especulativa do solo pela preservação dos poucos espaços que ainda representam a identidade maringaense, num processo cuja lógica do mercado necessite, de expressivas vozes ou imagens destoantes, do real valor de uso dessa obra.

Construída para ser a futura metrópole, Maringá nasce planejada para ser uma “cidade da norma” que não poderia registrar nenhum traço do tempo, não contaria nada - e vive rapidamente o desaparecimento de lugares que haviam tornado referências espontâneas da memória urbana.

O fim desses espaços não se dá, contudo, segundo se acredita, apenas a um determinismo inicial do plano, pois, mesmo nessa cidade de “papel e tinta” surgiu uma memória urbana não oficial; nem tampouco devido a um processo inexorável vivido por todas cidades modernas, isto é, não necessariamente devido à velocidade ou à expansão descontrolada da cidade. O desaparecimento desses espaços ocorre preventiva, precoce e também de forma desmedida: tem fim os espaços considerados inadequados para a metrópole que se quer.

Os discursos que proclamam e também criam essa possibilidade possuem uma preocupação recorrente de que a cidade, voltada para o futuro desde a sua construção, mantenha sempre nova a sua fachada, sobretudo o seu cenário central, a “sala de visitas” da cidade. Esse argumento, sustentado no período de

crescimento – horizontal, vertical – pelo qual passava a cidade nos anos 70 e 80, e na sua própria juventude, dado que Maringá foi criada em 1947, não oferece muito espaço para a preocupação com os lugares mais antigos da cidade: estes sempre foram vistos como empecilhos ao “progresso”. Os poucos espaços que ainda restam são de propriedade da Companhia Colonizadora ou de agentes privados ligados a ela. São espaços que poderiam ser preservados, mas com certeza estão à espera de auferir uma melhor renda e serem substituídos por grandes áreas comerciais, vertical e horizontal. As coisas velhas são tidas ora como insalubres, ora como pequenas, atrasadas – defasadas sempre, em suma – em relação à cidade. A característica principal da cidade é a eterna juventude: a cidade nunca deixa mostrar suas rugas.

Perante este discurso – veiculados nos jornais e revistas da época -, que reserva para a memória da cidade uma função e um lugar limitados e definidos pela preocupação com a imagem moderna, progressiva, jovem e higiênica, surgem outros discursos que, por sua vez, lamentam especificamente o fim de certos espaços e [re] inauguram um outro lado desta época que foi por alguns, denominada “verticalização”. Esse processo evoluiu rapidamente no regime ditatorial e reagiu oportunamente aos estímulos das políticas públicas nas cidades de porte médio, por exemplo, Maringá [anos 70 e 80].

À medida que se avançava na reconstituição da urbanização do Norte Paranaense e de Maringá, a realidade se tornava mais evidente, pois o papel desempenhado pelos incorporadores imobiliários é uma das facetas fundamentais que participam do processo.

Nesse contexto, a memória urbana torna-se, então, algo em disputa, na medida em que, se a memória dos espaços perdidos trabalha buscando e selecionando origens e identidades, as novas perspectivas que se impõem já procuram construir uma determinada imagem, durável – também uma memória – para a cidade e, sobretudo, destroem concretamente os seus espaços antigos, acabando por tornar concreto o seu próprio discurso. A cidade perde sua verdadeira característica de obra, substitui seu real valor de uso e pela expropriação do valor de troca.

Num outro plano LEFEBVRE [1991.b] destaca um novo episódio do confronto uso-troca ao discutir como a forma anti-tética da mercadoria [valor de uso – valor de troca] se tornou conflituosa, e como acabou por empiricizar a totalidade do processo social. Para ele o conflito pelo uso do espaço estaria a revelar a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação concreta de um tempo e de um espaço. O espaço apresentado como dado sobre o qual se inscreveu a história da sociedade que o tomou por objeto, integrando-se ao processo de valorização pelas cadeias de equivalência como propriedade, é objeto de lutas conflituosas. Isto delimita os problemas relativos ao espaço e às múltiplas espacialidades para cada um e para todos. Há uma dimensão da espacialidade que se liga ao vivido sem o que não há vida. A propriedade, com toda sua veemência, mostra sua impossibilidade. Por isso é preciso circunscrever, prescrever as espacialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não propriedade. Este conflito no e com o espaço vai gestando espacialidades novas.

Em LEFEBVRE [1979:291] a importância do espaço é conquistada pela dialética entre o valor de uso e valor de troca, que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação. Para ele o espaço não é apenas econômico, onde as partes são intercambiáveis e têm valor de troca. O espaço não é apenas um instrumento político para homogeneizar todas as partes da sociedade. Ao contrário... O espaço continua sendo um modelo, um protótipo permanente do valor de uso que se opõe às generalizações do valor de troca na economia capitalista sob a autoridade de um Estado homogeneizador. O espaço é um valor de uso, mais ainda assim, é tempo ao qual ele está, em última análise, vinculado, porque tempo é nossa vida, nosso valor de uso fundamental. O tempo desapareceu no espaço social da modernidade.

Para Lefebvre, a transformação revolucionária da sociedade requer que a expropriação do espaço, a liberdade de usar espaço, o direito existencial ao espaço para todos sejam reafirmados através de uma versão radical da práxis sócio-espacial. Isso não significa que o espaço precise ser apreendido e dominado por uma ordem nova. O espaço já está socializado, mas a atual dominação do

espaço abstrato esconde esse fato. Torna-se necessário extinguir o sistema de relações de propriedades e formas institucionais de regular o espaço que produz a dominação dele tanto política quanto economicamente; relações estas que precisam ser substituídas por relações sociais liberatórias que favoreçam a capacidade de apropriar o espaço para usos sociais liberatórios.

Desta forma, o espaço só pode ser apreendido dialeticamente, pois constitui uma abstração concreta multimanifestada - uma das categorias de Marx, tal como o valor de troca, que são ao mesmo tempo uma realização material e exteriorizada do trabalho humano e a condensação das relações sociais de produção. A abstração concreta é simultaneamente um meio de ações sociais, porque elas as estrutura, e um produto dessas relações.

1.4 O valor dos lugares sob o prisma das trocas

Em muitos de seus trabalhos Henri Lefebvre (1974), destaca uma das grandes características da sociedade moderna, que é a “vitória do valor de troca sobre o valor de uso”. Pudemos constatar que as transformações ocorridas na cidade de Maringá apontam forte tendência, manifesta na prática sócio-espacial, segundo a qual os espaços se reproduzem cada vez mais em função das estratégias imobiliárias, e com isso limitam as condições e as possibilidades de uso do espaço pelos habitantes. Isto é, cada vez mais os espaços urbanos, transformados em mercadoria, são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar (cada vez mais) ao mercado. Em última instância, significa que existe uma tendência à diminuição dos espaços, não se reduzindo o uso à esfera da mercadoria, e o acesso não se associa à compra e venda de um “direito de uso temporário”. Esse fato pode ser constatado por meio dos limites impostos ao lazer e ao *flaneur* ; o corpo e os passos estão cada vez mais restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados ou privados. Esse fato é consequência da tendência que se esboça no mundo moderno, que transforma o espaço em mercadoria ou área de

circulação, o que, tendencialmente, limitaria seu uso às formas de apropriação privada.

Ressalte-se que com essa idéia Henri Lefebvre (1972:241) não quer dizer que o valor de uso tende a desaparecer em nossa sociedade, tampouco que a homogeneização de fragmentos dispersos e comercializados do espaço impliquem a prioridade absoluta do valor de troca sobre o valor de uso. Trata-se de uma tendência que não destrói a relação dialética entre valor de uso e valor de troca, mas aponta para o modo como as contradições do processo de produção do espaço, entre uso e troca, se realizam no mundo moderno. O uso invadido e submetido ao mercado, ao valor de troca, se torna residual. O comprador de um terreno ou de uma casa na cidade continua comprando um valor de uso; apesar de a casa ser mercantilizada, o valor de uso e o valor de troca se encontram em uma relação dialética em nenhum dos pólos desaparece e ambos se situam no espaço, diferentemente.

A predominância do valor de troca como extensão do mundo da mercadoria se revela como produto de lutas que surgem a partir das relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução *lato sensu* em que as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. Nesse sentido, o espaço aparece como obra histórica que se produz, continuamente, a partir das contradições inerentes à sociedade, produzidas com base em relações sociais assentadas em relações de dominação/subordinação/uso-apropriação, que produzem conflitos inevitáveis que tendem a questionar o entendimento da cidade exclusivamente como valor de troca e, conseqüentemente, as formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano. Por outro lado, a reprodução das relações sociais se processam, agora, pela lógica de ações políticas e pelo controle sobre a técnica e o saber. A presença sempre contraditória do Estado no espaço, fundada em uma estratégia que se quer hegemônica, determinam as relações sócias e de produção por meio da reprodução do espaço, como ação planejada em que o espaço do “habitar” aparece como algo secundário.

O uso do solo urbano passa a ser disputado pelos vários agentes da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada; desse modo a cidade, como trabalho social materializado, é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão. Na sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares, na metrópole. Nesse sentido, o uso nos remete à análise das relações sociais estabelecidas a partir da produção do espaço, onde os mecanismos do mercado determinarão o acesso à propriedade privada, pela possibilidade de pagamento do preço do solo urbano. Os preços vinculam-se principalmente, à inserção de determinada área no espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno (no bairro, e deste na cidade); acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados (escolas, *shopping centers*, centros de saúde, de serviços, de lazer, áreas verdes, etc.); acesso à infra-estrutura existente, a privacidade e os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos de construção. A elevação dos preços, todavia, inter-relaciona-se com as condições de reprodução do espaço urbano no que se refere ao modo como se desenvolve a produção das condições gerais de reprodução; dos custos gerados pela concentração do solo urbano, bem como pelas políticas de zoneamento ou de reservas territoriais, além das modificações do poder aquisitivo dos habitantes. Assim, no embate entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a sociedade exige, deseja e sonha, a cidade se estrutura, a paisagem ganha sua configuração, novos conflitos eclodem.

Essa análise nos indica a presença de uma tendência: a instauração do cotidiano em Maringá, ainda de modo desigual e contraditório, mas presente nos interstícios da vida, como condição da reprodução das relações sociais, hoje, que se dá ainda de forma diferenciada nos lugares e em determinados estratos da sociedade, revela-se como processo contraditório, indicando os limites e possibilidades da reprodução das relações sociais em nossa sociedade. A noção

de cotidiano se eleva no plano da explicação da realidade, permeando/definindo as relações sociais nas grandes cidades, em constituição, de modo complexo, fragmentário, como decorrência das possibilidades que o processo de reprodução assume no Brasil. É assim que se pode dizer, sem sombra de dúvidas, que o cotidiano não se instaura em todos os níveis da sociedade brasileira, como condição da reprodução, mas também não se pode afirmar que ele não está em germe se estabelecendo, com suas particularidades específicas, na sociedade brasileira. Assim o cotidiano, em constituição, vai revelando seu processo em fragmentos do espaço na cidade de Maringá. Não se revela, como totalidade, mas aponta um momento do processo desigual e contraditório, iluminado uma tendência irreversível, como processo histórico, produto determinado de uma época.

Desse modo percebemos que existe uma articulação entre os planos econômicos, político e social com a passagem do processo de reprodução espacial assentada no uso, para aquela invadida pelo valor de troca, no processo que constitui, insistentemente, em transformar a cidade de Maringá em metrópole. Os indícios revelam essa tendência na cidade, realizando-se no movimento de passagem do habitante de “usador” em usuário” (como propõe Lefebvre “usager”, o usador – 1975:418), e da tendência á transformação do espaço produzido como valor de uso para aquele reproduzido como valor de troca que gera a implosão de grandes áreas urbanas na cidade. Aqui aprece uma nova relação espaço-tempo, constituída de um tempo efêmero e por um espaço amnésico, que redefine a prática sócio-espacial, colocando a reprodução em outro patamar. É nesse duplo movimento do processo de reprodução no nível do espaço e do indivíduo que estaria a gênese do processo de constituição do cotidiano, que aparece, em determinado momento da história, como condição e lugar da reprodução das relações sociais, nos termos definidos por Henri Lefebvre (1991.b).

Esses elementos caracterizam um momento específico da reprodução. Aqui a cidade aparece como grande desafio. Ultrapassar o limite estreito da a produção do espaço como mercadoria e do cidadão como força de trabalho torna necessário refletir o espaço em seu sentido mais amplo, o espaço geográfico

como produção social que se materializa formal e concretamente em algo passível de ser aprendido, entendido e apropriado pelo homem, como condição da reprodução da vida. A noção dos limites e das possibilidades da cidade devem ser pensada, porque aparecem, para nós como a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob o desenvolvimento da reprodução da vida humana ao longo da história.

A cidade como obra nasce da história e, como tal, criação da civilização, assemelha-se a uma obra de arte, tanto em seu processo de produção quanto na necessidade de seu aprendizado, o que significa que é preciso apreendê-la em sua multiplicidade. Sua análise constitui um universo imbricado de situações, contempla necessidades, aspirações e desejos que se realizam como possibilidades. A relação entre o habitante e a cidade é atravessada por modos de apropriação e usos envolvendo uma multiplicidade. A análise do fenômeno urbano sublinha o que se passa fora do âmbito do trabalho, mas ligado a ele, acentuando com isso a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta mais amplamente do que as relações de produção “stricto sensu” (a produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados. A vida cotidiana se definiria como totalidade, e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças. É, para Henri Lefebvre, na vida cotidiana que ganha sentido, forma e constituição, o conjunto das relações que faz do humano e de cada ser humano um todo.

Assim a cidade, em sua pluralidade e multiplicidade, revela o destino do homem. Nessa perspectiva é antes vida, ação, construída sobre a dialética entre produção/apropriação/reprodução. Mais do que uma forma material, uma morfologia, a problemática sobre a cidade se revela como problemática urbana, isto é, transcende a cidade para focar o homem e a sociedade urbana. A sociedade urbana se revelaria como possibilidade de compreensão do mundo moderno. Nessa direção o sentido da cidade é o conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida (e o que isso implica). É um lugar que se reproduz como referência, e, nesse sentido, lugar de

constituição da identidade e da memória; nessa dimensão, revelaria a condição do homem, como construção e obra. Essa perspectiva torna imperativa a análise do processo de reprodução, cuja noção envolve a produção e suas relações mais amplas, ligando-se às relações que ocorrem no lugar do morar, nas horas de lazer na vida privada, guardando o sentido do dinamismo das relações entre necessidades e desejos, englobando também as ações que fogem ou se rebelam ao “poder estabelecido”.

1.5 O Fenômeno das Representações Sociais

A tentativa de responder às interrogações que a sociedade se coloca ou equaciona frente aos problemas que surgem, o que se pode dizer da verdadeira explosão de estudos de representações? Tanto no campo das ciências como em outras dimensões da vida, como a arte, a religião, a política e até mesmo as tecnologias, como por exemplo a mídia e as inovações no campo das tecnologias dirigidas a mitigar os problemas causados pela humanidade, a questão de como o ser humano representa o mundo vem fazendo parte das grandes discussões nas últimas décadas.

Os estudos de JOVCHELOVITCH (2000) apontam que no campo das ciências humanas, o fenômeno das representações talvez seja na atualidade um dos temas que mais tem aproximado perspectivas teóricas. Diversas correntes têm buscado compreender como se elabora ou se engendra esta característica humana. Segundo a autora na maioria dessas correntes a noção de construção do real, ou seja, o caráter generativo do conhecimento cotidiano, exige uma análise dos atos de comunicação e da interação entre indivíduos ou mesmos grupos e instituições. A esta comunicação é creditado o papel de mecanismo através do qual se transmite, cria e materializa a realidade. Entra em jogo aí um processo psicológico que mediatiza a relação indivíduo/meio, processo entendido como essencialmente representativo.

A autora acrescenta ainda que o conceito de representação não é simples e nem consensual. Talvez a questão mais aglutinadora seja que o acesso à

representação vincula-se ao conhecimento que transcende a aparência das coisas. Ao entendê-la assim, quase todos os aportes teóricos voltam-se para o cotidiano ou vivido, centrando aí sua fonte de conhecimento.

É sabido que o conhecimento das representações humanas oferece a maneira como os sujeitos sociais apreendem os acontecimentos da vida diária, as características do meio, as informações que circulam, as relações sociais. Tais estudos vêm se concretizando nas ciências humanas porém a conceituação de representação é motivo de grandes controvérsias. LEFEBVRE (apud Penin, 1995), em sua obra – *La Présence et l'absence. Pour une théorie de la représentation*, recupera a situação epistemológica da representação na história da filosofia. Demonstra que a noção existe desde os pré-socráticos, passando por Kant e Descartes na idade moderna. Por certo não há como falar em representações sem reconstituir as influências que fizeram a história desse conceito. DURKHEIM apud JOVCHELOVITCH (2000:39) apresenta uma linha de pensamento que consistiu em entender que as representações, ou a partir delas poder-se-ia justificar a especificidade e a autonomia dos fenômenos sociológicos. O conceito de representações coletivas, entendendo serem distintas das individuais, pois aquelas seriam produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores e que teriam o papel de imprimir coesão social. Intervém aí desde a ciência até mitos e religiões. As produções sociais são imposições transmitidas através de gerações. Para ele, a teoria da realidade psicossocial coletiva é um processo segundo o qual a humanidade produziria e comunicar-se-ia simbolicamente através dos objetos, dentro de uma dinâmica de relações sociais reais ou imaginárias.

Ao longo dos tempos a compreensão do fenômeno em Durkheim vem recebendo algumas críticas. SAWAIA (1993) adverte que, se sua sociologia revelou o lado social da consciência, por sua vez não explicou sua especificidade, diluindo-a em fenômeno unicamente social. O que faz emergir implicitamente ao conceito a oposição entre indivíduo coletivo e a visão homogeneizante e generalizante do contexto histórico-social. Apesar da crítica de Sawaia ser pertinente há que se levar em conta a importância que teve Durkheim para a

aproximação da sociologia às outras disciplinas das ciências humanas. Isto se deve primordialmente pela referência a categorias simbólicas na regulação social. É presente em seu conceito a articulação entre crenças e conhecimentos.

MOSCOVICI (1981), psicólogo social, foi um dos grandes teóricos impulsionados por estas idéias da sociologia de Durkheim. Entretanto, ele o critica em função da existência de elementos de concentração e estabilização, o que repercutiria em falta de mobilidade na influência induzida pela realidade. Em vários momentos, Moscovici alega que ao formular o conceito de representações, afasta-se do conceito durkeheimiano de representações coletivas, principalmente por averiguar que nos tempos atuais há que se captar justamente a mobilidade e a plasticidade típicas da sociedade presente. Para Moscovici (p.185), a concepção de Durkheim não é completamente enganadora, mas não condiz com a atualidade de um tempo muito curto, onde há pouco espaço para tradições estáveis, principalmente devido às influências das comunicações de massa que vêm acelerando a proximidade entre a ciência e o senso comum, reconstituindo-os aceleradamente. Para ele, o fenômeno das representações tem:

...um caráter moderno, na medida em que na nossa sociedade, ele ocupa o lugar dos mitos, das lendas e das formas mentais correntes das sociedades tradicionais. Sendo seu substituto e seu equivalente, ele herda de uma só vez traços e certos poderes (MOSCOVICI, 1989, p. 83)

Sob a denominação de representações sociais, Moscovici apresenta a idéia de que estas criam realidades e senso comum e não apenas designam uma classe geral de conhecimentos e crenças como indicava Durkheim para as representações coletivas. E ainda mais, o psicólogo viu como essencial que se retirasse delas o caráter de categoria geral, onde seriam encontradas tanto produções intelectuais quanto sociais. Portanto, se Durkheim elevou seu conceito a uma categoria que engloba todas as formas de pensamento, Moscovici a tornou específica e equivalente a outras noções psicossociológicas como, por exemplo, a opinião ou a imaginação, guardando, entretanto, as devidas características que as diferenciam. O social seria incorporado como parte da formulação das

representações dos sujeitos, através do contexto concreto em que se encontra. Indivíduos ou grupos situam-se através da comunicação que estabelecem entre si, da escolaridade ou da bagagem cultural, através de códigos, valores e ideologias, relacionados com a situação social em que vivem.

A representação social da psicanálise de MOSCOVICI (1978) distingue as representações sociais de outros fenômenos psicossociais. Enquanto imagens, opiniões e atitudes somente traduzem a posição e a escala de valores de uma informação circulante na sociedade, representações ainda produzem comportamentos e se relacionam com o meio. As representações sociais por sua vez incorporam os demais fenômenos. Dominante na psicologia social, o conceito de atitude, por exemplo, supunha em sua origem a interveniência da dimensão social em sua produção, o que se perdeu com o tempo. O que é dominante atualmente em psicologia social é a versão de que atitudes são respostas a partir de construtos internos de estímulos vindos do exterior do indivíduo. Já o conceito de representação social pressupõe que o próprio processo de representação, ou seja, é produto e processo. Ao invés de se configurarem como reações a um estímulo exterior elas são nas palavras de Moscovici (p.50) "... 'teorias', 'ciências coletivas' *sui generis*, destinadas à interpretação e elaborações do real". Empregam-se representações para retomar o equilíbrio perdido quando uma nova informação surge na comunicação cotidiana. Tem-se um movimento onde: "... o estranho penetra na brecha do familiar e este abre fissuras no estranho" (p.51).

1.6 Representações Nostálgicas: a sociabilidade dos espaços

Investigar representações sociais sobre a esfera pública e ao mesmo tempo apreender os elementos centrais que definem a relação entre representações sociais e a esfera pública é fundamental para esta pesquisa.

Os espaços públicos de uma cidade, enquanto forma, podem ser caracterizados como "ponto de intersecção" entre a cidade e a sociedade. Se a cidade é o "habitat" do homem urbano, a forma de apropriação e o uso dos seus

espaços públicos, representam a maneira como a sociedade se relaciona com a cidade.

Mais do que simples elementos de circulação e organização da malha urbana de uma cidade são nestes espaços que a sociedade manifesta publicamente seus valores sócio-culturais, seus anseios, suas necessidades – do lazer, da palavra, da sociabilidade... Proporcionam o uso coletivo, gratuito e relativamente igualitário para a população. Neles ocorrem as manifestações da vida urbana pública, desde as atividades cotidianas, como o simples encontro entre amigos numa praça, o jogo de bola na rua, assim como movimentos sociais, em comícios, manifestações de greves, shows, e ainda os rituais, nas festas periódicas, como os bailes e as festas cívicas.

São nestes espaços que também repercutem as transformações físicas e sociais da sociedade – o seu modo de vida, suas crenças e aspirações frente àquele período que estão vivenciando.

Segundo LEFEBVRE [1991.a :49] “A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra o urbano não pode dispensar uma base prático-sensível, a cidade. Se considera a cidade como obra de certos agentes históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo [ou grupos] e o seu produto. Sem com isso separá-los”.

A presença da vida urbana e da esfera pública, ou seja, de um termo comum a todos é o que garante a existência das relações sociais.

É a existência desta esfera pública que possibilita a configuração de uma realidade sobre o mundo. A presença de outros que vêem o que todos estão vendo e que ouvem o que todos estão ouvindo garante a todos a realidade do mundo e de todas as pessoas. Para ARENDT [1993:59] “O que torna difícil de suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental, antes é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas”.

O declínio da esfera pública provoca dificuldades nas relações sociais. A crescente valorização da “esfera privada” só pode ser possível, graças à esfera pública, que faz com que as pessoas compreendam uma realidade do mundo, quando este faz parte de suas próprias vidas. O declínio da esfera pública

descaracteriza a esfera privada e a realidade do mundo. São os espaços públicos que exercem este papel, isto é, que oferecem um espaço “comum a todos” para a expressão das necessidades e valores sócio-culturais de uma sociedade urbana.

Os dilemas da esfera pública brasileira não são novos. Ao contrário, eles são tão antigos quanto à história do Brasil e há uma longa tradição de pesquisa, da antropologia à psicanálise, que investiga a configuração da esfera pública no Brasil de seus problemas estruturais (FAORO, 1975; COSTA, 1988; SENNET, 1988; CHAUÍ, 1992, 1993, entre outros). Mesmo assim discutir a situação atual da esfera pública no Brasil hoje não é uma tarefa fácil. Não se pretende aqui abordar todas as dimensões dessa problemática, e sim discutir algumas questões importantes que certamente irão contribuir e facilitar o entendimento do objeto de estudo da pesquisa em questão.

Tomando a obra de HABERMAS (1984) como ponto de partida, cientistas sociais das mais variadas disciplinas estão colocando em questão tanto a conotação como a denotação da esfera pública. Em que sentido ela sintetiza os princípios de liberdade, igualdade e solidariedade, que desde o século XVIII, constituem a mola propulsora da racionalidade ocidental? O trabalho de Habermas está centrado na emergência, desenvolvimento e transformação da esfera pública burguesa na Europa e continua a ser o mais completo relato sobre essa categoria da sociedade capitalista. Habermas define a esfera pública como um espaço de livre acesso, onde cidadãos se encontram para debater racionalmente desenvolver argumentos sobre questões da vida comum. É nessa esfera que o princípio da prestação de contas é desenvolvido, o que leva a uma transformação na natureza do poder enquanto tal. O exercício do poder em si não está em questão; o que muda é a forma do seu exercício: ele deve ser exercido de forma visível e transparente. O consumo, os meios de comunicação de massa, a expansão do estado em sociedades industriais avançadas, constituem alguns dos elementos que conspiram para debilitar a esfera pública contemporânea, provocando o que Habermas chama de “refeudalização” da esfera pública. A crítica habermasiana é aguda, e sua preocupação central ao descrever o desenvolvimento e declínio da esfera pública em sociedades modernas é a de

demonstrar como o espaço público ainda evoca um compromisso com um espaço que pode ser recuperado, como um projeto que ainda pode sustentar a racionalização do poder através do debate público.

HANNAH ARENDT, (1983) é outra fonte inspiradora no debate em torno da noção de esfera pública. Ela toma a experiência da *pólis* grega como ponto de partida para estabelecer o significado da esfera pública e sua relação com o domínio privado. Sua obra “A condição Humana” é, sem dúvida, um elogio à esfera pública, que ela descreve como um espaço que pertence a todos e é comum a todos. Porque é um espaço que demanda a abstração de interesses puramente privados, a esfera pública conduz à produção da permanência e da história, na medida em que permite o ciclo de vida de cada pessoa ser transcendido. Na obra de Arendt observa-se com clareza a importância da esfera pública como um conceito normativo. Ao radicar a esfera pública na condição humana da pluralidade, ela chama atenção para a necessidade de reconhecer multiplicidades de lógicas sociais que caracterizam a existência humana.

Em um período em que críticas pós-modernas enfatizam a supremacia da diferença e concebem a vida pública como pura fragmentação, o pensamento de Arendt se faz cada vez necessário. Pois a pluralidade, este elemento essencial da vida pública, não conduz à soberania da diferença e ao isolamento da fragmentação. Diferença para os humanos não é sinônimo de isolamento; ao contrário, é a comunalidade própria da esfera pública que permite à diferença ser expressa. Pois como pode o Eu reconhecer a si mesmo se não em relação à alteridade? E, mesmo assim, a diferença não é soberana como alguns “pós-modernistas” gostariam que ela fosse. Critérios devem existir para definir o que é legítimo ou não. Critérios se estabelecem através do diálogo e da ação comum, atividades que pertencem integralmente à esfera pública. Neste processo, perspectivas diferentes constantemente se encontram, competem, negociam, se redefinem, são aceitas ou rejeitadas. É por isso que o reconhecimento de perspectivas diferentes e as tentativas de negociá-las em público são um processo contínuo e inacabado.

Segundo JOVCHELOVITCH (2000:32-46) no debate atual sobre a esfera pública, tais noções são freqüentemente consideradas fora de lugar, porque elas não conseguem, diriam seus oponentes, dar conta das características fragmentadas e escorregadias das sociedades contemporâneas. É claro que as sociedades contemporâneas produzem fragmentação e dispersão; mas é preciso apenas olhar em volta. Reduzir a interpretação e avaliação de sociedades contemporâneas à suas condições de realização significa privar o pensamento social de qualquer esforço crítico. As noções normativas que emergiram do processo de avaliação do passado e projeção do futuro não são vãs: elas constituem um projeto. E um projeto envolve a capacidade de antecipar uma realidade concebida como aberta de forma que um resultado é privilegiado em relação a vários outros possíveis. Mais do que ter sido apagada pelas disjunções e fraturas das sociedades contemporâneas, a noção de esfera pública mantém-se como um projeto a ser alcançado.

Se a esfera pública resulta de condições sociais e históricas, cabe aqui uma indagação: de que forma sujeitos sociais se apropriam dessa história, dão sentido a ela, a redefinem e eventualmente a transformam? Existe uma dimensão psicossocial que deve ser levada em consideração na fabricação da história e na construção da realidade social. Essa dimensão envolve os saberes simbólicos que se produzem na vida quotidiana, quando agentes sociais se engajam nas práticas comunicativas da esfera pública (2000:40).

A Psicologia Social não tem sido totalmente alheia a estas questões. O trabalho de SENNET (1988) sobre o declínio do homem público constitui um bom exemplo de como a relação entre o público e o privado é discutida dentro da disciplina. GOFFMAN (1971) também se dedicou ao estudo do comportamento que ocorre em espaços públicos. Mas é a disciplinas irmãs que se deve os estudos detalhados dos eventos históricos e das demandas sociais que transformaram as características psicológicas da família e da infância em lugares privilegiados do domínio privado (DUBY & ARIÉS, 1990; 1991). Pesquisa sobre história das mentalidades expressa em termos históricos aquilo que o estudo dos saberes sociais na Psicologia Social tenta fazer em relação ao presente. As

fronteiras entre o público e o privado sempre mudaram de acordo com as vicissitudes de épocas históricas diferentes e podem ser consideradas um paradigma de como a história se encontra no centro da subjetividade humana. ARIÉS (1973) demonstra isso claramente quando descreve a família do século XIV. As trocas efetivas e sociais se realizavam fora da família, em um espaço que incluía vizinhos, amigos e empregados, entre outros. As fronteiras da família se dissolviam neste espaço – algo que assumirá uma forma completamente diferente em sociedades industriais.

Retratando a sociedade americana, esta confirmação aparece na obra de GOTTDIENER (1993), “A Produção Social do Espaço Urbano”, quando analisa no capítulo 8 intitulado “Comunidade, Liberação e Vida Cotidiana”, as transformações do espaço de assentamento. Segundo o autor, atualmente as condições de vida urbana das grandes cidades também foram fundamentalmente transformadas. A clássica vizinhança de cidade, de relações densas e localizadas, há muito deixou, com algumas notáveis exceções, o meio urbano para ser substituída por redes personalizadas de pessoas que viajam através do espaço regional para exercerem a comunhão social. Para ele essa mudança fez surgir uma nova abordagem da sociologia urbana, que evitasse as tradicionais questões associadas à vida comunitária em favor de um enfoque das redes relacionais de todos os moradores metropolitanos.

MEAD (1934) é outra importante fonte no entendimento da relação entre o público e o privado. Ainda que ele não discuta o problema diretamente, sua concepção do “Eu” fornece um terreno fértil para o entendimento de como o balanço e interação entre as duas esferas são decisivos para fenômenos psicossociais.

Dentro dessa contextualização até aqui apresentada acredita-se, que é na teoria das representações sociais que se encontram elementos relevantes para se abordar o objeto de estudo sob investigação.

Primeiro e, isso é fundamental para a presente pesquisa porque representações sociais são elas mesmas, fenômenos simbólicos produzidos na esfera pública. Como MOSCOVICI (1984) salientou, e este estudo demonstra, as

representações sociais estão radicadas nas reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais e assim por diante. Este é o espaço em que se incubam, se cristalizam e são transmitidas. É no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas. Enquanto fenômeno elas expressam, em sua estrutura interna, permanência e diversidade, tanto a história como realidades atuais. Elas contêm em si tanto resistência à mudança como sementes de mudança. A resistência à mudança se expressa pelo peso da história e pela tradição, que impinge sobre os processos de ancoragem e objetivação. As sementes da mudança são encontradas no meio essencial das representações sociais, notadamente a conversação. A fala é precisamente o produto de um processo contínuo de diálogo, conflito e confrontação entre o novo e o velho, de idéias que se formam precisamente enquanto são faladas. Neste sentido, as representações sociais são móveis, versáteis e estão continuamente mudando.

Num segundo momento, a escolha da teoria das representações sociais deve-se a seu caráter tanto referencial como construtivista. As representações sociais são sempre a representação de um objeto, ou seja, elas ocupam o lugar de alguma coisa, elas re-apresentam alguma coisa (JODELET, 1984). Neste sentido, elas ativamente constroem ou, melhor ainda, ativamente re-constroem a realidade de uma forma autônoma e criativa. Elas possuem um caráter produtor de imagens e significante, que expressa, em última instância, o trabalho do psiquismo humano sobre o mundo. Deste modo, elas representam, por excelência, o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra. Para mais além, das estruturas dadas da vida social, elas oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que ainda não existe, mas poderia existir. Elas são, neste sentido, uma relação com o ausente e um meio de evocar o possível.

Torna-se oportuno aqui esclarecer ainda algumas noções sobre o conceito de sociabilidade. Afinal, o que se entende por ele?

De uma forma geral, sociabilidade é entendida como disposição para a vida em sociedade. No entanto, tal generalização simplifica a complexidade do conceito. Numa primeira definição, o sociólogo BAECHLER (1995:65), afirma que:

sociabilidade é a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, (casais, famílias, empresas, igrejas, etc) individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões...vizinhos, públicos, círculos,cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações...

Mas para melhor entender o que é sociabilidade, é necessário compreender o que se entende por redes.

Para esse mesmo autor, redes:

São laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com outros atores, e assim por diante. A priori, podemos pressentir que a amplitude, a exclusividade e a densidade da trama das redes variará inteiramente conforme se tenha em consideração as redes de parentesco, de vizinhança, de classe (77-78).

Devido à diversidade de objetos que a análise da sociabilidade comporta Baechler distingue ainda três categorias. A primeira diz respeito a formas de sociabilidade estabelecidas entre indivíduos. A segunda categoria é definida por redes, de alguma forma deliberadas, porque concerne aos espaços sociais, onde as pessoas se encontram por livre e espontânea vontade, pelo prazer da conversa e pelo interesse em ser sociáveis como nos cafés, nos clubes, nos círculos, remetendo, dessa forma também ao conceito de que tal forma de sociabilidade também se reveste. Uma terceira categoria proposta é a de um caso específico de rede, a civilização.

Diante das propostas colocadas na tese, as duas primeiras categorias definidas por Baechler são as que mais se encaixam e contribuem para a pesquisa. Ao se analisar as relações definidas pelas pessoas nas ruas e cinema durante alguns tipos de lazer como *footing* , o cinema, o carnaval, os desfiles cívicos, os bailes, estamos trabalhando com formas de sociabilidade, buscam-se

as redes criadas em espaços sociais específicos que congregam somente os iguais que, por sua vez, reúnem-se pelo prazer de estarem juntos e de conversar.

Esta noção de sociabilidade como rede aparece no trabalho da socióloga Lúcia Helena Gama (1998), intitulado “Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo - 1940-1950”, no qual a autora discute a sociabilidade estabelecida entre intelectuais, boêmios, artistas, militantes, entre outros, em vários espaços da cidade de São Paulo no momento em que a modernização impunha-se de forma mais contundente no país, reconfigurando os espaços públicos e privados da cidade de São Paulo e estabelecendo novas formas de sociabilidade. Do imbrincamento entre cidade, produção cultural e participação política e intelectual desses personagens do período, a autora aborda primordialmente, *momentos em que o contato entre seres urbanos produzia alguma espécie de prazer, criando sociabilidade. Não como seres consumidores, autômatos, mas com o poder de filtro, de crítica e de reinvenção que cabe ao homem* (p.15-16).

A circulação, ocupação e inserção dessas pessoas no espaço urbano em constante transformação, como era a cidade de São Paulo nas décadas de 40 e 50, permitiram a criação de sociabilidade e vice-versa, construindo dessa maneira nas pessoas a sensação de pertencer a essa cidade. Esta perspectiva também norteará a presente tese por ser ela fundamental para se entender a constante busca de reconhecimento e conquistas de espaços por meio da circulação e da criação de sociabilidade entre os presentes.

1.7. Cultura e Modo de Vida

Se a paisagem e o espaço exprimem heranças do passado, formas de identidade e de memória, a cultura como algo exterior ou interior aos sujeitos exprime “um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual” [WILLIAMS, 1979: 25].

Este mesmo autor, entre outros, BOSI [1993:11-19]; [WILLIAMS, 1992:10-12], faz um apanhado histórico dos distintos significados da categoria cultura. Inicialmente, foi concebida como tendência do crescimento natural, passando

depois a designar um processo de treinamento humano. No século XIX, vários movimentos e correntes de pensamento utilizaram-se desta categoria com diferentes significados.

Na presente pesquisa o significado de cultura será adotado enquanto “um sistema de vida”, articulando as práticas, os costumes, os valores dos indivíduos. Cultura que significava um estado ou um hábito mental ou ainda, um corpo de atividades intelectuais e morais agora significa também todo um modo de vida, ou seja, é necessário pensar cultura perpassando todas as relações estabelecidas e existentes nas práticas vivenciadas cotidianamente [WILLIANS, 1969:20]. Assim, pode-se pensar articuladamente as práticas sociais e os modos de vida. Esta perspectiva, apesar de muitas resistências foi reconhecida: “o conceito de cultura como um processo social constitutivo, que cria modos de vida específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados pela ênfase no processo social material, foi por muito tempo substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear” [WILLIANS, 1979:25].

Inspirado em Marx, EIDT [1999] argumenta que a história-cultura é o modo como, em condições determinadas e não escolhidas, os homens produzem materialmente [pelo trabalho, pela organização econômica] sua existência e dá sentido a essa produção material. A história-cultura não narra o movimento temporal do espírito, mas as lutas reais dos seres humanos reais que produzem e reproduzem suas condições materiais de existência, isto é, produzem e reproduzem relações sociais, pelas quais distinguem-se da natureza e diferenciam-se uns aos outros em classes sociais antagônicas.

Pensar a cultura enquanto modo de viver possibilita uma aproximação com a noção de experiência, no sentido proposto por THOMPSON [1982:189], de que ela é gerada no interior das práticas e da vida material. Esta aproximação propõe um outro ponto de junção considerando que as pessoas realizam experiência enquanto “sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou na arte e convicções religiosas. Essa metade da cultura [e é uma metade completa] pode ser descrita como ciência afetiva e moral”.

Esses elementos, que dão conteúdo às experiências, não se sobrepõem uns aos outros, mas se articulam dinamicamente, dando sentido e orientando às ações do sujeito, pessoal ou socialmente. Nos estudos do referido autor o conceito de cultura é permeado por um fundo político expresso na idéia de que a luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores.

Em Thompson e Willians as contribuições são, portanto fundamentais para pensar a cultura enquanto modo de viver, que têm suas referências nos costumes imbricados às condições de sobrevivência. É esta a orientação básica de THOMPSON [1982:190] em suas pesquisas, quando destaca: “o que eu examino é a dialética da interação, a dialética entre economia e valores. Esta preocupação se encontra em todo meu trabalho histórico e político”. É no horizonte dessas discussões e proposição que a cultura ganha significado no contexto das relações sociais, ela não está localizada fora da sociedade como um todo, como um campo da abstração.

Na mesma linha de pensamento, LEFEBVRE [1991] e HELLER [1977, 1989] entendem que o mundo humano não se define somente pela totalidade da sociedade global, pela história e pela cultura, ou ainda pelas superestruturas políticas permeadas de ideologia, mas também pela mediação da vida cotidiana. Não sendo possível conhecer a sociedade envolvente sem conhecer a vida cotidiana, assim como não é possível conhecer a cotidianidade sem o conhecimento crítico da sociedade. LEFEBVRE [1991] vê na cotidianidade o perfil do mundo moderno urbano, que se configura como um mundo de manipulações. Para ele a ideologia instala-se sobre a realidade vivida como um mecanismo que escamoteia os verdadeiros interesses das pessoas e que são travestidos em representações enganosas de sua efetiva situação. Essa arrebatadora capacidade é exercida em função da situação desprotegida da cotidianidade, da realidade mais concreta de vida dos indivíduos. Já em HELLER [1989] o cotidiano tem como forte característica a rotina que, por sua vez, impõe às pessoas a necessidade imediata de uma reação que pode apresentar-se fragmentada em sua espontaneidade, no pragmatismo e na generalização ou preconceito, culminando em alienação dos sujeitos. Entretanto a possibilidade de

escapar das amarras cotidianas pode-se dar pelo que Heller chamou de “dimensão humano-genérica”, onde há a superação dialética da particularidade e as ações visam o bem comum e não o benefício individualizado.

Em *Sociologia de La Vida Cotidiana* [1977] e *o Cotidiano e a História* [1989] Agnes Heller dedica sua atenção às relações entre ética e a vida social e a estrutura da vida cotidiana. Nestes escritos a análise do humano é feita observando que os homens jamais escolhem valores, mas idéias concretas. Para ela:

Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem do mundo. E, reciprocamente, sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha [1989:14].

Apesar das diferenças apontadas anteriormente entre HELLER [1989] e LEFEBVRE [1991] no que diz respeito à vida cotidiana, pode-se verificar que ambos apontam para saídas semelhantes. Se Heller supõe que a historicidade da vida cotidiana é caracterizada como lugar dialético onde convivem submissão e rebeldia, repetição e criatividade, Lefebvre supõe que as forças de consolidação de um espaço-tempo estão cada vez mais programadas e controladas em relação às forças que se opõem a esse mesmo processo no mundo moderno urbano. Mas, em Heller, a vida não-cotidiana, marcada pelas atividades da dimensão humano-genérica, pode superar dialeticamente a cotidianidade e em Lefebvre as atividades, que chamou de “superiores” presentes no não-cotidiano, nascem dos germes contidos na vida cotidiana e a ela retornam confirmando sua validade. Residem aí suas similaridades.

1.8. Louis Wirt e o Urbanismo como Modo de Vida

Para que as idéias até aqui apresentadas adquiram maior coerência analítica, faz-se necessário trazer à tona uma breve reflexão da forte influência que a Escola de Chicago exerceu sobre os estudos das cidades enquanto lócus e surgimento do urbanismo como modo de vida. Se Chicago passou a ser um

laboratório social, ou seja, a cidade como palco da sociedade onde a desorganização, a marginalidade, aculturação e assimilação foram vistos como caso de estudo, em Maringá não poderia ser diferente.

O empirismo que marca a abordagem da Escola - que transforma a cidade de Chicago em um "laboratório social" - resulta do interesse de buscar soluções concretas para uma cidade caótica marcada por intenso processo de industrialização e de urbanização, que ocorre na virada do século XIX para o XX.

LOUIS WIRTH in VELHO (1983, p.91), autor de destaque da Escola, em seu artigo "O Urbanismo como Modo de Vida", afirma que a cidade produz uma cultura urbana que transcende os limites espaciais da cidade, afirmação totalmente inovadora. Segundo ele a cidade atua e se desdobra para além de seus limites físicos, através da propagação do estilo de vida urbano.

O autor adverte sobre a necessidade de uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procurando selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos. Embora o urbanismo como um modo de vida deva, evidentemente, ser achado caracteristicamente em localidades que preenchem os requisitos que o autor estabelece na sua definição de cidade, o urbanismo não está confinado a tais localidades, mas manifesta-se em graus variáveis onde quer que cheguem as influências das cidades (WIRTH in VELHO, 1983, p.96).

Embora o urbanismo, ou seu complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, e a urbanização, que denota o desenvolvimento e as extensões desses fatores, não sejam encontrados exclusivamente em agrupamentos considerados como cidades no seu senso físico e demográfico, encontram não obstante, sua expressão mais pronunciada nessas áreas, especialmente nas cidades metropolitanas. Ao formular a definição de cidade, para fins sociológicos, ressalta que não se deve cometer equívoco ao identificar o urbanismo como modo de vida com quaisquer influências culturais local ou historicamente condicionadas, as quais, embora possam afetar expressivamente o caráter específico da comunidade, não são os determinantes essenciais do seu caráter como cidade.(p. 97)

Acrescenta que o perigo está, segundo o autor, em confundir urbanismo com industrialismo e capitalismo moderno. O surgimento de cidades no mundo moderno sem dúvida não é independente do aparecimento da tecnologia moderna da máquina automotriz, da produção em massa e da empresa capitalista. Todavia, por diferentes que possam ter sido as cidades de épocas anteriores, pré-industrial e pré-capitalista, não deixavam de ser cidades.(p.97).

Nessa perspectiva o mesmo autor (p.97), em termos sociológicos define cidade “como um núcleo relativamente grande, denso e permanentemente, de indivíduos socialmente heterogêneos”.

O problema central desta definição está em descobrir as formas de ação e organização social que emergem em agrupamentos compactos relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos.

Ele defende essa definição levando-se em conta 3 proposições sociológicas referentes á relação entre: 1) quantidade de população – reconhecendo o significado social desse fato Wirth salienta que, do ponto de vista sociológico, os grandes números de habitantes e a densidade do agrupamento significam que as relações de conhecimento pessoal mútuo entre os habitantes, inerentes a uma vizinhança , estão faltando. O aumento do número, pois, envolve uma modificação no caráter das relações sociais densidade de população 2) heterogeneidade de habitantes – nesse fato emergem certas conseqüências relevantes, dentre elas destaca-se a densidade que reforça o efeito que os números exercem sobre a diversificação dos homens e de suas atividades e sobre o aumento da complexidade da estrutura social. O local e a natureza do trabalho, a renda, as características raciais, étnicas, o status social, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos estão entre os fatores significantes que determinam a atratividade de várias áreas da cidade como locais para o estabelecimento de diferentes camadas da população. Elementos populacionais diversos, habitando localidade compacta, tendem portanto a se separar uns dos outros na medida em que suas necessidades e modos de vida são incompatíveis uns com os outros e na medida em sejam antagônicos. Da mesma forma, pessoas de status e necessidades homogêneos conscientes ou não, se dirigem ou são forçados para a mesma área. 3) vida grupal - fato esse onde a interação social entre uma tamanha variedade de tipos de personalidades

num ambiente urbano tende a quebrar a rigidez das castas e a complicar a estrutura das classes e portanto induz a um arcabouço mais ramificado e diferenciado de estratificação social do que em sociedades mais integradas. Onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituição diferentes, entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade. O desenvolvimento das grandes cidades, pelo menos na era moderna, repousa em larga escala sobre a força concentradora do vapor. O crescimento da fábrica possibilitou a produção em massa por um mercado impessoal. A máxima exploração das possibilidades da divisão do trabalho e da produção em massa só é possível porém, com a padronização de processos e produtos. O processo político que aparece na vida urbana não poderia ser entendido sem se levar em conta os apelos à massa por meio das modernas técnicas de propaganda. Se o indivíduo participar de qualquer forma na vida social, política e econômica da cidade, deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e nessa medida fazer parte de movimentos coletivos.(pág, 98-106).

Levando-se em conta essas três variáveis Louis Wirth (pág. 107), acredita ser possível discutir as características da vida urbana e explicar as diferenças entre cidades de vários tamanhos e tipos. Para ele, o urbanismo como um modo de vida característico pode ser abordado empiricamente a partir de três perspectivas inter-relacionadas: 1) como uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica; 2) como um sistema de organização social envolvendo uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais; 3) como um conjunto de atitudes de idéias a uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social.

Finalmente, Wirth (pág.113), chama atenção ressaltando que a urbanização do mundo, por ser um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos, trouxe grandes modificações em praticamente todas as fases da vida social. Segundo o autor, apesar do domínio do urbanismo no mundo moderno, falta ainda uma definição sociológica do que seja cidade, a qual levaria em conta, adequadamente, o fato de que, enquanto a cidade é o local característico do urbanismo, o modo de vida urbano não se confina às cidades. O autor salienta que, somente a partir das variáveis apontadas anteriormente, ou

seja, as que sustentam o conceito de cidade, é que o complexo fenômeno do urbanismo poderá apresentar unidade e coerência. A análise sociológica deve ser à luz de tal corpo teórico. A evidência empírica referente à Ecologia, à Organização Social e à Psicologia Social do modo de vida urbano confirma a eficácia de sua abordagem.

1.9. O Lazer

O crescimento desorganizado das grandes cidades industriais, além de provocar toda sorte de carências estruturais, desconsiderou, principalmente, o problema do lazer, não obstante sua importância inconteste. No entanto, a noção do tempo não dedicado ao trabalho é anterior à Revolução Industrial. YURGEL (1983) escreve que na civilização grega o lazer encontra sua maior significação. Os filósofos gregos justificavam a escravidão porque ela permitia lazer aos “homens livres”. Roma transmitiu aos nossos dias o lazer de massa, o *panem et circense*, tão repetido e difundido que a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini aproveitaram na *Kraft durch freude* e no famoso *dopo lavoro*. Embora conceitualmente diferente do que seja lazer nos dias de hoje, já em tempos distantes encontrar-se-á uma preocupação voltada ao descanso e, conseqüentemente, sua ocupação com atividades de entretenimento.

Quando pessoas falam ou escrevem sobre lazer, freqüentemente usam a palavra para designar coisas diferentes, resultando em conceitos diferenciados. Nessa tese, sem intuito de nos aprofundar, duas contribuições importantes no que se refere ao conceito de lazer, foram pensadas.

A primeira refere-se à leitura das obras de Karl Marx e de Paul Lafargue, podendo até não possuir nenhuma relação com o estudo do lazer, constituindo-se em algo ainda distante e estranho para a maioria dos pesquisadores no campo das ciências sociais. Mas as mesmas em sua essência sinalizam uma antiga discussão sobre o mundo do *trabalho* e do não *trabalho*, temática discutida pelo movimento socialista mundial como sinônimo de tempo livre, ócio, preguiça e lazer.

A contribuição de Karl Marx para o estudo do lazer, esta distribuída em

toda a sua obra de forma esparsa e não seqüencial, pois o autor não se debruçou diretamente nas questões do lazer e turismo. Porém, o estudo do modo de produção capitalista, desenvolvido por ele, continua atual e extremamente útil na busca das determinações que explicam o lazer e o turismo na sociedade contemporânea.

Com escritos inteligentes referentes a um cotidiano rico de realismo e dramaticidade e responsável pelo surgimento do socialismo francês, Paul Lafargue (2003), cubano nascido em Santiago de Cuba em 1842, foi para a cidade de Bordéus na França em 1851, onde ingressou na faculdade de medicina. Militante da Primeira Internacional escreveu sobre a sociedade burguesa, denunciando a exploração da classe trabalhadora com a arte de uma ironia extremamente realista e de fácil penetração entre os operários.

Lafargue, em seus escritos “O Direito à Preguiça”, estabelece como argumentos de denúncia para relatar as condições do trabalho no modo de produção capitalista, mostrando a força da ideologia do capital para com os operários, produzindo o trabalho alienado e a super exploração.

Explicar o mundo via o trabalho foi tarefa árdua de pensadores como Karl Marx e Paul Lafargue, pois a eles devemos essa ousadia numa época em que a lógica dada era baseada na visão do senso-comum em que a construção do real era puro fetichismo. A eles devemos as reflexões que levaram a sociedade a pensar e exigir o direito ao tempo livre, ócio e lazer como conquistas sociais universais dos trabalhadores.

Para Paul Lafargue, o trabalho é a fonte de todas as misérias do mundo é nesse campo que Karl Marx, também expõe sua angustia e aponta de forma racional a idéia política de ultrapassar o capitalismo, ou seja, nega uma forma de trabalho angustiante (o capitalismo) e sinaliza o socialismo. Esse é o caminho para que o homem possa criar um modo de vida em que ele seja livre e não escravo do trabalho

Em segundo lugar levou-se em conta também o conceito de lazer desenvolvido por DUMAZEDIER (1980:63), entendido como:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se dar de pleno grado, seja pra desenvolver sua participação social voluntária, ou sua formação desinteressada, depois de estar livre de todas as suas obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Sob essa perspectiva, o lazer se caracteriza por seu sentido de opção individual, de opção de liberdade de escolha. Este senso de liberdade é que tem sido examinado pelas teorias mais modernas.

O lazer só existe se houver espaços específicos nas cidades para esse fim. Segundo DUMAZEDIER (1982) o espaço do lazer é um espaço diferente dos outros – os da família, da escola, do trabalho, da igreja. É um espaço vivencial, onde o objetivo precípua é o de viver pelo viver, é ter oportunidade de ocupar o tempo livre para exprimir as necessidades individuais, físicas, sociais, artísticas, entre outras. Ocorre que na grande maioria dos casos, encontra-se nas cidades brasileiras uma certa carência de espaços estruturados que atendam á demanda do lazer. Não se pode ter apenas o “lazer privatizado”. Aquele dos clubes pagos, dos condomínios fechados, que privilegia quem pode pagar e ter. O lazer enseja uma socialização no sentido de usufruto tanto por parte de quem pode como de quem não pode dispor de recursos financeiros. As cidades devem ser orientadas tendo em vista a significância e dimensão das atividades de lazer, tão importantes quanto as estruturas de transporte, saneamento, água tratada, educação, habitação e outros. Lazer significa também atividade que rende dividendos econômicos á cidade, que faz girar o capital, que abre novos postos de trabalho e, sobretudo, privilegia o ser humano através do contato social, da recreação e da melhoria de sua qualidade de vida. Nessa relação existente entre social e lazer recorre-se a PARKER (1978), para quem as atividades de lazer permitem ao indivíduo alargar as fronteiras de seu mundo, intensificar suas comunicações nos contatos que mantém com novos grupos humanos e melhorar a faculdade de percepção de seu entorno.

O planejamento e implantação dos espaços dedicados ás atividades de lazer deve estar vinculado ao planejamento da cidade como um todo, e não aos casuímos de momento, geralmente norteados por interesses políticos-

eleitores. Esses espaços devem considerar a “massa” populacional de deles fará uso; um contingente cada vez mais exigente e crítico, ciosos de seus direitos e muitíssimo mais politizado e organizado que no passado. Passado esse onde o lazer era privilégio de poucos. Ou, como diz REQUIXA (1974), a humanidade chegou a um momento de sua história em que as “massas” passam a existir como realidade social significativa e, superando preconceitos, também se voltam para a fruição do lazer.

Em 1933, por ocasião do 4 Congresso internacional de Arquitetura Moderna – CIAM -, Lê Corbusier lança a Carta de Atenas, documento que reuniu o resultado dos trabalhos do evento, sendo ele o primeiro arquiteto a apontar as primeiras soluções urbanísticas para o problema da recreação. Desde então a preocupação com a temática tem sido uma crescente, sobretudo nos países desenvolvidos. Nesses países uma combinação de fatores, entre os quais a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, maiores ganhos financeiros, repouso semanal e o instituto da aposentadoria, menor carga horária de trabalho semanal e, conseqüentemente, maior disponibilidade de horas livres para o lazer, tem levado governantes e planejadores urbanos a priorizar espaços os mais diversos para fazerem frente á demanda que se impõe.

Nas cidades brasileiras de médio e grande porte, onde os problemas de lazer já se fazem sentir mais agudamente, e onde as formas tradicionais ou informais foram mais sufocadas pela urbanização, constata-se diversas insuficiências relativas ao lazer.

1.10 Formas e Usos da Cidade

A construção de um pensamento sobre a cidade se sustenta na elaboração da problemática urbana, que se revela em uma articulação que ilumina as relações entre a cidade e o urbano. Diferentemente da prática socioespacial, a problemática urbana se constrói no plano teórico.

Os labirintos que nos conduzem a esta análise, e que desvenda as dimensões e o sentido do habitar a cidade, é a noção de reprodução da vida

humana, que se realiza nos atos mais simples e banais do cotidiano, por meio do *uso* de determinados lugares, com base em uma organização temporal específica. Nesse processo se constrói a identidade em relação ao espaço que sustenta e dá sentido aos usos. O tempo se refere à duração ligada àquela das práticas, que, por sua vez, vincula-se a um uso limitado – geralmente expresso na morfologia, pelo construído; no traçado e na largura das ruas e avenidas, pelo fluxo, tipos e densidade da seqüência pela relação entre construído e não construído. Assim o movimento se descobre como processos, e aqui nos deparamos com a ordem próxima, o local, o pontual de que Henri Lefebvre nos fala. Nesse plano se percebe a forma, que se metamorfoseia e, nesse movimento, ganha o sentido de um processo em realização, conteúdos que se transformam e se inserem em novas formas. Cada lugar, embora ligado a uma totalidade que se autoconstrói ao longo da história, tem sua especificidade relacionada ao entrecruzamento dos tempos diferenciados. Nossa reflexão inicia-se através do tempo presente, impresso na forma da “cidade modernista”, Maringá, como morfologia que revela o entrecruzamento de tempos impressos nas formas, presentes nos hábitos, portanto um tempo que se refere a um espaço, e, com isso, diz respeito a uma história humana como realização da vida no espaço e através dele. Por outro lado, a morfologia urbana não revela a gênese do espaço, mas aparece como caminho para a análise do modo como o passado e presente se fundem em determinado momento, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. A forma da cidade que se infere como morfologia permitem apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos; coloca-nos diante da duração, daquilo que persiste e daquilo que se rompe, expondo dessa forma a dialética da continuidade/descontinuidade (MORO , 2003, p. 51).

Nesse plano, a morfologia, liga-se aos espaços construídos, aos usos (modo como o habitante vive na cidade) e à percepção que os moradores têm dos lugares da constituição da vida. Aqui, o uso revela a indissociabilidade entre o espaço e tempo, e as mudanças na morfologia assentam sobre as necessidades de reprodução do espaço urbano como condição e produto da reprodução ampliada.

Os elementos visuais da forma urbana – o sítio, os limites da cidade, o lote, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano, são determinantes na concepção e produção do espaço da cidade, e responsáveis pela “imagem” determinada que será percebida.

A forma da cidade não pode ser desvinculada de seu suporte geográfico, e é muitas vezes determinada por este. O território preexistente funciona como gênese da forma da cidade, confirmando a importância do “lugar”. No caso da cidade de Maringá, o traçado da linha férrea e a morfologia do terreno foram os determinantes do projeto, e responsáveis pelas linhas harmoniosas e a precoce preocupação ecológica com o sítio urbano. Como na época da colonização, o principal meio de transporte de cargas e de passageiros era o ferroviário, a Companhia Colonizadora retardou a determinação da localização da cidade até que se estabelecesse o traçado da linha férrea para, então, toma-lo como ponto de partida para o projeto urbanístico. Assim, desenvolvendo-se sobre os espigões, a linha férrea e conseqüentemente a estação, determinaram a situação da cidade entre as nascentes (MENEQUETI, 2003, p.120-130).

Se, por ocasião da implantação da cidade, o sítio lhe foi extremamente favorável, na sua ampliação este foi um condicionante importante, contribuindo para a excentricidade dos limites urbanos, que se espraiaram ao norte onde o relevo é suavemente ondulado, ficando restrito ao sul, onde maiores declividades e um solo mais raso desestimulam a sua ocupação.

Os limites das cidades, facilmente identificados nas cidades antigas, principalmente as muradas, foram se tornando linhas tênues e temporárias com o crescimento desordenado e acelerado das cidades modernas, e as conseqüentes conurbações urbanas, causando uma preocupação constante com o campo de atuação dos planejadores. Maringá, desde o final da década de 1980, apresenta forte tendência de crescimento horizontal. Os perímetros urbanos foram sempre generosos e elásticos, o que determinou uma grande área urbana polvilhada de vazios. Acrescente-se a este fato a ocorrência de usos urbanos na zona rural, com alguma distância da área urbanizada e a conurbação com a cidade vizinha

Sarandi, e a forte tendência com Paiçandú e Marialva, onde são depositados os problemas sociais e urbanos segregados da “sede da cidade moderna” (p.130).

Deste modo, os limites da cidade são colocados de forma acadêmica, com a finalidade de delimitar a área a ser estudada, mas é sabido que os fatos não são delimitáveis, e que sempre se incorrerá nas imperfeições deste tipo de análise.

Os limites entre bairros também sofreram a mesma distorção. Enquanto áreas com características homogêneas, reconhecidas por indicadores que se mantêm contínuos ao longo da região e descontínuos no restante do espaço urbano poucos bairros na cidade tem uma qualidade espacial homogênea, é mais fácil identificar regiões espaciais, contínuos estruturados de forma abrangente.

Essa condição revela a grande diferença entre o projeto original da cidade e suas implicações. Enquanto no primeiro, os bairros são facilmente delimitáveis, ora por barreiras físicas, como os bosques, ora pelo desenho das vias, ora pelos usos diferenciados, os bairros posteriores não são facilmente delimitáveis, havendo uma interpolação de limites que acaba por não caracterizar as unidades. Até mesmo de forma administrativa tais limites são regionalizados de maneiras diversas, de acordo com a necessidade de cada atividade. Os próprios moradores agrupam bairros em suas associações, e recorrem a mapas oficiais para estabelecer os limites de seu domínio.

Para auxiliar tais análises, elegeu-se os estudos de RONCAYOLO (s/d:183-185) no livro “Formes des villes”. Segundo ele, a forma não pode ser definida fora de suas determinações, de seus componentes e de suas referências à sociedade; ela também possui relação com a história, em particular com a formação dos sistemas de pensamento, das representações, da sensibilidade e do gosto que inspiram os arquitetos. Por outro lado, as formas não são gratuitas; são lugares e suporte de funções, vistas e percebidas como signos, imagens, símbolos, por uma população cujas características se ligam ao social e não a uma simples adição de comportamentos individuais. As formas não se inscrevem, então, como prolongamento mecânico da sociedade, na medida em que sua criação faz parte do jogo social. Também se projeta na maneira como um grupo social

imagina sua inscrição no solo. O que está em jogo não é, para esse autor, sua produção das formas, mas sua invenção, sua escolha, sua composição, uma vez que possuem um sentido na sociedade. Roncayolo (1996:63-64) adverte, quanto à questão da forma, que é preciso decompô-la. Durante muito tempo a idéia de forma se referia ao desenho da cidade, esquema de circulação, mal reconhecida como efeito combinado, arbitrário de modalidades diferenciadas de crescimento – velocidade, conteúdo social, modos de apropriação e utilização do solo – mal percebidas como resultantes de fenômenos à margem, que não revelam, seguramente, as estruturas e as tendências profundas do desenvolvimento da cidade: ela foi finalmente lida como evanescente em certos casos de urbanização generalizada.

De acordo com Roncayolo, a forma não é o simples desenho que explicaria o conteúdo da cidade. Seu interesse é mais amplo: numa forma relativamente simples, retrata como princípios de organização agindo em níveis diferentes; ela retrata como muitas ou duas entre elas podem se substituir ou se superpor umas às outras, cobrindo, ou melhor, constituindo o espaço urbano por tramas sucessivas; em um sentido preciso do termo, as formas materiais da cidade se hierarquizam e se encadeiam ou recortam. Com efeito, esses conjuntos não pertencem exclusivamente ao domínio das formas, eles não constituem somente a trama material na qual as funções ocorrem e se distribuem. Eles se referem, sobretudo, aos mecanismos que contribuem para criar o espaço urbano. As descontinuidades da morfologia (e também a maneira como as formas se ligam efetivamente entre si, se opõem ou se prolongam em descontinuidades ou encadeamentos) não explicam a inscrição espacial das rupturas no tempo urbano, do ocasional, mas são seus efeitos; as formas também constituem quadros de referência da ação e delimitam, impedem, permitem o uso.

É sabido que, através dos conjuntos históricos que vamos encontrar, inicialmente alguma relação explicativa entre as formas materiais da cidade e a história; na estrutura da sociedade, nas manifestações ideológicas dessa sociedade que afloram através da concepção de cidade ou das criações dessa dos urbanistas. Acredita-se, a nosso ver, que aqui está exposta, a questão da

duração e da herança, o que significa também que forma e movimento estão permanentemente ligados. Criadas, as formas, tem o poder de durar, história cristalizada mais do móvel, envolvendo a história móvel de conteúdo (...) nesse sentido podemos quase definir os tempos de evolução próprios a cada tipo de espaço: tempo de coerência entre formas e o conteúdo funcional e social; tempo de ajustamento; tempo de reinterpretações. Evocando essa sucessão de tempos revela-se a dialética entre a obsolescência dos imóveis e aquela dos espaços, este que é a manifestação da relação, entre o individual e o coletivo (Roncayolo, s/d, p.143).

Carregada de valor social, a forma também faz parte, do quadro de referências da vida; por isso, entra no plano da memória, pois os ritmos da vida cotidiana se ligam à duração das formas e de suas funções; nessa direção, dois tempos se justapõem: o da história e do contexto de sua construção e o do contexto do tempo de seu uso. O primeiro tempo se refere ao tempo da morfologia urbana ou da história da cidade; o segundo, ao tempo e ao ritmo da vida na cidade, ao tempo cíclico do calendário das festas e manifestações da vida urbana que apela ao tempo da vida.

Roncayolo reforça, que a vitalidade ou resistência dos traços vem da força social; mais ainda as perdas são indissociáveis das formas de memorização e das representações da cidade. Recorre a Halbwachs, para quem a memória coletiva se aproxima de espaços e símbolos físicos e a eles se liga, o que assegura a perenidade relativa das fragmentações, a escolha da valorização, as clivagens sociais projetadas no tecido urbano. É na realidade essa constância, pelo menos relativa, das representações e dos usos que contribui para o jogo das aprendizagens das gerações para articular o tecido social e o tecido material da cidade. E acrescenta, o aprendido da cidade é outra coisa que a leitura neutra de um plano ou de uma paisagem, pois mais do que o percebido, o território é apreendido pelo indivíduo e construído por práticas e crenças que são de natureza social. As mudanças do uso comandam a vida. Mas o uso do solo e o construído não mudam de um dia para outro, e é essa duração que apóia a memória. Para Roncayolo, essa memória objetiva, traçada à maneira de uma impressão, duplica-

se em memória subjetiva, durável: a dos homens que construíram lugares, desenvolveram estabelecimentos, apresentando um valor, uma tonalidade, um sentido. Verdadeira linguagem urbana, que, em certa medida, comporta também suas temporalidades e suas redes. É por ser feita de aprendizagem e de imagens de uma geração a outra que a cidade resiste por determinado tempo às mudanças sociais, que as transcendem. Desse modo, estabelece-se para além dos indivíduos uma continuidade, os encadeamentos sociais ou paisagísticos, além de uma vontade de planificação (RONCAYOLO, s/d, p.216).

Em Roncayollo, o que existe de belo em uma cidade é o fato dela coexistir e imbricar-se diferentes idades sociais e idade das formas. A sincronia permite apreender uma lógica de período, - na relação entre o estrato das formas e o das práticas. Os contatos que se estabelecem, as mudanças que podemos perceber, dão outra dimensão ao debate sobre a forma da cidade. (p.185). Assim, as formas urbanas da cidade revelam conservação/persistência. Por outro lado, há na morfologia uma mobilidade que a influencia e que determina as relações sociais associadas à função que permite a lugares se diferenciarem no conjunto das grandes cidades.

O ritmo da mudança que marca a duração das formas da cidade (sua morfologia), como consequência do desenvolvimento da técnica, deve ser relativizado. Isso porque a técnica em si não explica a duração das formas; esta deve ser analisada em função do ritmo do processo de reprodução do espaço urbano, preso às dimensões sociais de persistência, resistências e mudanças promovidas pelo processo de reprodução da cidade, pelas mudanças nas funções e nos modos de apropriação, vinculadas à divisão e ao movimento das estratégias dos agentes produtores do espaço.

Nessa perspectiva, a produção espacial realiza-se na articulação de vários planos: no plano da vida cotidiana, aparece nos modos de apropriação, utilizando-se e ocupação de determinado lugar, em um momento específico, revelando-se pelo uso; o plano da divisão social e técnica do trabalho produz uma morfologia espacial fragmentada (pela função de cada lugar na totalidade do espaço). Já as estratégias do Estado tendem a criar um espaço homogêneo,

estabelecendo e impondo limites ao uso por meio de normas e leis que definem, impedem e inibem a apropriação da cidade pelo habitante. Isso nos reporta a LEFEBVRE (1991 a: 49) quando adverte que ao consideramos a cidade, enquanto obra de:

/.../ certos agentes históricos e sociais, devemos distinguir a ação e o resultado, o grupo, ou os grupos, sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulada de atos e ações, de decisões e de condutas sem mensagens e códigos. Não há obra sem coisas, sem uma matéria a modelar, sem uma realidade prático-sensível, sem um sítio, sem uma `natureza', um campo e um entorno. As relações sociais se atingem a partir do sensível; não se reduzem a esse mundo sensível embora não flutuem no ar, não escapam da transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se não pode ser concebida de forma homóloga "a de um objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem âncoras a objetos e coisas. Insistimos nesse ponto, metodológica e teoricamente importante. Talvez se deva aqui introduzir uma distinção entre a cidade – realidade presente imediata, dado prático-sensível, arquitetural – e de outro lado o urbano, realidade social composta de relações a conceber, a construir ou reconstruir pelo pensamento. Todavia essa distinção se revela perigosa e a denominação proposta não se manipula sem riscos/.../.

Assim, a cidade “aparece como nível específico da realidade social. Os processos gerais (...) não se desenrolam acima dessa mediação específica. Por outro lado o nível das relações imediatas pessoais e interpessoais (família, vizinhança, profissões e corporações, a divisão das profissões, etc.) só se separa da realidade urbana por intermédio de uma abstração; o caminho correto do conhecimento não pode mudar essa abstração em separações. A reflexão coloca acento sobre as articulações para que os cortes sigam as articulações e não para desarticular o real. Evitar a confusão numa continuidade ilusória tanto quanto as separações ou descontinuidade absoluta, tal é a regra metodológica” (LEFEBVRE, 1991.a, p.59).

A análise do processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante às transformações profundas passíveis de serem apreendidas no plano da vida cotidiana, uma vez que cada sujeito se situa em um espaço, o lugar permite pensar os atos da vida – o habitar, o trabalho, o lazer – como situações vividas.

Tudo isso revela, no nível da vida cotidiana, os conflitos do mundo moderno. Desse modo, a análise da cidade de Maringá se revela na simultaneidade e multiplicidade de lugares que se justapõem e interpõem, gerando situações de conflito, mas também revelando em seus fragmentos o mundo do vivido, “onde se formulam os problemas da produção no sentido mais amplo, isto é, onde é produzida a existência social de seres humanos” (LEFEBVRE, 1991.a, p.62). As novas formas que Maringá assume em sua metamorfose se revela enquanto transformações nos modos de apropriação do lugar da vida, portanto, aparecem no miúdo, no banal, no familiar, refletindo e explicando as transformações da sociedade, o que aparece como desafio à análise do mundo moderno, exigindo um esforço de interpretação que tende abordá-la em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica. Nos fragmentos, as peças se articulam como um caleidoscópio, formando um quadro sempre cambiante, que ganha exatamente pelo movimento.

Na intersecção de fragmentos, na profunda riqueza de sua união, revela-se à compreensão da cidade de Maringá recortada por um modo de vida que se materializa de imediato nas formas de apropriação e uso do espaço, na vida dos bairros, bem como nos espaços mais amplos das grandes cidades. Analisar o bairro utilizando-se do recorte é fundamental, porque o habitante da cidade não habita em sua totalidade: a vida urbana é delimitada, dividida em frações tanto espaciais quanto temporais (espaço-tempo do trabalho, do lazer e da vida privada). Importante lembrar que o espaço – noção abstrata – ganha materialidade por meio da prática social que se realiza em determinado lugar como modo de apropriação desse lugar. Apela para um momento de exterioridade-interioridade. É assim que a forma, que pode ser o mais exterior aparece como o mais interior. A existência concreta liga o vivido e o percebido àquilo que permite/impede atos e ações pela existência das normas, como parte integrante da prática social, povoa o mundo das representações que as pessoas, que habitam o espaço, criam dele. Todavia, as formas da cidade têm um código para os habitantes que se estabelece acima das normas. Aqui, a forma está intimamente ligada ao uso, à identidade e à memória. Como ação voltada para a

realização da vida, a apropriação se realiza em um tempo determinado, em um movimento constante e ininterrupto. Os atos da vida, enquanto modo de apropriação, se realiza em um espaço de referências concreto usado para determinada finalidade. Assim, os lugares ganham a dimensão que lhes é dada pela vida de relações, real, materializada em uma forma passível de apreensão pelos sentidos.

Nesse momento a forma da cidade, que se concretiza como produto do trabalho da sociedade (um trabalho criador de formas), associa-se ao uso do espaço em uma relação que ganha concretude nos atos da vida cotidiana, realizados por meio do corpo e dos sentidos; estes concedem aos atos mais banais um conteúdo, criando uma referência, produzindo uma identidade, que é o suporte da memória. Isso porque há um sentido indelével na superfície das coisas, marcando momentos e ações diferenciados. O lugar se constitui em um movimento que alia passado-presente, além de conter possibilidades futuras; todos eles impressos nas formas, que revelam um conteúdo dado pela prática social; assim, forma é imediatamente conteúdo.

O cenário atual da cidade apresenta continuidades e descontinuidades e resultam da combinação espaço/tempo urbanos e se traduzem pela divisão do espaço urbano nos lugares da “cidade modernista” e podem ler as rupturas de ritmo, os poderes desiguais e a estrutura de classes diferenciadas. Movimentos, construções, transformações; história que do ponto de vista espacial, produz uma morfologia, que se realiza em *continuidades* (como justaposição de formas históricas, de momentos diversos) e *descontinuidades* (momentos de transformações e/ou rupturas). Aqui a presença da acumulação de tempos diferenciados em Maringá, como suporte material, justapõe tempos, marca uma temporalidade diferenciada e desigual dos processos reprodutores da cidade.

As transformações espaciais da cidade de Maringá ocorrem, hoje, de forma agressiva, em ritmo acelerado, decorrência das constantes mudanças na lei de zoneamento, mas principalmente pelas estratégias do mercado imobiliário; com isso se revelam rupturas que não transformam, uniformemente, toda a cidade modernista, mas parte dela. Dessa forma se redefinem, constantemente, os

lugares dentro da cidade. É assim que os processos de renovação urbana acontecem de modo descontínuo e diferenciado nos fragmentos espaciais da futura metrópole Maringá e não em sua totalidade; podem ser entendidos como momentos do processo de reprodução do espaço que revelam processos gerais.

Mas a forma se liga ao conteúdo. Em consequência dessas, as estruturas se vêem ameaçadas; ao ameaçar as estruturas, a operação urbana, mudam a sucessão e as combinações no plano das representações dos habitantes. Quando se estremecem os referenciais da vida na cidade, muda o plano de apropriação. Na morfologia encontramos sinais daquilo que resiste e daquilo que traz sinais de transformação, da mudança radical inserida pelas intervenções reformistas imposta pelo planejamento funcional, a sincronia quebrada por rupturas nas formas da cidade, revelando as estratégias mais diversas dos agentes produtores do espaço urbano de Maringá. Vislumbramos aqui as articulações entre os tempos lentos e o tempo efêmero, articulações estas que medeiam as relações na cidade. Enquanto no espaço se lêem a continuidade/descontinuidade, revelam-se as rupturas. Como decorrência da mudança das formas, o cidadão se re-adapta, resiste ou produz novas estratégias para os usos dos lugares.

O que reflete significativamente essa mudança é que, no plano da prática espacial, a constante transformação dos referenciais da vida urbana produz o desaparecimento das marcas do passado histórico (que ocorre com a produção/reprodução do espaço urbano), que remete os habitantes a uma prática social atomizada, acentuando os sentimentos de estranhamento, angústia e solidão presentes na grande cidade, onde o tempo, irreversível, que mescla passado e presente, traz a nítida sensação de se impor de modo inexorável. A predominância do presente parece ignorar o passado, que apenas resiste aqui e ali, produzindo novos referenciais, servindo de marco às lembranças. A cidade e o homem se submetem ao poder do “progresso”, que determina novas formas para Maringá e um novo modo de vê-la e vive-la. Essa articulação influencia o valor do solo urbano, na medida em que provoca a valorização/desvalorização dos bairros ao mesmo tempo em que deteriora o uso, muda a função do construído, redimensiona o fluxo.

A produção da nova dinâmica resulta dos lugares transformados; as ruas redimensionam-se e que ganham novos conteúdos, que tende a eliminar o lúdico, transformando-as em lugar de passagem. O processo de reprodução do espaço vai-se constituindo por meio de eliminação de antigas formas que traziam a marca da sociabilidade – pontos de encontros, o lugar da festa, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando, destruindo com isso as bases de apoio da memória social. Aqui, a fragmentação do espaço imposta pela propriedade privada no solo urbano se realiza também como fragmentação da vida social. O novo destrói incessantemente, as formas onde se inscreve o passado. Sem referencial, a busca incessante do novo transforma Maringá no instantâneo, isto por que não há tempo a perder, a cidade moderna e arrojada, projetada para ser a “metrópole”, precisa crescer e progredir a qualquer preço. O efêmero pelo efêmero, a imagem pela imagem, estampados na mídia escrita e falada, aparecem como reino do espetáculo e como simulacro.

A idéia de cidade moderna gesta-se concomitantemente à do “novo homem” gerada no bojo do desenvolvimento de um “novo modo de produção” criado pela mediação da máquina como meio de produção, fruto do desenvolvimento técnico que levou à mecanização do processo de trabalho, transformando o trabalhador desde a sua infância, em um componente da máquina e dirigindo sua vida para além dos portões da fábrica. Aqui o trabalho mecânico agride de maneira mais intensa o sistema nervoso, reprime o jogo multilateral dos músculos e refreia toda atividade livre física e intelectual do trabalhador. “O trabalho fácil se converte em um meio de tortura” [MARX, 1983, p. 43].

A máquina significa o elo de transformação do homem no processo de trabalho, que transforma o papel do homem de ser ativo em ser inanimado, fazendo um trabalho sem conteúdo, sob a vigilância estreita do capital, transformado em seu escravo num número a mais; “a despersonalização das relações sociais se reencontraria no gesto do trabalhador acionando a máquina, sem vinculações com o gesto precedente, porque o trabalhador não é nada mais do que a estrita repetição do gesto” [MARX, 1983, p.45].

O aumento do grau de eficiência requerido no processo de trabalho, baseado na racionalidade e na eficácia, transforma a jornada de trabalho em algo uniforme, regular e contínuo, requerendo por parte do trabalhador maior atenção e volume de atividade [MARX, 1984, p.516].

Dentro e fora da fábrica o mundo dos homens parece ser o mundo das coisas, das mercadorias, a vida em si tem pouco sentido. O mundo que esse homem cria é um mundo que lhe é alheio, que parece não lhe pertencer. “Seu produto tem uma existência externa, independente dele e representa um poder próprio e substantivo frente a ele” [MARX 1980, p.70-71].

O espaço, como produto, também aparece alheio ao seu produtor e seu consumo, se dá de modo diferenciando. Um exemplo disso é o acesso ao entretenimento, que, como qualquer outra forma de bem de consumo, estará determinado pelo lugar que o indivíduo ocupa dentro do processo produtivo da sociedade como um todo e da forma pela qual participa da apropriação da riqueza gerada.

Os contrastes que emanam da observação da paisagem se fundamentam no fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social geral da sociedade como um todo e apropriado individualmente; criando uma contradição entre a produção e o seu consumo, fundamentado na contradição capital-trabalho, expressa no fato de que as prioridades e diretrizes do processo de produção do espaço não são as prioridades da sociedade em geral.

À distância, social e política, entre o ato de produzir e o ato de consumir faz com que a relação do homem com aquilo que o cerca, seja de estranhamento. A sociedade não produz a cidade enquanto obra e por isso não se identifica com ela. O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classe faz dele um campo de batalha, onde os impasses e as lutas se resolvem pelo jogo político das forças sociais.

Feita a obra, o indivíduo não se reconhece como produtor, e tampouco é reconhecido como tal. Um urbano produzido em função de finalidades estranhas às necessidades dos indivíduos e distantes de suas aspirações e utopia. Portanto, cria-se um espaço alienado, onde a falta de identidade entre sujeito e obra tende a

aprofundar-se cada vez mais. Decorrente disto, a cidade aparece também como o espaço dos movimentos reivindicatórios, campo dos conflitos de classes e entre os segmentos que a compõem.

Para não concluir essa análise, acredita-se que pensar a forma da cidade (como morfologia urbana), atrelada aos modos, limites e possibilidades do uso, definido no espaço-tempo da vida. Vista como o mais “exterior” ao habitante, a forma aparece como quadro artificial, mas em contrapartida, é nos lugares em que se realizam os encontros, as reuniões, os atos espontâneos, que marcam a sociabilidade na vida cotidiana, passíveis de se realizar em locais apropriados (as ruas, as praças), que se marca articulação espacial entre o público e o privado, o construído e o não construído, o cheio e o vazio, em suas funções diferenciadas, em seu sentido profundo, como articulação de momentos específicos da reprodução da cidade/reprodução da vida. A trama das ruas, moldando um arranjo espacial, impõe à vida como possibilidade de usos e ritmo. As referências construídas são a base para a realização da apropriação. Assim se chega àquilo que há de mais “interior” na morfologia: um sentido que forma adquire no e pelo uso, gerando a identidade que sustenta a memória, marcando a vida e lhe conferindo conteúdo. O movimento da análise caminha, dessa maneira, para a relação entre “morfologia urbana – uso e função”, em que as formas materiais, em movimento, possuem dupla dimensão: material e social.

Movimento esse que comanda, no plano da vida cotidiana, a dialética entre estranhamento/reconhecimento como um processo de implosão/explosão da cidade, que se constrói pela relação entre o tempo efêmero e um espaço amnésico. Dessa maneira, na relação entre o tempo de durabilidade e de continuidade das formas, que marca os modos de apropriação dos espaços da sociabilidade, e o das rupturas, ganham sentido a dialética do reconhecimento/estranhamento.

A paisagem como forma do espaço geográfico, revela e esconde o movimento, sua historicidade e sua natureza social, bem como seu dinamismo determinado pelo tipo de “desenvolvimento” que a reprodução capitalista imprime ao processo espacial. O urbano que aparece como obra histórica se reproduz

continuamente; onde todos os elementos que atuaram ou atuam no processo históricos estão inscritos, onde a cidade aparece como a materialização da reprodução das relações materiais de produção de determinada sociedade, num determinado momento da história da humanidade.

1.11 Alienação ou Consciência

Neste movimento fugaz de transformações cada vez mais rápidas da paisagem construída, os ideais de permanência, estabilidade e durabilidade, foram sacrificados em benefício da abundância. A cidade como construção e justaposição de artefatos construídos pelo homem, materializa certa resistência à transitoriedade. O trabalho e seu produto o artefato humano, transmitem, continuidade e durabilidade à insignificante vida mortal e ao caráter transitório do tempo humano. O que resta então é valorizar esta materialização da capacidade de ultrapassar seu próprio tempo histórico, contribuindo para a compreensão da cidade, não como um amontoado de objetos justapostos construídos ou como objeto em si, mas como obra social [PIMENTA, 1998: 6].

Negar os valores tradicionais e não ter clareza para assumir os novos valores constituem-se em elementos relevantes deste momento contraditório que perpassa toda a população brasileira submetida, por um lado, à crise econômica e à falta de direção política e, por outro lado, a um processo cada vez mais acelerado e alienação pelo controle exacerbado dos meios de comunicação. Se em HELLER [1989:15] a história “é construção de valores sobre a base de outros valores”, PIMENTA [1998:6] adverte que reconstituir a memória urbana é discutir a perda desses valores, seu significado passado e presente, as novas necessidades sociais ou os novos compromissos esperados.

Nessa direção GOTTDIENER [1993:263-290], referindo-se aos espaços de assentamento adverte que as recentes transformações espaço-tempo da organização social alteraram, fundamentalmente as condições da vida de comunidade local. Em Maringá, essa situação, em certa medida, apresenta algumas características: primeiro, a segregação espacial de grupos sociais isentou

a grande maioria da população da responsabilidade pelo menos afortunado, pois aquela não vive mais na vizinhança deste. O presente é testemunha da progressiva marginalização e confinamento espacial daqueles grupos sociais menos capazes de desempenhar um papel ativo na economia política; segundo, e mais importante, a ação do espaço abstrato fragmenta todos os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas de comunhão em favor da privacidade do lar. A clássica vizinhança de cidade, de relações densas e localizadas, há muito deixou, com algumas notáveis exceções, o meio urbano, para ser substituída por redes personalizadas de pessoas que viajam através do espaço regional para exercerem a comunhão social. Essas novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os shoppings-centers, bares de solteiros, parques de diversão e quintais suburbanos.

O poder desse consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Daí a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual. A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui o aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos.

Reconstituir a memória da cidade de Maringá torna-se de fundamental importância no sentido de se fazer despertar um sentimento de que é possível, a partir da reconstrução dos espaços perdidos, valorizar e preservar os poucos espaços que ainda restam na cidade e que representam à identidade de seus habitantes. Possível ter uma cidade que não atenda a lógica da especulação e da exclusão; que não devem ser mercantilizados, sendo por isso, desprezados ou aviltados, pelo poder político e econômico. O antes se transforma no depois, que deve permanecer como um direito aos espaços da cidade. Vejamos a seguir como determinados espaços que deveriam ser (re) valorizados pelo poder público local

desde o início de sua ocupação foram substituídos pelo consumo da cidade capitalista.

CAPITULO 2 - MARINGÁ: O PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO ESPACIAL

A compreensão da problemática desta pesquisa exige uma análise de alguns aspectos do processo histórico - geográfico de Maringá e dos fatores de ordem política e econômica que favoreceram, ao final da década de 1920 e início de 1930, a expansão acelerada das frentes pioneiras certo que, motivadas pela cafeicultura, passaram a incorporar as terras da região norte do Estado do Paraná ao processo hoje denominado agricultura capitalista². Tal processo foi conduzido por companhias de colonização e pelo próprio Governo Estadual. Em apenas 40 anos a região foi ocupada surgindo uma rede de cidades, fundadas com a expansão da cafeicultura. Interessa verificar o contexto em que surgiu à cidade de Maringá. O nome da cidade derivou da canção de Joubert de carvalho – Maringá-, composta em 1931 [Figura 1], e que retratava o drama das secas do Nordeste e a história de uma migrante, a cabocla Maringá [contração de Maria do Ingá]. Como esta canção era muito popular na época em que se desbravava o Norte do Paraná, quando os diretores da CTNP se reuniram para decidir sobre o nome que lhe seria dado, a Sra. Elizabeth Thomas, esposa de um dos diretores, Sr. Arthur Thomas, sugeriu que fosse dado esse nome à cidade. A sugestão foi aceita, e por essa razão Maringá foi cognominada “Cidade Canção”.

² - Esta forma de ocupação deve ser apresentada como efetiva para contrapor-se às ocupações anteriores, por parte dos indígenas e as várias reduções jesuítas, disseminadas por bandeirantes paulistas. A história da ocupação não se inicia com a exploração capitalista, ela apenas ganha maior intensidade e ritmo, produzindo um espaço cujo conteúdo é bastante diferente. Essa diferença se destaca neste trabalho.



M A R I N G Ã C A N Ç Ã O Letra e Música de JOUBERT DE CARVALHO

Moderato Allegretto
Fos. m. 23

PIANO

le - va Que ca - bo - cla Ma - rin - gá Fi - cou sendo a re - ti - ran - te Que mais dava p que fal - lá. E jun - to
del - ta veio al - guem que sa - pli - cou Prá que man - ca nos que - cas - se De um ca - bo - clo que li -

Moderato Ma - rin - gá, Ma - rin - gá, De - pois que tu par -
tis - tes, Tado aqui fi - cou láo triste, que eu garrei a ma - gi - ná Ma - rin - gá, Ma - rin -
ga Para havê fe - li - ci - da - de, E pra - ri - so que a sau - da - de Va - ba - té nos - tre tu
Ma - rin - gá, Ma - rin - gá, Vol - ta aqui com o ser - ti - ço
Prá de no - vo co - ra - ção De um ca - bu - clo a so - ce - ga

rit.
para rit.

Figura 1- Partitura com letra e música de Joubert de Carvalho, composta em 1931
Acervo da Família Zotto-2005

O desvendar de eventos passados apresenta como finalidade conhecer a geografia humana produzida que interfere no presente. Busca-se, portanto, o enfoque histórico da produção social do espaço.

Recuperar as marcas decorrentes do passado que ainda se faz presente na forma espacial e que são importantes para a explicação atual do espaço em questão torna-se fundamental.

SANTOS [1996], atribui importância à análise geográfica no tempo a qual busca reconstituir, teoricamente as geografias do passado para melhor compreender a geografia atual. Para o autor, a geografia histórica deve retratar o passado, embora tenha como referência o presente.

2.1 A (re) Ocupação do Norte Paranaense: o não vazio demográfico

Desde 1950 diversas são as publicações que se dedicaram a analisar o processo de (re) ocupação da região hoje situada no Norte do Estado do Paraná. Dentre elas encontram-se posições diferenciadas nesse processo, pois procuraram investigar essa questão de um ponto de vista científico. Muitos deles procuraram confirmar um discurso dominante, quando não construí-lo; omitindo ou desqualificando a presença indígena na região. Outros demonstraram novas possibilidades de análise desse processo.

Segundo CHESNEAUX [1995], os fatos sociais e históricos são percebidos de modo diferente, dependendo do tempo, do lugar, da classe e da ideologia de quem os investiga. Acrescenta ainda que nenhum estudo consegue reconstituir fatos históricos em sua totalidade, mas apenas aproximações sucessivas, nunca acabadas nem completas. Desta forma, não pretendo aqui fazer uma análise sobre esse processo, apenas lembrar que a presença dos índios na região em estudo sempre caracterizou esse espaço como ocupado, portanto, não deve ser visto e analisado como um “espaço vazio”.

Apesar de alguns autores se referirem às missões indígenas, não consideram que a região já estava ocupada e que esta só se efetiva quando a

“cultura ocidental cristã” ocupa determinado espaço. Prova disso são os massacres particulares e a ação dos governos, demonstrando que os índios ainda viviam na região e ainda vivem com presença marcante a cada dia.

Isso nos leva ao seguinte questionamento: como estão vivendo hoje aqueles que foram os primeiros povoadores das terras da região que enfocamos? Eles são o testemunho vivo da “ação civilizatória” ocidental, ou de como o “progresso” é a própria barbárie para aqueles que sofreram suas conseqüências.

Mister se faz focar a existência dos índios na região em estudo, que, mesmo adotando padrões ocidentais, foram reinterpretados segundo seus objetivos e necessidades, pela pequena comunidade local. No processo permanente de produção de novos significados e valores, os índios conscientemente, recriaram o passado para afirmar sua identidade indígena e assim reivindicar os seus direitos constitucionais. Desse modo, a produção da identidade social que os unifica como índios não significou abdicação de suas identidades específicas como Kaiingang, Guarani ou Xetá. Ao contrário, significou a ampliação de categorias que poderão ser acionadas e manipuladas de acordo com as necessidades de cada momento histórico [TOMAZI, 1997].

Segundo o autor essa nova realidade assumida pelos índios é significativa porque, sem perderem sua condição de índios, redefinem sua identidade no interior da sociedade nacional, não deixam de ser quem verdadeiramente são. Unem-se em vista de seus interesses e na defesa de seus espaços [ou do que lhes sobrou], procurando fazer valer seus direitos, utilizando-se agora também dos expedientes do mundo dos brancos, isto é, os acordos assinados pelos governos, a presença de advogados etc. Utilizam-se dos documentos que os brancos lhes deram para tentar minimizar a violência e a expropriação de suas terras. Apesar de toda a “modernidade” presente na região, os métodos do “passado”, ou seja, a presença de “jagunços, continuam atuais e cumprindo a mesma função. As práticas continuam as mesmas. Afinal, “o índio é preguiçoso e não faz o que o branco pode fazer”.

A região Norte do Paraná não pode ser analisada de forma desvinculada dos processos mais amplos que estavam ocorrendo no Brasil e fora dele. Esta

região esteve desde o início da ocupação, ligada e plenamente integrada ao plano nacional; A São Paulo, através do fluxo de pessoas e mercadorias; A Curitiba, pelo fato da ligação político-administrativa, bem como pelas principais ações políticas no sentido de se implementar a ocupação. Desde o século XIX, a ligação em nível internacional está presente, quando a preocupação são os caminhos para o Mato Grosso, tendo em vista a Guerra contra o Paraguai e mais tarde, quando companhias estrangeiras se interessam em construir ferrovias e ocupar as terras existentes, propondo-se a colonizá-las, no contexto de um empreendimento comercial e financeiro. Com os processos imigratórios de estrangeiros, e depois com a sua ligação com o comércio internacional, inicialmente com a madeira, depois com o café, e mais recentemente, com o soja e o trigo, amplia-se a sua ligação com o exterior. Isso também se deve ao fato de que o Brasil ao incorporar-se ao espaço produtivo capitalista internacional, fez com que cada região sofresse os efeitos desta articulação, resultando daí, sua integração ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado mundial [TOMAZI, 1989].

A ocupação se dá, portanto, no contexto de uma integração ao capitalismo consolidado no exterior e ao lançamento dos seus fundamentos no Brasil. A lógica da acumulação do capital, em seu sentido mais amplo, explica o porquê da ocupação. O acesso a terra, não se dá somente por questões políticas [como a campanha da “marcha para Oeste” no período do Estado Novo], mas também por questões econômicas, que definem as novas relações sociais que estão em andamento. OLIVEIRA [1980:24-25], esclarece esta questão quando analisa que, após a abolição da escravatura, nasce a possibilidade de um modo de produção de mercadorias percorrendo vários caminhos:

O primeiro passo é fundar um campesinato ou quase-campesinato no Brasil, que vai assumir as tarefas de produzir os bens da cesta de consumo do capital variável, de um lado, e de outro, cumprir para o nascente modo de produção de mercadorias **interno**, o papel da acumulação primitiva, que a economia colonial havia desempenhado para o modo de produção de mercadorias **externo**. Nascem todas as formas de exploração agrícola e de estrutura agrária tão características ainda hoje do campo brasileiro: as chamadas “culturas de subsistência”, produzindo um excedente que vai alimentar o capital variável, e o

complexo latifúndio-comercialização-minifúndio, através de mil facetas particulares de cada região e de cada situação o colonato, o coronelismo – que, vai fazer nascer a renda da terra como forma de valor ao mesmo tempo que acumula primitivamente, através das relações sociais, políticas e econômicas típicas daquele complexo que se dão sobretudo ao nível da circulação.

Assim a ocupação vai se desenvolvendo integrada ao conjunto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

2.2 Os “pioneiros”: trabalhadores e partícipes do processo de crescimento e constituição da cidade e região.

O termo pioneiro, segundo o dicionário da língua portuguesa diz: “aquele que abre caminho através da região mal conhecida ou precursor”. Essa definição simples poderia enquadrar os trabalhadores como pioneiros.

A prefeitura Municipal de Maringá através da Lei 93/72 de 03/07/72 cria o “diploma do pioneiro”, e conforme esta Lei “pioneiros seriam as pessoas que se estabeleceram em Maringá entre 1930 e 1950”, posteriormente esse prazo se estendeu até 1960. Desde a criação da lei, funcionários do município estavam coletando dados orais e escritos dos ‘pioneiros’ visando preservar os aspectos culturais do passado e do presente da cidade de Maringá, com grande banco de dados para consultas futuras, quando se poderá identificar fatos, coisas e gente da sociedade desenvolvimentista da grande comunidade³.

Em 1984 o Projeto Memória foi criado com o objetivo de recuperar documentos acerca do surgimento de Maringá, sendo, então, incorporado o trabalho feito pelos funcionários no qual “predominava, em linhas gerais, uma concepção romântica do passado pioneiro”⁴. Por lei, esses documentos poderiam ser incorporados ao grupo de pioneiros, mas estes não constam nos arquivos do Projeto Memória.

³ -CORRÊA JUNIOR, João Antonio. O trem de ferro. Maringá: ed, 5 de abril Ltda., 1991,p.107.

⁴ - GONÇALVES, José H. Rollo. Trabalhando com fontes orais; reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: “caboclos” e “pioneiros” em Maringá 1937-1955, Cadernos de Metep, DFE/CCH/UEM. Ano 4, n. Jan/dez, 1991, p.11.

Para a socióloga Ana Yara Lopes (1982), “o pioneiro era aquele trabalhador que vinha das regiões do nordeste e centro-sul a procura de riquezas no Paraná. Esses pioneiros eram Influenciados pela propaganda em massa que a companhia colonizadora veiculava, prometendo a todos que a região Norte de Maringá seria a “terra da promessa”, o que possibilitou a criação de uma ideologia do pioneiro.

A ideologia burguesa considera como “pioneiro” o vencedor, ou melhor, os “heróis”. TOMAZI [1997:37], reforça essa questão em sua pesquisa quando diz:

... os heróis – neste caso específico, os pioneiros. Aqueles que enfrentam terras estranhas e inóspitas e lutaram contra jagunços e desordeiros. Aqueles que lutaram, progrediram, e construíram uma região na mais clara opção pela ideologia burguesa do progresso. Pensamos que esta ideologia, ao fazer a sua história, dissimula outras dimensões do real, excluindo dela seus outros agentes, os vencidos. Nesta concepção progressista de história, os perdedores são escondidos no contexto do alargamento territorial e do progresso; são controlados a pretexto da desordem, da anarquia. Acabam por não participar da história não tem memória.

A designação de pioneiros para todos que ali chegaram nos primeiros anos da ocupação, oculta a diversidade da situação de classe em que estas pessoas se situavam. A homogeneidade da expressão, *pioneiros*, nega a real condição de classe da população que para lá dirigira procurando passar a idéia de que todos tinham as mesmas condições para progredir e enriquecer, e que não havia contradição entre eles, pois todos tinham os mesmos interesses e almejavam os mesmos ideais.

A exploração do trabalho alheio é uma realidade que a idéia de pioneiro tenta esconder. Procura disseminar a idéia de que todos podem enriquecer desde que se esforcem, que façam sacrifícios e trabalhem muito. A memória dos “vencidos” não existe, na medida em que eles “não tem nome” e nem “fizeram a história da região”.

Ressalte-se aqui, que os trabalhadores chegavam em caravanas, em sua maioria, paulistas, mineiros, nordestinos e até mesmo estrangeiros, principalmente entre 1947 e 1949, atraídos pelo ciclo cafeeiro [Figura -1.a]. Constituída por diversas etnias em função da corrente migratória, a cidade apresenta um meio

cultural múltiplo, destacando-se em suas representações folclóricas de origem, com diversos grupos premiados internacionalmente. A colônia japonesa possui forte influência na comunidade, assim como a portuguesa, árabe, alemã e italiana.

A tenacidade do povo que aqui ficou, apesar das dificuldades do princípio; a luta dos que vieram depois, trazendo seu conhecimento e seus ideais; o amor dos que aqui nasceram; o trabalho desta gente empreendedora e laboriosa fez desta, uma cidade viva, acolhedora e dinâmica, surpreendendo a todos os que a conhecem pela sua beleza e qualidade de vida.

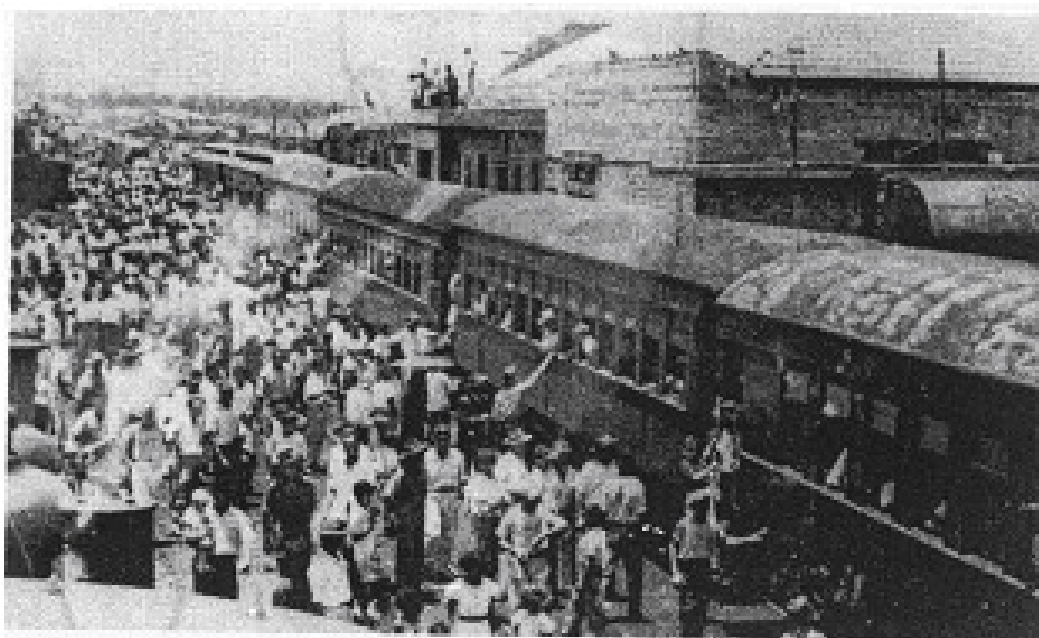


Figura 1.a – Chegada do primeiro trem de trabalhadores, 1953
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Nesse sentido, a denominação dos entrevistados desta pesquisa de “pioneiros do Norte do Paraná”, não ocorreu, optou-se por denominá-los de trabalhadores⁵.

⁵- Para definição de “trabalhadores” ver HOBBSAWN, Eric J. Trajetória do movimento operário. Revista Trabalhadores. São Paulo: Prefeitura Municipal de Campinas, 1989, p.4. Hobsbawn diz que: “a revolução industrial estabeleceu um modo de produção sumamente adaptado ao emprego de uma classe de assalariados ao conjunto já existente dos chamados trabalhadores pobres”.

2.3 Dinâmica, Agentes e Instrumentos da Urbanização e Formação do Espaço Regional

A história da produção espacial urbana e regional da microrregião norte-paranaense, assim como a análise do fenômeno produzido, permite tecer um panorama das forças socioeconômicas presentes em cada momento, bem como identificam os principais agentes envolvidos no processo, na sua forma de atuação e instrumentos utilizados para viabilizar a sua atuação.

A região conhecida como Norte do Paraná, espaço social produzido no decorrer dos últimos sessenta anos, passou por transformações bastante representativas de sua estreita relação com as políticas e movimentos da economia estadual e nacional, estando, entretanto, já desde o seu início, intrinsecamente vinculada aos interesses do capital internacional: relações estas que moldaram e ainda moldam o caráter da mesma.

Em que pese, atualmente, o papel do estado na definição das políticas de desenvolvimento regional, a concepção inicial, planejamento e implementação da produção desse espaço, equivalente a uma terça parte do território do Estado do Paraná, foi quase que totalmente da iniciativa privada através do capital inglês em estreita relação com o capital nacional.

ARRIGUI (1996), em seus estudos sobre a teoria do *ciclo sistêmico de acumulação*, relativa ao desenvolvimento do capitalismo mundial, assim coloca a hegemonia capitalista no século XX, que explica, por exemplo, a penetração do capital inglês na região, na década de 20, cedendo posteriormente espaço para o capital norte-americano que passa a atuar, então, de forma indireta:

Como todos os séculos anteriores, o longo século XX compõe-se de três segmentos distintos. O primeiro começa na década de 1870 e se estende até a de 1930, isto é, desde a crise sinalizadora até a crise terminal do regime britânico de acumulação. O segundo vai da crise terminal do regime britânico até a crise sinalizadora do regime norte-americano – uma crise que podemos situar por volta de 1970. E o terceiro e último segmento vai de 1970 até a crise terminal do regime norte-americano (ARRIGUI, 1996, p.27).

Mesmo que recentemente tenham sido produzidos trabalhos contestando veemente, não seria exagero afirmar que o desenvolvimento de parcela substancial do território paranaense se deu praticamente mais pela visão aguda do capital, seja britânico, nacional ou norte-americano, do que propriamente como fruto da visão administrativa do estado nacional; aliás como fica bastante claro na descrição da forma como se deu o início do processo feito pela própria Cia. Melhoramentos Norte do Paraná em sua edição comemorativa do cinqüentenário, publicada em 1977:

Desde o ano do cinqüentenário da Independência – 1922 – o Governo Arthur Bernardes desenvolvia gestões para que técnicos ingleses viessem ao Brasil estudar sua situação financeira, econômica e comercial com vistas, de um lado, à consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra, e de outro, à reformulação de nosso sistema tributário. Pretendia o governo federal abolir os impostos diretos e instituir uma nova e eficiente sistemática de arrecadação.

A missão inglesa era chefiada por Lord Montagu, ex-secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do tesouro da Inglaterra, que vinha acompanhado de vários assessores, entre os quais se sobressaíam Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente da Hong-Kong e Shanghai Banking; Lord Lovat, diretor da sudan Cotton Plantations Syndicate, assessor para assuntos de agricultura e florestamento; Sir Hartley Withers, comentarista de assuntos financeiros e ex-diretor do The Economist, de Londres.

Além de viajar como assessor da missão Montagu, Lord Lovat tinha como incumbência dos acionistas da Sudan Plantations estudar a possibilidade de vir essa poderosa companhia inglesa a aplicar seus capitais no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra.

É muito importante conhecer essa missão de Lovat, pois com ela se delineava, pouco a pouco, uma convergência de interesses que viria a contribuir decisivamente para a colonização do Norte do Paraná: de um lado Lord Lovat, em busca de informações sobre a nossa agricultura e de terras adequadas para o plantio do algodão; de outro, os fazendeiros do Norte Velho, liderados pelo major Barbosa Ferraz e por Antônio Ribeiro dos Santos, que procuravam interessar investidores estrangeiros na aplicação dos capitais necessários á continuação das obras da companhia ferroviária São Paulo-Paraná, que por essa época estava com a ponta dos trilhos na estação de Leoflora – cerca de meio caminho entre Ourinhos e Cambará (SANTOS, 1997, p.42).

Esse encontro de interesses nacionais e estrangeiros promoveriam a partir de 1925, com a fundação da Brazil Plantations Syndicate Ltd., pouco mais tarde Paraná Plantations Ltd., e sua subsidiária brasileira a Companhia de Terras Norte do Paraná, um dos mais espetaculares empreendimentos de colonização planejada que se tem notícia.

Neste ponto torna-se importante evidenciar, através do relato anterior, qual era o papel do capital e do estado, até então, exatamente como bem coloca CARNOY (1994), em seu estado e Teoria Política:

Evidentemente, o desenvolvimento capitalista e o estado sempre estiveram intimamente ligados. No século XIX, porém o papel do estado nas sociedades capitalistas, embora significativo era em geral relativamente limitado. Isso era, em parte, uma reação ao poderoso Estado mercantilista que antecedeu a revolução industrial, mas era também resultado do grande dinamismo do capitalismo privado. Até os anos 30, a força propulsora das sociedades capitalistas residia na produção da empresa privada. O setor de produção privada, e não o Estado, era a fonte dessa energia e o setor privado da economia era o centro da mudança social (grifo nosso) (CARNOY, 1994, p.9).

Seguindo a lógica daquele momento, efetivamente o capital privado lançava os fundamentos da inserção de uma ampla área no cenário econômico do país, de 1925 à 1960 estradas de ferro e de rodagem cortam a região, inúmeras cidades são planejadas e fundadas, espaços públicos são previamente definidos, a infra-estrutura das cidades são uma preocupação básica da Cia. Colonizadora até pelo sucesso do próprio empreendimento e às custas de muito capital. E a quantidade de migrantes que chegam à região assombra o país, ao ponto de denomina-la de o novo “Eldorado”.

Durante este período, o sucesso do empreendimento inglês é fonte de inspiração para o próprio estado, que a partir do sucesso da Cia. de terras Norte do Paraná, torna-se também empreendedor, conforme descreve FRANCE LUZ (1997).

O sucesso alcançado pela Companhia de Terras Norte do Paraná levou o Governo do estado, possuidor de grandes extensões de terras devolutas entre os rios Ivaí e Paranapanema e de antigas concessões que haviam retornado ao seu patrimônio em 1934, a

encetar um programa de colonização de muitas dessas áreas, no início da década de 1940. Seguindo o modelo bem sucedido da Companhia, o Estado dividiu as suas terras em lotes agrícolas, que vendia a preços acessíveis a pequenos proprietários.

Poucos anos após seu início, alguns fatores clássicos, amplamente conhecidos, como qualidade do suporte geoambiental (fertilidade dos solos, adequação do clima e outros) e sua posição geográfica em relação a mercados e portos de escoamento de produtos, principalmente devido à obra de infra-estrutura prevista pelo colonizador, rapidamente garante à região norte-paranaense uma situação invejável e privilegiada diante de outras regiões do Estado e país.

O período seguinte, da década de 60 até meados da década de 70, quando ocorre a devastadora geada de 1975, e que cria as condições socialmente aceitáveis para o grande projeto de modernização do país, que na verdade seria o grande mote dos governos militares para a política de atrelamento total da economia nacional ao capital estrangeiro, mais especificamente o norte-americano, representa uma transformação total no modo de produção regional, com profundos impactos na forma de organização do espaço, seja este rural ou urbano.

Esse período dá início ao intenso processo de urbanização da região e do país, e onde as preocupações com a gestão do espaço urbano passam a ser uma das maiores prioridades do Estado, que já então desempenha um papel completamente diverso daquele do início do processo de colonização, ou seja, é o estado mediador e facilitador da acumulação do capital privado.

A avaliação do papel do Estado nesse período é fundamental para a compreensão do processo de urbanização e, principalmente do processo de produção do espaço, particularmente o urbano, que se torna o cenário principal do desenvolvimento da vida nacional durante o restante da década de 70 e dos anos 80.

Entretanto, passada a euforia da inesgotável capacidade desenvolvimentista da região, essa nossa última década vem apresentando sinais evidentes de transformações em curso que sinalizam uma nova forma de organização social.

Essas transformações não somente tem como origem processos gerados fora das escalas de poder, tradicionais ou clássicas (o Estado Provincial e Nacional), como também agem e interagem com aquelas “escalas” , de forma nada convencional ou historicamente reconhecidas.

A forma de organização recente do espaço geográfico da região bem demonstra esses sinais de que está se fazendo presente um novo conjunto de relações e processos, os quais, contudo, por seu caráter, digamos, embrionário, não conduzem necessariamente ao entendimento ou explicação do fenômeno; ao contrário, por vezes confundem e embaralham o discernimento.

Por absoluta ausência de parâmetros e padrões já estudados ou conhecidos, as intenções e ações locais ou regionais das autoridades de gestão de planejamento, nas escalas citadas, têm se pautado pela clara falta de compreensão desses processos, o que vem resultando, na maioria das vezes, em ônus econômico e social para essas comunidades.

2.4 A Iniciativa do Capital Privado – um projeto de colonização

Atuando como grande agente imobiliário e tendo interesse em transformar Maringá em um grande centro regional, a companhia, criou medidas que estimularam um rápido crescimento urbano da cidade.

É importante enfatizar, contudo, acerca, do projeto de colonização da região, que este ao ser concebido já incorporava os princípios de modernidade, seja sob o ponto de vista de seu projeto capitalista de exploração de recursos, ou seja, sob o aspecto da concepção do projeto de ocupação do território, ambos sob a ótica inglesa, na condição de detentores do capital inicial.

Quando iniciou a venda dos primeiros lotes urbanos, entre os anos de 1945 e 1958, a cidade possuía inúmeras casas vazias. Tal fato tem origem em uma cláusula do contrato de compra e venda que obrigava o comprador dos terrenos a edificar uma casa no período de um ano. A companhia procurou evitar que os compradores de lotes urbanos fizessem a simples revenda dos mesmos sem edificá-los, pois esta prática especulativa proporcionava um lucro rápido ao

comprador, mas era um obstáculo à ocupação e valorização rápida do perímetro urbano, portanto, contrariava os planos da Companhia. A maior parte dessas casas foram edificadas em madeira, matéria prima farta na época, porém a maioria dos proprietários continuou morando na zona rural. Nesse período, a cidade passou a ser conhecida como cidade-fantasma.

Outra estratégia adotada pela Companhia para as vendas verifica-se no lançamento dos loteamentos, pois estes eram colocados à venda à medida que a cidade crescia e, ao mesmo tempo, reservavam-se alguns terrenos vazios entre os lotes comercializados, para uma comercialização futura, com rentabilidade adicional.

Em 1946, as vendas do núcleo denominado “Maringá Velho”, chegou a comercializar cerca de 62 lotes. Este núcleo fazia parte da Zona 5, tendo sido comercializado a preços e condições especiais por motivos já citados. A comercialização teve prosseguimento:

Em 1947 foram colocados à venda as zonas 1,3 e 7, além da 5, na sua parte mais antiga. As zonas 1 e 3 receberam as atenções da Companhia; a primeira, por ser a central e por haver o interesse de que muitas famílias ali se estabelecessem desde logo, a fim de provocar a valorização dos demais lotes e atrair novos compradores; a segunda, por ter sido planejada para atender às pessoas de menor poder aquisitivo que representavam uma faixa importante para o mercado imobiliário [...] as vendas prosseguiram em ritmo acelerado durante os anos 1948 e 1949 [LUZ,1997:79].

Ainda segundo LUZ [1997], a Companhia iniciou as vendas da Zona 2 em 1949, e estas se concentraram nos três primeiros anos seguintes. A Zona 4 foi aberta em 1950, embora as vendas só fossem significativas a partir de 1951. Na Zona 6, os lotes foram colocados à venda em 1952, mas apenas em 1959, as mesmas foram relevantes. A Zona 7, lançada com as Zonas 1 e 3, teve o início das vendas mais lento, tendo-se verificado um impulso na comercialização da área entre 1950 e 1953. A Zona 8, do Aeroporto, iniciou as vendas em 1952.

Os lotes da Zona 3, destinado à população de poder aquisitivo menor, foram vendidos a preços mais baixos, se comparados aos da Zona 7. Enquanto na

primeira dos preços da venda variavam entre três a cinco mil cruzeiros, os terrenos da segunda foram comercializados a valores entre três mil e vinte mil cruzeiros. E a maior parte a preços de cinco a dez mil cruzeiros.

Na Zona 1, por ser a área central, os lotes foram ainda mais valorizados. Enquanto os primeiros terrenos foram comercializados conforme localização, por Cr\$ 3.000,00, os últimos lotes chegaram a ser vendidos por Cr\$ 160.000,00 [LUZ, 1997]. Isso ocorreu durante os anos de 1947 a 1952, o que proporcionou um lucro extraordinário para a Companhia. No caso da Zona 1, o preço significou mais de 53 vezes o menor valor pago, pois a:

A Companhia não loteou todas as zonas de uma só vez e mesmo naquelas que colocou à venda não procurou vender todos os lotes. Ao contrário, preferiu reservar alguns para vender depois com maiores lucros, enquanto simultaneamente dava início a uma nova área comercial ou residencial. Dessa forma, além de incentivar o crescimento da cidade em todos os sentidos, pôde auferir bons resultados financeiros com valorização em que o desenvolvimento da cidade e a expansão dos equipamentos urbanos provocaram uma demanda por imóveis, sobretudo os de melhor localização [LUZ, 1997:84].

Também chama atenção que as diferenças eram ainda maiores entre os primeiros lotes comercializados e os últimos, conforme o padrão pré-estabelecido de ocupação da cidade. Portanto, a empresa adotou o mesmo princípio de ocupação para a cidade que a utilizava na área rural, e os primeiros compradores possuíam vantagens adicionais, pois ajudariam a valorizar todo o empreendimento.

DIAS [1998], analisando o papel da Companhia em sua ação na organização espacial de Cianorte, outra cidade fundada para ser um centro regional, constatou as mesmas práticas utilizadas em Maringá para a organização do espaço urbano. A Companhia vendeu a maioria dos lotes, mas guardou alguns para si, com objetivos futuros de conseguir uma “[...] renda diferencial, a partir da estrutura urbana criada ao longo dos anos, resultados das relações travadas pelos diversos agentes sociais envolvidos” [p.143].

Os efeitos das estratégias e diretrizes expostas podem ser mensurados através de dados demográficos [Tabela 1]. Estes possibilitam analisar a proporção

em que se deu o crescimento populacional da área colonizada pela CMNP, entre os anos de 1940 e 1960.

Tabela 1 – Área colonizada pela CMNP em Maringá-Pr – Pop. Urbana, Rural e total 1940 – 1960

POPULAÇÃO						
ANO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	No.	%	No.	%	No.	%
1940	19.100	25,4	56.196	74,6	75.296	100
1950	101.811	27,3	271.963	72,7	373.774	100
1960	272.394	30,9	608.912	69,1	881.306	100

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960. IBGE.
Extraído de ENDLICH, [1984, p.44].

Observa-se que em vinte anos a população total multiplicou-se mais de dez vezes. Quanto à população urbana e rural, apesar de ambas apresentarem crescimento absoluto, a população rural passa, gradualmente, a ter uma participação percentual maior na composição da população total.

Enquanto a CTNP/CMNP detinha o controle imobiliário dos lotes da cidade de Maringá, sua estruturação seguia os padrões do projeto idealizado pelo urbanista Jorge Macedo Vieira. Quando a conjuntura sócio-econômica regional passa por profundas transformações em meados da década de 70 [substituição e modernização da agricultura do café pelo binômio soja-trigo], ocorre a substituição das funções da cidade e esta se reestrutura para melhor atendê-las. É então que a CMNP perde o controle imobiliário do espaço urbano, cabendo a particulares o benefício dos loteamentos periféricos desfiguraram a feição original da cidade, fazendo com que Maringá sofresse as vicissitudes próprias de uma cidade de médio porte que, sob muitos aspectos, não estava preparada para um crescimento rápido como o ocorrido. Esse processo de deterioração do padrão urbanístico repete uma tendência da urbanização brasileira das populações de menor renda, em áreas mal dotadas de serviços e de baixo padrão urbanístico.

2.5 As Estratégias de Ocupação

Localizada no Norte do Paraná, a cidade de Maringá conta hoje com aproximadamente 300 mil habitantes [Figura 2]. Fundada em 1947 e elevada a município em 1951, Maringá foi uma das principais cidades do Paraná que deixou importantes registros na história do Estado e da própria cidade. Foi planejada por uma companhia privada [Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP] de origem inglesa, durante a expansão da frente cafeeira paulista. Dos 545 mil alqueires adquiridos no norte do Estado, esta companhia acabou por implantar um projeto imobiliário baseado na pequena propriedade e na fundação de cidades, próximas umas das outras, que seriam os núcleos difusores do projeto. Maringá foi um desses núcleos.

Figura 2 - Localização da cidade de Maringá - Paraná - Brasil.

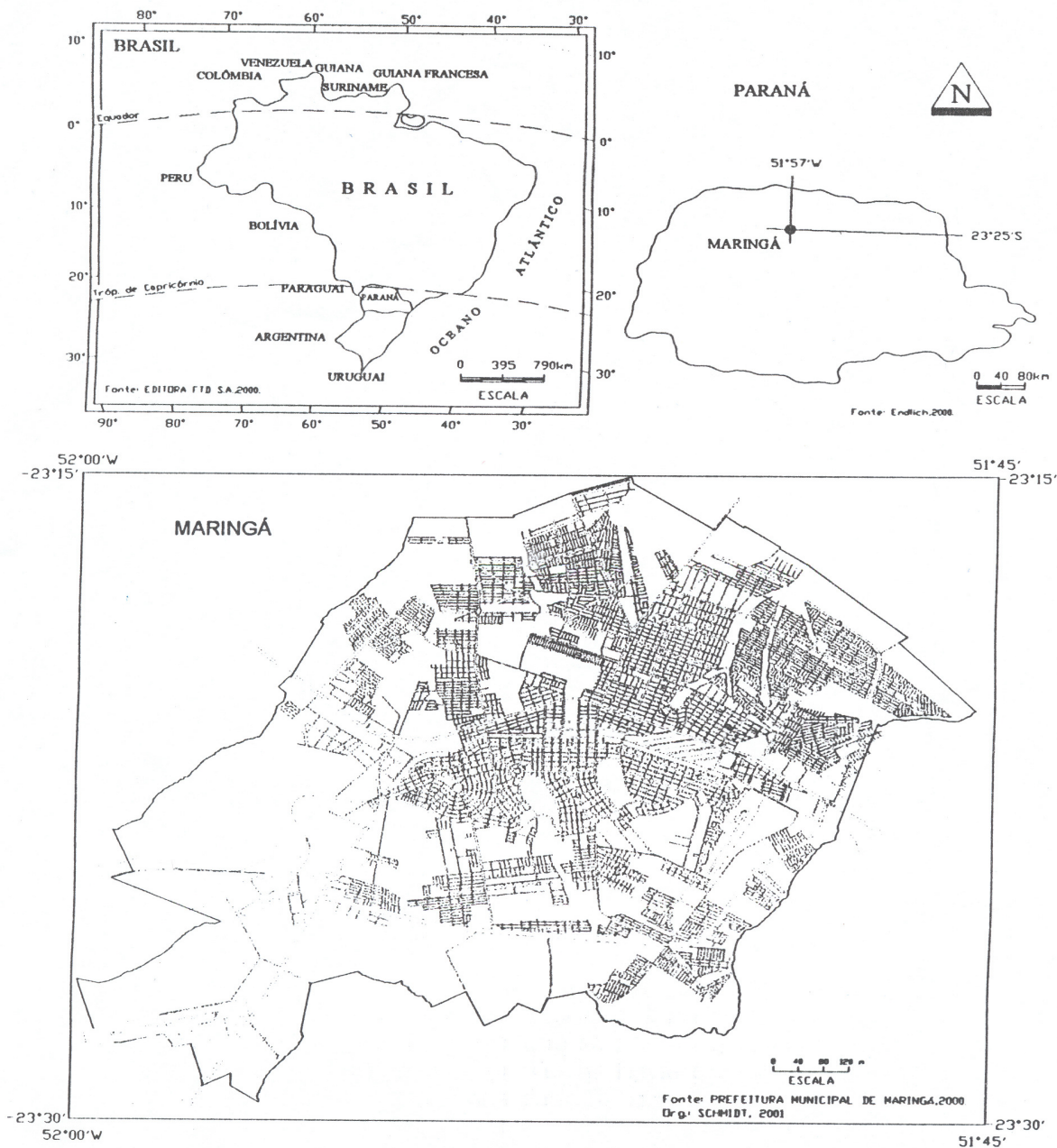


Figura 2 - Localização da cidade de Maringá no Estado do Paraná
Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, 2003.

A compreensão do “surgimento” da cidade de Maringá, além de se remeter ao contexto histórico da colonização brasileira, deve ser apreendido ao contexto histórico das cidades em nosso país. Assim se procede tendo em vista o paralelo passível de ser estabelecido entre a origem de Maringá e outras cidades do Brasil – o surgimento de núcleos urbanos subsidiados pela atividade agrícola.

As primeiras cidades edificaram-se no Brasil para fixar um ponto estratégico no mapa da conquista. São as cidades de ocupação. Na verdade, são fortalezas que mais tarde podem, ou não, se constituírem no coração da nova *urbe*, através do povoamento que se faz pelo advento de aderentes em busca de segurança e proteção. À medida que a colonização do Brasil se expande, outros núcleos vão surgindo com características e hierarquias próprias [OMEGNA, 1961]. É nesse contexto que MARX [1991:12] estabelece uma didática exposição de como se dá a sucessão e expansão de grande parte das cidades brasileiras a partir de um pequeno adensamento populacional: “Inicialmente uma concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada, uma paróquia [ou freguesia], vila e, finalmente, a cidade com autonomia municipal”. Para AZEVEDO [1957], os embriões das cidades brasileiras foram lugares fortificados, postos militares, arraiais, engenhos, fazendas, patrimônios, núcleos coloniais, pousos de viajantes e estações ferroviárias.

Afora aquelas cidades nascidas sob a égide da disputa territorial, encontram-se outras que têm sua origem a partir da vila agrícola. Essas, por sua vez, formadas pelo aglomerado de choças que, sem qualquer vínculo com a vizinhança evoluem para o estágio primário de urbanização. É esse o primeiro liame cidadão. A feição urbana é esboçada pela necessidade de uma autoridade local e divisão do trabalho. A produção agrícola sustenta a *urbe* e os lavradores constroem obras de uso comum: a capela, o mercado, a sede da câmara, a cadeia. A esse respeito escreve OMEGNA [1961:68]: “A predominância da economia agrícola na vida colonial brasileira vai dar ensejo a que se multiplique o número desse tipo de urbanização pelo país. Elas representam o mais freqüente processo de citatização de nossas populações”.

A importância da agricultura das cidades brasileiras não se fez sentir somente no período colonial. Ainda em tempos recentes, quando do desbravamento de novas fronteiras agrícolas nas regiões Norte e Centro oeste, o processo parece ser idêntico. Da mesma forma se deu a ocupação da região Norte do Paraná – onde se localiza Maringá -, a qual se fez pela expansão cafeeira, assentada em uma produção mercantil e bastante dinâmica, com grande adensamento populacional. A cultura do café ao se expandir incorporava novas terras e demandava um número crescente de trabalhadores; isso por sua vez ampliava o mercado consumidor para produtos industrializados, o que fomentava o surgimento de pequenas agroindústrias [IPARDES, 1983; LUZ, 1988].

Embora alicerçada pela cultura do café, a colonização observada em Maringá e seu entorno apresenta particularidades próprias e, em parte, diferentes das demais que ocorreram no Brasil, e mesmo no Estado do Paraná, só se assemelhando – guardadas as especificidades de cada uma àquela da alta Sorocabana, que lhe foi anterior. Acompanhou de modo empresarial e organizado ao avanço da “onda cafeeira”, dirigido, de um lado pela CTNP e outras empresas particulares e, de outro, pelo próprio Estado [LUZ, 1988].

BRUAND [1981:72], assim se refere às cidades geradas pelo movimento de expansão da frente pioneira que vem da Alta Sorocabana e se estende ao Estado do Paraná:

Muitas cidades nasceram umas após as outras no Oeste do Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, à medida que as plantações de café avançavam para o interior. Uma rede, muito densa para o Brasil, surgiu dessa maneira em alguns anos; cidade como Marília e Londrina, fundadas em 1933, ou como Maringá, uns dez anos mais nova.

A percepção de LEVY STRAUSS [1986:113-114], é extremamente reveladora referindo-se, da seguinte forma, ao projeto de colonização que estava em fase de implantação pela CTNP:

Um espaço informe adquiriria, dia após dia, uma estrutura urbana; ia-se diferenciando à imagem e semelhança do embrião que se reparte em células, que se especializam em grupos, caracterizados, cada um deles, pela sua função. [...] Nestas cidades de síntese do Brasil meridional, a vontade secreta e teimosa que se manifestava na implantação das casas, na especialização das artérias, no estilo nascente dos quarteirões, parecia tanto mais, significativa quanto mais evidente era o fato de contrariar, ao mesmo tempo que prolongava o capricho que tinha originado a iniciativa. Londrina, Nova Dantzig, Rolândia e Arapongas – nascidas da decisão duma equipe de engenheiros e financeiros – entravam suavemente na diversidade concreta duma ordem verdadeira, tal como acontecera um século antes em Curitiba, tal como talvez aconteça hoje com Goiânia.

É assim, pois, que com o intuito de desbravar novas terras para o plantio de café, fazendeiros paulistas e mineiros deram início, em princípio deste século, à colonização do Norte do Paraná, na região hoje denominada Norte Velho.

Conhecido o potencial das novas terras, principalmente visando o plantio de café, a empresa colonizadora britânica Paraná *Plantations Company*, através de sua subsidiária, a CTNP, adquiriu do governo do Estado e de diversos posseiros uma gleba de 515.000 alqueires, que veio a se constituir no norte Novo. Em 1929, de acordo com CORRÊA JÚNIOR [1991], a CTNP arrenda a estrada de ferro no trecho Ourinhos [SP] – Cambará [PR], estendendo-se esta rede em direção às suas terras, até atingir o rio Tibagi.

Em decorrência da deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939, um grupo de brasileiros adquiriu dos ingleses a CTNP, que passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná [CMNP], somando, sob essa nova estrutura, mais 30.000 alqueires às terras existentes, região que passou a ser denominada Norte Novíssimo [PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 1997].

Três princípios nortearam a colonização:

- 1- A construção de um eixo rodo-ferroviário de penetração, com a dupla finalidade de facilitar ao acesso às novas áreas e permitir escoamento rápido e seguro à produção da região;

2- Assentamento de núcleos básicos de colonização na rota desse eixo rodo-ferroviário estabelecidos, progressivamente, a uma distância de 100km uns dos outros que definiram, em ordem Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama; cidades estas planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços. Entre esses núcleos urbanos principais fundou-se, de 15 em 15km, pequenos patrimônios, cidades bem menores com a finalidade de servir como centro de abastecimento da população rural; e,

3- Divisão da zona rural em áreas, em média, não superiores a 14 alqueires, ajustadas à produtividade do solo e à cultura cafeeira demarcadas de modo a dotá-las de parte de baixadas, servidas por cursos d'água, e de parte do espigão, menos sujeito a geadas, e limitadas por estrada de rodagem. [COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977].

O ambiente social que se estabeleceu na região era favorável à motivação positiva no sentido da produção e acumulação de capitais, estimulando os trabalhadores que buscavam sua independência. O café, como mercado externo garantido pelo governo federal constituía-se, como fio condutor da economia e garantia o processo de acumulação. A madeira de lei, colhida durante a abertura das áreas agrícolas e, muito mais, as lavouras intercaladas aos cafeeiros e nos fundos de vales, garantiam a subsistência e a reprodução de uma economia regional que se capitalizava a partir do pequeno e do médio produtor [LUZ, 1980].

O sistema de ocupação e colonização da região, concebido pela Paraná *Plantations Ltd.* e continuado pela CTNP, não se restringiu à adoção de uma estrutura fundiária inovadora. Acreditavam na necessidade de uma rede urbana capaz de organizar o comércio e os serviços de apoio à produção e ao produtor rural. Assim, uma rede urbana hierarquicamente estruturada foi implantada, ao mesmo tempo em que os lotes rurais eram ocupados e a rede viária se expandia. Centros regionais, subregionais e locais acomodavam a organização da produção. Com a vocação planejada para ser um dos centros regionais, foi fundada a cidade de Maringá em 10 de maio de 1947 como distrito de Mandaguari. Por sua vez, essa “emancipou-se em 10/10/1947 de Apucarana, que se desmembrou em 23/12/1943 de Londrina, que se emancipou em 03/12/1934 de Jataí, que se

originou em 14/03/1929 de São Jerônimo, que se desmembrou em 23/02/1920 de Tibagi, que se emancipou em 18/03/1872 de Castro, que se originou em 24/09/1788 de Curitiba, que se desmembrou em 29/03/1693 de Paranaguá, criada em 29/07/1648 por Carta Régia” [DE ANGELIS, 2000].

2.6 Maringá - Cidade Planejada

A observação dos planos originais das cidades implantadas pela CTNP revela guardadas as diferenças funcionais e de escala originalmente previstas, um sofisticado sentido de desenho, mesmo nos núcleos maiores, como o caso de Maringá. O plano para a cidade [Figura 3] constituiu em dividi-la em várias zonas distintas, o que veio definir suas funções urbanas: do comércio, da indústria, dos armazéns, das habitações de vários padrões e uma zona de serviços públicos.

O padrão de desenho criado para Maringá pelo Urbanista Jorge de Macedo Vieira [Figuras 3 e 4] segue os princípios adotados, a partir do início do século XX, por Ebenezer Howard, e que se convencionou chamar de “cidade jardim”. Constata-se a busca da organicidade, a adequação do urbano às características da paisagem e do clima locais, a presença de amplos parques e de um urbanismo de espaços abertos. O traçado urbanístico da cidade obedeceu a um plano previamente estabelecido: praças, ruas e avenidas foram demarcadas, considerando ao máximo as características topográficas do sítio escolhido. Ao longo do tempo, constata-se que este modelo de desenho urbano não se repetiu nos acréscimos ao plano original da cidade. Devido a urbanização ser considerada “acelerada”, houveram modificações no Plano urbanístico de 1947, já que no mesmo ano, por exemplo, não existia a ocupação de alguns bairros que não estava no projeto inicial [ao Norte da Avenida Colombo]. Iniciava-se a ocupação do espaço em todos os sentidos, partindo da área central, sobretudo em direção a zona Norte da cidade, agravado com a implantação de inúmeros loteamentos irregulares próximos a estas áreas. Nesse período, já emergem questões oriundas das pressões do mercado imobiliário, distorcendo o plano inicial, aquelas ligadas ao próprio processo de ocupação da região e a mentalidade dele resultante, que

determinaram em Maringá um valor fictício muito elevado da terra urbana [SCHMIDT, 2002).

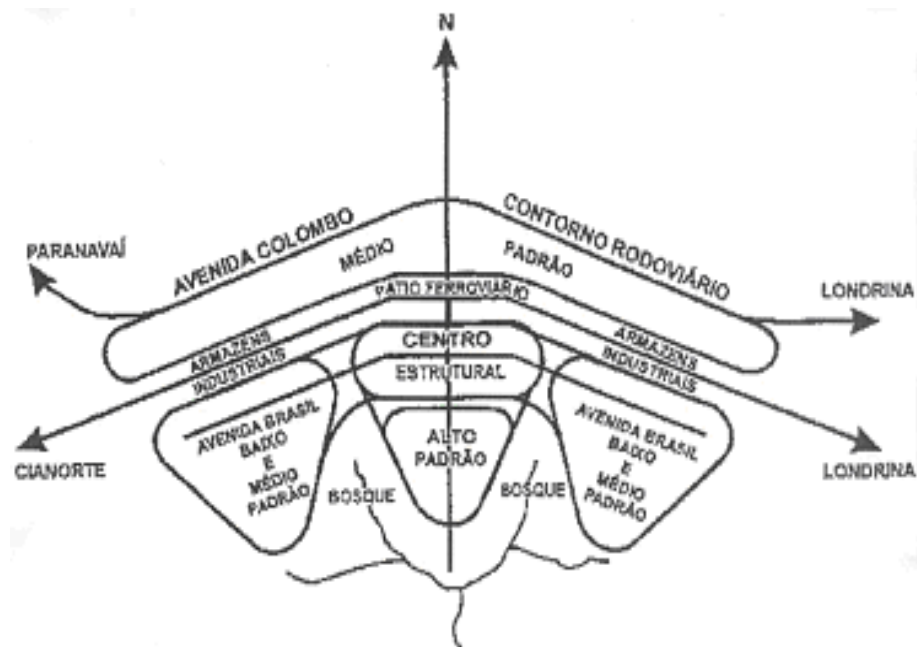


Figura 3 – “Esquema original da cidade de Maringá, segundo o padrão econômico”

Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná– 1950.



Figura 4- Jorge Macedo Vieira em entrevista 1972
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Curiosamente encontramos parte da entrevista de Jorge Macedo Vieira onde o mesmo relata sua impressão frente ao plano da cidade de Maringá projetado por ele:

O projeto de Maringá, a curiosidade que tem é que os parques que eu projetei no meio da cidade, eu projetei aqueles parques com o seguinte sentido: de mostrar às gerações que viessem depois, quando a cidade tivesse construída, o que era Maringá antes da cidade né? Era uma mata virgem. E de mais a mais são os pulmões da cidade (...) Maringá, não deve temer tanto a poluição como o resto do mundo, ela já tem dois pulmões (Jorge Macedo Vieira, 1972).

A mera observação dos traçados atuais destes centros revela a perda de qualidade que ocorreu em função do crescimento recente. Enquanto no primeiro plano, os bairros são facilmente delimitáveis [Figura 5], ora por barreiras físicas, como os bosques, ora pelo desenho da vias, ora pelos usos diferenciados, os bairros posteriores não são facilmente delimitáveis, [Figura 6], havendo uma interpolação de limites que acaba por não caracterizar as unidades e até mesmo de forma administrativa, estes são regionalizados de maneiras diversas, de acordo com a necessidade de cada atividade. Os próprios moradores agrupam bairros em suas associações, e recorrem a mapas oficiais pra estabelecer os limites de seu domínio.



Figura 5 – Desenho Viário do projeto original
Prefeitura Municipal de Maringá- Projeto Memória, 1954.

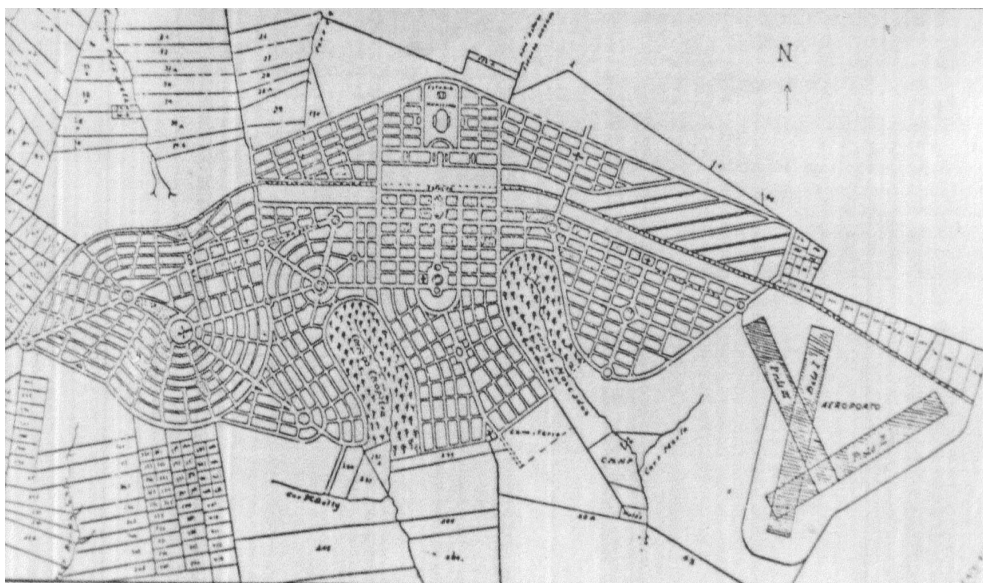


Figura 6 – Plano urbanístico da cidade de Maringá
Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá- Projeto Memória, 1964

Projetada para abrigar uma população de 200 mil habitantes num prazo de 50 anos, Maringá aos 57 anos, conta com uma população estimada de 300 mil habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2003). O núcleo original da urbe foi estabelecido em um pequeno povoado na localidade denominado “Maringá Velho” [atualmente um bairro da cidade], constituído de uma rua principal e algumas transversais. Entretanto, esta localidade não era definitiva, pois a CTNP intencionava projetar a cidade em terrenos mais amplos e também aguardar o traçado da estrada de ferro, pois era de seu interesse que o centro da cidade coincidissem com a localização da estação ferroviária. Ao mesmo tempo, a CTNP estimulava “a vinda de moradores para aquele povoamento inicial, com a finalidade de fazer dele um ponto de apoio para a futura cidade. [...] instalaram-se, assim, os primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços” [LUZ, 1980:105]. Dessa forma, após os levantamentos topográficos e a chegada da estrada de ferro, tem início à ocupação do núcleo definitivo, sendo a cidade dividida em zonas, de acordo com sua função, quais sejam: de armazéns e indústrias, residencial de alto padrão, residencial de baixo padrão e médio padrão, e o centro estrutural da cidade. Nesse período foram construídos alguns edifícios: o da Companhia de Terras Norte do Paraná e o da estação rodoviária.

A área urbana da cidade abrangia, no plano inicial, 600 alqueires com cerca de 5km de comprimento e 3km de largura. Dessa área, 44 alqueires foram reservados para dois bosques de floresta nativa [Parque do Ingá e Bosque 2], com 22 alqueires cada um, que se localizavam em pleno perímetro urbano. Todas as avenidas foram projetadas com largura que variam entre 30 e 60m, apresentando duas mãos de trânsito e canteiros centrais para a arborização e ajardinamento. Para as ruas, foi estabelecida largura não inferior a 20m. Ao longo das avenidas foram construídas rotatórias, com diâmetros que variam entre 60 e 100m, sendo que essas passaram a fazer parte do conjunto de praças de Maringá após urbanizadas. O traçado de ruas e avenidas foi feito segundo dois critérios, e em consonância com a topografia da área. Na zona central da cidade e nos loteamentos implantados fora do plano original, o arruamento é ortogonal, dando origem ao plano conhecido como “tabuleiro de xadrez” [Figura 6].

Nos bairros residenciais projetados no plano original os arruamentos são curvos, com avenidas perimetrais e radiais de acesso mais rápido ao centro da cidade. A ocupação da malha urbana deu-se em um primeiro momento no sentido leste-oeste, acompanhando o traçado da linha férrea que “corta” a cidade, preenchendo, depois os vazios no sentido norte-sul.

Mesmo tendo sido descontínua temporal e espacialmente, a produção de parcela da cidade externa ao plano inicial da Cia., se deu, quase que totalmente, sobre um segundo projeto, também unitário, proposto pelo Poder Público Municipal. Plano este, que se não determinou o traçado de cada via da cidade, pelo menos o induziu de forma determinante.

Desta forma, a análise do processo de “produção da cidade” de Maringá, que agora se propõe será feita levando-se em conta quatro momentos: o projeto da Companhia (1945-1947), o primeiro Plano de Diretrizes do Poder Público Municipal (1979), o Plano de Contenção Urbana e Inserção regional (1991) e a revisão do Plano de Diretrizes.

2.7 A Maringá dos Ingleses

Os detalhes da construção do que viria a ser a primeira edificação da futura cidade [Figura 7] e do momento de sua inauguração é descrito pelo Engenheiro da Companhia Aristides de Souza Mello:

Tudo em redor era mato e o único material disponível era a madeira, grosseiramente serrada á mão por empreiteiros portugueses. Assim ergue-se a primeira obra, coberta de telhas também de madeira (Timburi), chamadas Taboinhas. Para a sua inauguração foi organizado pelo prefeito e pela Companhia uma verdadeira excursão ao local, distante mais ou menos 127 quilômetros de Londrina. Todos os participantes eram moradores da região. As conduções, automóveis e ônibus da Viação Garcia, eram movidos a gazogênio (sic), devido à falta de gasolina decorrente do estado de guerra. Após mais de quatro horas de viagem chegamos ao hotel, ornamentado com verdes palmitos e uma faixa com a legenda preparada pela Prefeitura: Marcha para oeste, Maringá-Porto São José, 10 de novembro de 1942. Uma feliz fotografia, nítida em todos os detalhes, fixou este evento para posteridade (MELLO, apud SANTOS, 1975, p.135).



Figura 7 – Inauguração do primeiro Hotel – Maringá Velho
Fonte: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950.

Apesar do relato acima, o início da ocupação territorial da gleba onde estaria mais tarde inserida a cidade de Maringá se deu desde o ano de 1938. Conforme registros da C.M.N.P., pesquisados por LUZ (1997, p. 60), “até 1942 a Companhia já efetuara 496 transações imobiliárias, representando 12,2% das propriedades rurais da área que posteriormente corresponderia ao Município de Maringá”.

A abertura da mata, demarcação dos lotes rurais, início das vendas e implantação de um núcleo urbano provisório na área onde hoje está implantada a cidade, foi obra exclusiva da Companhia enquanto de posse dos ingleses. Estes já haviam até então planejado e implantado uma dezena de núcleos urbanos, entre os quais pelo menos Londrina (1934), Apucarana (1943), Rolândia (1943), Araongas (1947), Cambé (1947), Mandaguari (1947), Astorga (1951), Jandaia do Sul (1951) e Marialva (1951); (as datas correspondem ao ano de implantação).

Em função da necessidade, primeiramente, da própria Companhia de contar com um local de apoio para corretores e compradores de lotes rurais nas glebas que formariam a cidade de Maringá e, por conseguinte um núcleo que oferecesse um contato destes com o mundo exterior através de bens básicos de consumo, a empresa incumbiu o Engenheiro Aristides de Souza Mello a construir “um hotel pioneiro [Figura 7] na praça que se abriria futuramente no fim da estrada” (MELLO, apud SANTOS, 1975, p.135).

A cidade, ainda sem nome, segundo se afirma SANTOS (1975), ANDRADE (1979), LUZ (1997), fazia parte dos planos da companhia para ser um dos quatro grandes núcleos principais de ocupação da área adquirida em 1925 (Figura 8).



Figura 8 – Maringá Velho e Maringá Novo
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950.

As mesmas publicações também afirmam que, como parte da estratégia de integração da região, o traçado definitivo da cidade dependia do traçado do eixo de penetração na área, que era constituído pela linha férrea, cuja concessão

foi, igualmente, propriedade da Companhia até 1944, quando é vendida para o governo federal e incorporada à Rede Viação Paraná Santa Catarina.

O núcleo inicial da cidade, portanto, desenvolvido após a instalação do primeiro hotel, afirma-se, igualmente, que tinha caráter provisório, tendo sido formado ao longo da estrada que seguia para o oeste do estado, recebendo mais tarde, a denominação de “Maringá Velho”, como hoje é conhecido [Figura 8].

É bem provável que o empreendedor inglês, ao iniciar o projeto de ocupação territorial como querem alguns, ou projeto imobiliário, como enfatizam os críticos, já tivesse concebido uma forma de ocupação racional do território; se não da maneira como é descrito atualmente, tanto nas publicações oficiais da companhia, quanto na maioria dos trabalhos sobre o assunto, mas ao mesmo de tal forma, certamente, a minimizar o retorno do investimento como qualquer outro empreendimento capitalista que se tenha notícia.

Entretanto, não parece, que alguns aspectos, como, por exemplo, o projeto dos núcleos urbanos que nos interessa em particular tivessem sido concebidos, *já na fase inglesa*, com a grandeza pretendida pelas publicações oficiais da empresa, ou por alguns pesquisadores. A impressão que se têm é exatamente ao contrario se os relatos da edição comemorativa dos cinquenta anos da Companhia, patrocinada pela mesma, fossem considerados:

O grupo de investidores brasileiros, ao ficar com as terras e com o plano de colonização pertencentes aos ingleses, não alterou as sábias diretrizes fixadas pelos seus antecessores. Ao contrário, procurou evitar qualquer solução de continuidade que pudesse interromper a magnífica obra de desbravamento e uso racional da terra que se observara em Londrina e nas áreas adjacentes. Para tanto, conservou Arthur Thomas como gerente da Companhia, até fins de 1949, quando esse grande administrador e amigo do Brasil alcançou merecida aposentadoria. Por essa época, a diretoria passou a considerar essencial para o futuro da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná a mudança de algumas diretrizes até então seguidas. A conjuntura brasileira alterava-se celeremente, intensificando-se a industrialização e abrindo-se novas oportunidades nos setores da colonização, da agricultura e da pecuária. Mas, para tanto, era preciso colocar à testa da empresa um homem de grande descortino, que soubesse não apenas cuidar da parte de repartição e venda de terras, mas que aliasse a esses predicados de comercialização as indispensáveis

qualidades de um hábil negociador e político, no sentido mais elevado desses termos (SANTOS, 1975, p.101).

Essa afirmação não corresponde aos fatos, e parece mais uma gentileza para com Arthur Thomas e para com os ingleses, na medida em que já em 1945, no ano seguinte à aquisição da Cia. Pelo grupo nacional, o anteprojeto da cidade de Maringá representava uma alteração sensível nas características das cidades então fundadas pelo grupo inglês.

Conforme se descreveu anteriormente, o hotel inaugurado em novembro de 1942, e o núcleo implantado ao longo de uma estreita via de penetração para oeste, por sua forma tão singela e materiais tão precários, não deixava entrever qualquer sinal de grandeza para o núcleo que surgia.

Para dar legitimidade a essa questão, recorre-se ao depoimento do Ex-Diretor da Cia. Anibal Bianchini da Rocha, realizado em junho de 2000:

.../ Logo depois que o grupo brasileiro adquiriu a Companhia dos ingleses em 1944, vocês estão sabendo a história do “Maringá Velho” !?, a Companhia viu a posição de Maringá como grande centro geoeconômico da região, o projeto urbanístico de Jorge Macedo Vieira foi uma reformulação do projeto inicial dos ingleses; o projeto da CNTP dos ingleses era para uma cidade de 20 mil habitantes, .../.

Desconsiderar, no entanto, que o empreendimento bem como seu capital eram ingleses, ao menos até 1944, e estes, além de seu pragmatismo em assuntos de exploração colonial, enfrentavam um conflito de enormes proporções na Europa naquele momento. Segundo o próprio relato da Cia., novamente através da edição comemorativa do 50^o aniversário, já no segundo semestre de 1939, praticamente coincidindo com o início da venda dos lotes rurais na área, a empresa já constava de lista oficial de vendas de empresas do Governo inglês, por razões de repatriação de capital, como esforço de guerra.

Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a Inglaterra passou a necessitar de recursos em escala cada vez maior para fazer face às suas imensas despesas. Por isso o governo britânico adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no exterior. Semanalmente à venda em todo o mundo (SANTOS, 1975, p. 97).

São indicativos suficientes de uma mudança de postura, ao menos no que concerne ao caráter dos núcleos urbanos, implantados, as próprias características do projeto, elaborado nas duas principais cidades da fase nacional da Cia, iniciada em 1944. A escala mais ampla dos projetos concebidos, o traçado desafiador em termos de implantação, a preocupação em harmonizar o território com o traçado, são apenas alguns dos aspectos mais evidentes dos projetos destes (a Cia. Na fase nacional) em relação aos daqueles, da fase inglesa. Paradoxalmente, das cidades norteparanaenses nessa área, os melhores exemplares com influências de um modelo inglês foram concebidos por brasileiros.

As considerações aqui apresentadas ajudam a evidenciar dois aspectos casuais da história da produção da região “colonizada” pela CMNP, mas que foram determinantes para que a cidade é hoje: a mudança de controle acionário da Cia., para capital nacional e, por conseqüência as mudanças de atitude já descritas e, segundo, os novos papéis imaginados para os núcleos urbanos que seriam criados em função da conjuntura que se apresentava; o que além de fatores de outra natureza, determinou o caráter revolucionário do traçado da cidade.

2.8 A Evolução do Espaço urbano

Sobre a evolução da implantação do projeto da Companhia, após a primeira venda de lote feita em 6 de maio de 1947, bem como, os acréscimos de área urbana além do plano daquela, há vários estudos e relatos, entre os quais de forma bastante detalhada o de LUZ (1980, 1997, MÜLLER (1956), COMPANHIA DE MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (1977), SOUZA (1971), BARNABÉ (1989), SERRA (1986), MORO (1980 E 1992), MENDES (1992), FIGUEIREDO (1997), GRZEGORCZYK (2000), (SCHMIDT, 2002). Desta forma concentra-se a discussão em aspectos mais gerais.

Importante ressaltar aqui um alerta dos estudos de BOEIRA (2000, p. 93) quando o mesmo refere-se a um fato extremamente interessante, porém, ainda não suficientemente estudado, que é o provável embate que a Companhia deve

ter tido com compradores de seus lotes rurais no perímetro imediato da cidade ainda em processo de implantação. O autor cita como exemplo o “Jardim Paraíso”, utilizando uma simbologia “Z”, para diferenciar de um outro jardim implantado mais tarde, que foi loteado e totalmente vendido, sem nunca ter sido implantado, a partir do lote 129 da Gleba Ribeirão Maringá adquirido da Companhia em fevereiro de 1945. A aprovação do projeto do loteamento em questão data de 30 de agosto de 1947, na prefeitura do município de Apucarana e registrado em cartório em outubro do mesmo ano. Isto quer dizer que, ele é lançado quase que simultaneamente à cidade da Companhia. Atualmente encontra-se irregular perante a prefeitura de Maringá. Apesar de nunca terem sido abertas as ruas, muitos lotes foram comercializados. Como este loteamento, inúmeros outros foram lançados na mesma situação, sendo que, alguns destes permanecem irregulares junto ao poder público municipal até hoje.

E acrescenta, que tais iniciativas sempre foram silenciadas oficialmente, bem como acerca do caráter do processo inicial da implantação da cidade, que foi realizado de forma bastante turbulenta, e com alguns conflitos de interesse no que se refere ao projeto imobiliário da Companhia, pelo que se pode depreender dos fatos.

Outros empreendimentos, entretanto, também do período inicial, lançados em datas muito próximas do projeto da cidade, tiveram mais sucesso e podem ser enquadrados nessa mesma categoria de concorrentes com o projeto da companhia, como descreve MENDES (1992,p.114).

Em 1947, lança-se á venda na zona 1, ou Zona do comércio, onde os lotes/datas eram comercializados de maneira quase sorteada, ficando obrigatório, por parte do comprador, o compromisso de construir, no prazo máximo de um ano. Nesse mesmo ano, loteava-se a Vila Santos Antonio fora do perímetro urbano, ao norte do mesmo (COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL –MARINGÁ, 1967) /.../, esta foi incorporada ao mercado imobiliário, tendo em vista o elevado custo do solo urbano na área do projeto definitivo da cidade. O loteamento em questão, com 413 datas, foi destinado às pessoas de menor poder aquisitivo.

Esse fato evidencia a questão do monopólio sobre a área em mãos da Companhia, certamente mantendo o controle estrito de preços, seria a grande razão para a proliferação de inúmeros outros empreendimentos, nos anos imediatamente posteriores ao núcleo inicial do “Maringá Velho”, praticamente de forma simultânea à implantação do Plano de Macedo Vieira.

De fato, de 1946 a 1954, em somente oito anos, excetuando-se os distritos de Iguatemi e Floriano, mais distantes da área urbana, são lançados 11 loteamentos, representando um acréscimo em termos de número de lotes, em relação ao plano inicial da Companhia de 17,4% a mais, o que de fato não é muito significativo se considerarmos o período seguinte (BOEIRA, 2000, p. 94). Os loteamentos desse período apesar de estarem bem próximos à área urbanizada, e serem contemporâneos do projeto da Companhia são os que apresentam maior diversidade morfológica entre seus elementos constituintes, ruas, quadras e lotes (dimensões, formato, proporções e relações de medida), portanto sem muita relação com o projeto de Jorge Macedo Vieira.

Alguns vieram a constituir-se em sérios problemas para administrações futuras, pois ali se proliferaram locais de sub-habitações, com praticamente nenhuma infra-estrutura urbana ou equipamentos comunitários.

No período de 1955 a 1967, em 12 anos, se produzem os dois maiores loteamentos na cidade, pós plano da Companhia: O Jardim Alvorada e a Vila Morangueira. Os dois sozinhos representam uma área equivalente a 55,3% do plano de Macedo Vieira. O primeiro tem área aproximada a 339 hectares, o segundo, a 143 hectares que podem ser comparados ao jardim América em São Paulo com 109 hectares e a Segunda cidade-jardim inglesa Welwin Garden City, com 525 hectares. As proposições são de uma pequena cidade (BOEIRA, 2000,p. 94).

Apesar de sua grande dimensão, esses dois loteamentos apresentam a melhor relação de integração com o Plano inicial de Jorge Macedo Vieira, particularmente sob o aspecto formal de integração viária. Como todos os outros loteamentos, entretanto, apresenta uma redução no tamanho de lotes e dimensão de vias e calçadas, alterando a sensação de amplitude que o caminhar pelo plano

de Vieira proporciona. Observando-se estas questões em relação à Vila Morangueira e sabendo-se que esta foi empreendimentos do Diretor Gerente da Companhia na época, Alfredo Nyffler, pode-se tecer a hipótese de que o padrão de desenho e a morfologia do projeto inicial da cidade não representavam valores formais a serem definidos, pelo menos pelo grupo local.

Quanto ao período citado, ressalte-se, ainda, que nele foram apenas nove loteamentos, contra onze do período anterior, porém a área loteada foi 3,5 vezes maior. Fato marcante, é que não ocorrem loteamentos nos anos de 1955-1958, e também nos de 1964-1967, portanto toda essa expansão se concentra no período de 1959-1963, sob o governo do Prefeito João Paulino Vieira Filho.

Curiosa coincidência, mais um período em que a expansão urbana ocorre de forma concentrada, é o de 1976-1982, grande parte durante o segundo governo do mesmo Prefeito João Paulino Vieira Filho. Acrescentando-se o ano de 1983, já no primeiro ano do governo seguinte, a produção de área loteada equivale à 22.849 lotes (32% do número de lotes urbanos, em março de 2000) contra 12.002 lotes (16,8%) do projeto de Jorge Macedo Vieira. Esta foi a maior expansão da cidade em menor período de tempo desde a sua fundação e coincide com a migração em massa decorrente do processo de mudanças econômicas e tecnológicas no campo e nas cidades da região (BOEIRA, 2000, p. 95).

A seguir, de 1984 a 1989, coincidindo com o intenso processo de verticalização, o número de lotes parcelados equivale, em todo o período, a menos do que tinha sido produzido no ano de 198, inteiro. Há o mito da segurança e da praticidade do apartamento sobre a residência isolada. Os altos custos de condomínio e os problemas construtivos demoliram o mito em menos de uma década.

Em 1990, novamente a expansão horizontal da cidade toma novo impulso, a partir de uma demanda renovada pela casa e pelo espaço do quintal. São 18.613 lotes, equivalente a 26,07% do total de lotes da cidade em março de 2000.

Destaque para o fato de que, com a elevação de Maringá à categoria de município em 14 de novembro de 1951, perdeu a CMNP o controle que possuía sobre o processo de urbanização da cidade, sendo aprovados pela Prefeitura,

durante a década de 50, seis loteamentos fora da área do projeto original, antes que fosse completada a comercialização total dos seus lotes. Esses loteamentos acrescentaram outros 145,0 ha e mais 985 lotes à área urbanizada que aumentou para 1.849,9ha, com um total de 15.686 lotes em 1960. No Censo desse ano, a população urbana de Maringá chegava a 47.592 habitantes, resultando em uma densidade média de apenas 25,7 hab/ha, própria de seu estágio inicial de urbanização PLANO DIRETOR, 2000).

O movimento de expansão territorial e ocupação urbana ao norte da linha férrea foi, em parte, estimulado pelo número elevado de pessoas que se dirigira para a cidade no período de colonização, superando, em muito, as expectativas iniciais de crescimento demográfico.

O surgimento dos novos loteamentos nessa área, ausentes no Plano Urbanístico Básico de Maringá e o conseqüente aumento da população, podem estar associados a alguns aspectos ligados às mudanças que ocorreram no perfil geoeconômico do estado a partir dos anos 70.

As contribuições de MORO (1988), vieram proporcionar melhores esclarecimentos. Segundo ele as mudanças foram as seguintes: a modernização da agricultura, notadamente na região Norte do estado com a substituição, em larga escala, da cafeicultura por pastagens e pelo sistema agrícola de rotação de culturas soja-trigo; o desenvolvimento e consolidação o setor agroindustrial; a implantação da cidade industrial de Curitiba. Em meio a tudo isso salienta-se a mobilidade da população rural em direção as cidades.

Como destaca MENDES (1992), as transformações no meio rural associadas a outros fatores conjunturais, desencadearam um processo intensivo e dinâmico nas relações cidade-campo, gerando inúmeras dificuldades ao governo urbano para administrar o espaço urbano maringaense. Um outro momento para o surgimento dos novos loteamentos, foi aquele que a mobilidade da infra-estrutura ocorreu principalmente pela população de baixa renda para áreas mais afastadas do centro, em direção a periferia, assentando-se em loteamentos populares, contribuindo ainda mais na formação do processo de “periferização”.

É oportuno salientar ainda que a expansão da cidade ao norte da linha férrea é intensificada com a fundação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 1970, localizada na Zona 7.

Tal expansão urbana pode ser acompanhada pela figura 9. A UEM foi um dos fatores marcantes para a expansão horizontal da Zona 7, bem como para o adensamento da verticalização, sobretudo, no jardim Universitário (aprovado em 1976). Para maiores detalhes consultar BARRETO; MENDES (1999) e MELO (2001).

Acompanhando o total da população urbana e rural no período entre 1950 e 2000 em Maringá, percebe-se que o ritmo de crescimento da população total acabou de certa forma “esfacelando” o tecido urbano da cidade (Tabela 2). Por esse esfacelamento entende-se como corromper e/ou desfazer o tecido urbano em Maringá.

Genericamente, como demonstra a Tabela 2, observa-se o crescimento da população urbana mais acentuada a partir de 1970. Em 1980 quando a população urbana atingiu 95,51% da população total, num período de 11 anos saltou para 97,41%, mantendo-se em 97,40% em 1996 e chegando a 98,38% em 2000.

A gradativa queda do total da população rural ao longo dos períodos indicados, acentua-se, em termos gerais, ao descaso com os pequenos produtores rurais que, de um momento a outro, foram expoliados do processo econômico do campo, á falta de financiamentos para as atividades agrárias e dependência de serviços e emprego na cidade, desestimulando a presença dos trabalhadores no campo.

Por outro lado, acrescenta-se ainda que, quantitativamente, se estabelece a questão sobre como avaliar o plano inicial da companhia, fruto de projeto do engenheiro Jorge Macedo Vieira, que corresponde á cerca de uma sexta parte do total de lotes da cidade, diante do produto de outros duzentos empreendedores e projetistas, que produziram o restante [Figura-3].

Tabela 2 – Censo Demográfico de Maringá (1950- 2000)

	POPULAÇÃO	% a/c	População Urbana (b)	% b/c	Total (c)
--	-----------	----------	-------------------------	----------	-----------

ANO	Rural (a)				
1950	31.318	81,16	7.270	18,84	38.588
1960	56.539	54,30	47.592	45,70	104.131
1970	21.274	17,53	100.100	82,47	121.374
1980	7.550	4,49	160.689	95,51	168.239
1991	6.198	2,58	233.937	97,42	240.135
1999	5.100	1,78	282.000	98,22	287.100
2000*	5.000	1,71	288.000	98,29	293.000

Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997.

*Estimativa – IPARDES, 1997.

2.9 Produção da cidade: o planejamento

Quando em 1951, Maringá passa a categoria de município, a Companhia, que neste mesmo ano, passa a se chamar Companhia melhoramentos Norte do Paraná, continua sendo um “agente privilegiado”, porém, deixa a cena para a entrada do agente público municipal (DIAS, 1998). A passagem não é sem traumas.

Quando das primeiras eleições municipais das cidades fundadas pela Companhia, ainda possuidora de inúmeros lotes nas áreas urbanizadas e lugares reservados para novos loteamentos, procurava estabelecer um bom relacionamento com o novo poder público, utilizando o seu prestígio e poder econômico na eleição para eleger o primeiro prefeito e seus sucessores. Na maioria das cidades fundadas pela colonizadora, as primeiras administrações foram ocupadas por homens de sua confiança. Geralmente o prefeito era um ex-funcionário da Companhia.

O apoio da Companhia aos candidatos de sua confiança tinha como objetivo principal conseguir a isenção do IPTU sobre os terrenos que ainda pertenciam a ela. Por isso, utilizava-se de todas as práticas possíveis para apoiar o seu candidato. Apesar de todo o seu esforço, não conseguiu eleger o primeiro prefeito de Maringá. Inocente Villanova Júnior ganhou por uma diferença de 200 votos do candidato da Companhia, o Sr. Waldemar Gomes da Cunha, candidato da UDN (BOEIRA, 2000, p.96)

Supõe-se que, as divergências políticas e o conflito de interesses entre o agente colonizador e poder político recém eleito forneceu o ambiente favorável, senão ao apoio de ações contrárias aquele agente, mas pelo menos omitiram em relação às atitudes inadequadas daquelas que o poderiam prejudicar, como a de outros loteadores concorrentes com empreendimentos de péssimo padrão.

Independente das razões oriundas da desfiguração do modelo urbanístico original elaborado pela Companhia, o fato é que, como ocorreu anteriormente, no período de 1946-1954, a maior parte dos loteamentos que foram implantados não demonstram ter seguido qualquer princípio elementar de boa técnica. Seu aspecto se constitui, na mais apressada especulação, facilitados por estarem direcionados à população mais pobre, de baixa renda e de baixo nível de exigência. É bom que fique claro, os piores loteamentos, tinham sido lançados antes de Maringá ser alçada a condição de Município.

O primeiro planejamento da cidade aparece em 1959, através da Lei 23/59, denominado código de Posturas e Obras. Este adotava e reforçava um princípio consagrado do urbanismo funcionalista, o zoneamento e estabelecia regras muito claras quanto a subdivisão e parcelamento de lotes rurais.

Este instrumento, por seu caráter enciclopédico, hoje ainda sobrevive, sendo utilizado em muitos de seus dispositivos, principalmente aqueles referentes a posturas. Como promotor, então o prefeito João Paulino o coloca em prática. É utilizado a partir de 1960, quando ocorre, como já citado, a implantação das melhores áreas de expansão da cidade: o Jardim Alvorada e Vila Morangueira.

Outra característica singular em relação ao prefeito João Paulino Vieira Filho, quanto ao processo de produção do espaço urbano da cidade, destaca-se que em seus dois períodos administrativos houve a maior ocorrência de expansão horizontal da cidade; é também através destes que se implementam dois dos mais importantes e efetivos dispositivos legais de caráter urbanístico da cidade, o Plano de Posturas e Obras de 1959, colocado em prática em 1960, durante seu governo, e o plano de expansão urbana de 1979.

2.10 O Primeiro Plano Diretor

No pós revolução de 64, quando o estado assume o papel de fomentador do desenvolvimento nacional em todos os níveis, é que surge a primeira ação coordenada e explícita sobre o planejamento da cidade. Na região ocorre um forte impacto com o início das políticas de desestímulo à agricultura, iniciando o processo de evasão do contingente rural que tinha sido extremamente útil para ajudar manualmente nas árduas tarefas de ocupar e explorar as suas riquezas. As cidades passam a ser o destino do migrante. O discurso da Industrialização também começa a tomar corpo na região, indicando um papel influente de polarização para a cidade. A necessidade de estruturá-la para o seu desafio de papel regional torna-se fundamental.

Ao Governo do Paraná coube a participação de 80% dos recursos, na promoção e elaboração de um Plano Diretor para a cidade, e que se concluiu em 1967. Um novo princípio de intervenção sobre o espaço urbano nas cidades do interior do Paraná se instalava. Diverso daquele que tinha orientado Jorge de Macedo Vieira no seu projeto da Companhia para uma “cidade modelo”:

Os chamados problemas urbanos, que já haviam começado a se desenvolver antes dessa década, prosseguem e se agravam cada vez mais. Agravam-se os problemas de habitação, os loteamentos clandestinos, os de transporte e saneamento. As burguesias têm cada vez menos condições de liderança, pois não têm resposta para aqueles problemas. Não há mais condições políticas para continuar com os planos de melhoramentos, O capital também já não está interessado em obras de embelezamento, mas nas de infra-estrutura, especialmente a viária e as remodelações de grande retorno imobiliário./.../ Começa a surgir então a ideologia da tecnocracia e a de que os planos devem ser puramente técnicos, conduzidos por comissões isentas da contaminação política (VILLAÇA, in DÉAK E SCHIFFER, 1999, p. 225-226).

Com a mesma racionalidade instrumental teórico-metodológica dos CIAM (1933) e de La TOURRETE (1952) com que europeus e americanos tinham enfrentado a reconstrução de nações destruídas pela Segunda Guerra, nos anos cinquenta, nós brasileiros, passávamos a enfrentar o desafio de construir um

Brasil urbano e industrial, contra o Brasil agrário e atrasado, pré-revolucionário (BOEIRA, 2000, p.98).

Ficou a cargo de uma equipe “técnica multiprofissional”, como se auto designaram, cumprir a tarefa de estabelecer “o planejamento como processo capaz de orientar racionalmente as decisões políticas” (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MARINGÁ, 1967, p.1-3).

O conteúdo do discurso é revelador de um certo grau de superioridade técnica, multidisciplinar e isenta das questões locais, é capaz: “Mas a atitude ao mesmo tempo ufanista e acomodada encontrada na maioria dos líderes locais”, /.../ (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MARINGÁ, 1967, p.3).

Entretanto, BOEIRA (2000, p.99), avalia que, sejam por suas conclusões ou pelas condições institucionais da época, já amplamente favoráveis às obras de infra-estrutura urbana, o fato é que, fruto das recomendações deste, reestruturou-se a administração municipal, criando-se um escritório técnico de planejamento, o ETEPLAN, que passou a contar com um corpo técnico voltado exclusivamente para as questões de gestão do desenvolvimento urbano. Este escritório, ainda com certo espírito de intervenções na “forma” do espaço urbano seria responsável por inúmeros projetos de obras e edifícios públicos de grande significado até hoje como o parque do Ingá, biblioteca Municipal, Tiro de Guerra, Avenida Getúlio Vargas, Centros Esportivos, Praça Raposo Tavares, entre outros.

Contudo, o Plano já introduziria as bases do que viria a compor a cena principal do planejamento subsequente: a questão viária e o controle do uso do solo, exatamente onde estavam situados os grandes interesses imobiliários que iriam legitimar a atividade de planejamento nos anos setenta, oitenta e noventa.

2.11 A Década de Oitenta

Como se viu anteriormente, essa década ficou marcada pelo intenso processo de verticalização, particularmente, no período de 1984-1989. No ano de 1984 uma nova legislação de Uso e Ocupação do solo Urbano é implantada. Novas leis de Zoneamento e Parcelamento atendendo interesses imobiliários. A

principal característica da lei destina-se aos altos coeficientes de aproveitamento (índice este que define a área total que se pode edificar sobre um lote qualquer), do terreno na área central, o que possibilitou uma reprodução até dez vezes mais a área dos terrenos. Outra característica era a distribuição do comércio pelos eixos viários mais importantes, exceto na área central.

Apresentando indícios de esgotamento do mercado imobiliário para edifícios, e a retenção de terrenos com valores muito elevados nas áreas mais valorizada para verticalização, o próprio mercado imobiliário pede diminuição dos índices construtivos, de forma a poder ter acesso novamente a compra de lotes, isto já no final dos anos oitenta (BOEIRA, 2000, p.101).

Esse mesmo autor destaca ainda que as atividades do planejamento nesse período, resumem-se praticamente, ao controle do uso do solo urbano, se é que se pode denominar desta forma o processo. Os únicos setores atuantes na então Coordenadoria de Planejamento, Urbanismo e Habitação, são o planejamento orçamentário e viário, o controle do processo de aprovação de obras e parcelamento do solo, a atualização do Cadastro Imobiliário para fins de cobrança de IPTU e o setor de projetos arquitetônico, encarregado mais de reformas do que de projetos significativos.

VILLAÇA in DÉAK e SCHIFFER (1999, p. 232) analisa de forma singular a ação do estado nos anos de 1980 dizendo que:

As políticas públicas reais nas esferas imobiliária e fundiária não passavam por planos diretores, mas vinham-se manifestando principalmente pelas políticas habitacionais e da legislação urbanística – especialmente as de loteamento e zoneamento; essa legislação é seguida nos bairros mais ricos de nossas cidades, mas no restante coloca a maioria na clandestinidade. Foi essa ação concreta do Estado – que não aparece nos planos diretores – que produziu e continua produzindo e reproduzindo a cisão de nossas cidades (aquela denunciada há décadas por Lima Barreto) em duas: de um lado, a legal, equipada e moderna, e, de outro, a clandestina, miserável e atrasada.

Em 1985, ocorre um fato significativo, com a criação da URBAMAR - empresa responsável pela desocupação da área do pátio ferroviário de manobras

e revitalização da área através de sua reurbanização. Área essa de enorme potencial seja construtivo, simbólico ou urbanístico, desde então consumindo enormes somas de recursos públicos, grandes disputas políticas e nenhum resultado prático em termos de sua definição. Atualmente, é que se vem percebendo alguns resultados (ainda não satisfatórios), na área semi-deserta no coração da cidade.

No que se refere à memória urbana da cidade, o projeto não contemplou absolutamente nada. Ressalte-se que nessa mesma área encontra-se o prédio da antiga sede da Companhia colonizadora e que tem se tornado alvo de grandes polêmicas quanto ao seu tombamento requerido pela população, contra interesses de grandes incorporadores imobiliários para sua derrubada e construção de um shopping center. O prédio da antiga rodoviária, também nessa área, não vem apresentando resultados satisfatórios quanto a sua revitalização através poder público. Este espaço que deveria ser recuperado para abrigar e proporcionar melhores condições às novas funções encontra-se abandonado.

A antiga estação ferroviária, que representava um marco na história da cidade, também foi demolido. Da mesma forma aconteceu com a antiga colônia de casas dos moradores que trabalhavam na ferrovia.

Justiça seja feita: na atual Gestão do Prefeito José Cláudio, um dos mais antigos cinemas da cidade, foi totalmente recuperado, dando lugar ao Cine Teatro; um espaço destinado as atividades artísticas-culturais, destinado á população. O que não ocorreu em outras gestões, quando mais três antigos cinemas da cidade, que abrigaram grandes acontecimentos sociais de época, foram negociados e transformados em igrejas evangélicas.

O fato de lamentar sobre o projeto é o de ter sido transformado em simples empreendimento fundiário e, portanto, negócio imobiliário, perdeu-se a chance de se fazer uma urbanização de qualidade e marcante para área central da cidade.

Torna-se necessário acrescentar ainda que há questões muito importantes e interessantes sobre os projetos que já foram elaborados para a área, mas que não são pertinentes ao nosso objetivo. A forma como venha ocorrer

a sua ocupação e, ao que tudo indica deve ser da maneira mais tradicional possível, como uma ação desconectada de proprietários com interesses diversos, o que deve gerar impactos negativos para a cidade.

2.12 Novas mudanças para os anos 90 e o contexto atual

No que concerne a produção do espaço urbano, nos anos 90, o imobilismo que tomou conta do final dos anos oitenta é quebrado já nos anos 90, quando ocorre um retorno ao crescimento horizontal das cidades e intensificação da produção de loteamentos.

Entretanto, de forma sutil, já no decorrer da década de oitenta e, mais particularmente, na primeira metade dos anos 90, começam a surgir os primeiros sinais de mudanças estruturais evidenciando o fenômeno da globalização dos anos 90. Nessa década iniciam-se as conversações para a formação de um bloco de poder econômico no Cone Sul, o Mercosul, aos moldes do que estava sendo gestado na Europa, Estados Unidos e Ásia já há mais tempo.

A região norte-paranaense nesse período se sentiu segura de que o processo de modernização agrícola e a implantação de um parque agroindustrial lhe colocariam em posição confortável em termos de mercado e, portanto, desenvolvimento.

Os dados estatísticos e fatos da década de noventa, entretanto, lhe diriam o contrário.

O modelo de concentração fundiária, exatamente o oposto do momento inicial da colonização da região, em consonância com uma política econômica inflacionária, promoveu uma expropriação de terras e financeira, sem limites, sobre o pequeno agricultor da região. Daí aos enormes fluxos populacionais da década de setenta, oitenta e, ainda noventa foram um grande salto.

A região que em 1960 continha mais da metade da população do estado e participava na mesma média no total de sua riqueza, passa nos anos noventa para uma participação inferior a 30% desse total (BOEIRA, 2000, pg.52-54).

Essa condição apoiada por uma economia nacional que adotou um modelo de desenvolvimento fechado para o exterior e absolutamente carente de uma política agrícola adequada, propiciou o ambiente perfeito para a formação do cenário dos anos noventa.

O documento “repensando Maringá” produzido por empresários, políticos e autoridades locais da cidade, em 1996, reflete exatamente o estado de ânimo na região e as condições da mesma sob vários aspectos:

Nas últimas décadas uma profunda transformação aconteceu no interior do Paraná, notadamente nas regiões norte e noroeste. Essas regiões que cresceram e se tornaram forte com base em uma economia centrada na agricultura teve seu modelo sócio-econômico fortemente alterado. A quase erradicação do café, seguida da mecanização da agricultura e da expansão da pecuária fizeram com que milhares de pessoas fossem expulsas do campo, alterando o perfil das propriedades agrícolas, empobrecendo as cidades do interior e criando bolsões de miséria em torno das médias e grandes cidades do Paraná. Temos que lembrar que Maringá, no passado, foi um grande centro de comercialização de café, um dos maiores centros de abate de bovinos, um dos maiores centros atacadistas do país. Nos últimos anos a taxa de crescimento tem caído, é menor do que a média do estado, temos perdido negócios. Com uma alteração significativa do perfil sócio econômico, deixamos de ser o grande pólo atacadista, o grande centro de abate de bovinos, grande produtor de café, no entanto, tudo isto é lembrança, perdemos e pior, não conseguimos uma atividade que pudesse resgatar o nível econômico que tivemos anteriormente (MANIFESTO REPENSANDO MARINGÁ, 1996, s/p.).

2.13 O Segundo Plano Diretor

Planejamento e ação pública são referências que marcaram três importantes períodos nos anos noventa: primeiro a inserção regional no discurso do planejamento afastando indelevelmente do setor imobiliário; segundo é marcado pelo retorno selvagem do setor imobiliário ao comando do processo; e o terceiro pela tentativa de retomar o processo de planejamento, impondo-se como elemento mediador entre público e privado.

A METROPLAN, consórcio formado pelos municípios de Maringá, Marialva, Sarandi e Paiçandú, surge nos anos noventa na tentativa de “criar para planejar o desenvolvimento regional e executar serviços e obras de interesses comuns, garantindo um crescimento ordenado e tratando as quatro cidades com uma só” (METROPLAN – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, 1990, p.3).

O corpo técnico contratado provém das quatro prefeituras, assume a responsabilidade de colocar em prática o preceito constitucional de elaboração do Plano Diretor, que aliás tinha sido razão primordial para a formação do consórcio, na medida em que se constatava uma grande interferências social de umas cidades sobre as outras devido a sua conurbação. Embora os planos sejam individualizados a análise sempre é feita considerando-se as sobreposições.

Maringá assim como os municípios vizinhos finalizam o processo e apresenta seu novo Plano Diretor e a nova legislação. A legislação passa então a ser o centro da discórdia, mesmo que nunca tenha havido alguma antes aprovada sob tão intensa discussão pública. Ao propor uma diminuição do perímetro urbano desagradava amplos setores do mercado imobiliário. Ratifica, igualmente, a redução em de 60%, que já tinha sido feita pouco tempo antes, do coeficiente de aproveitamento dos lotes urbanos. Proporciona então mais uma grande leva de descontentes (BOEIRA, 2000, p. 104).

A constituição de 1988, ao propor segundo plano, como todos os seus congêneres, não sobreviveu à administração do prefeito seguinte. Como afirma VILLAÇA (1999, p.239), “não dispomos de um levantamento complexo dos debates ocorridos no início dos anos de 1990 em torno dos diversos planos diretores elaborados no país, mas mesmo sem esse levantamento é certo que na maioria das cidades importantes as forças do atraso saíram vitoriosas”.

E acrescenta:

È muito significativo que tenham sido exatamente aspectos urbanísticos – referentes a uso e ocupação do solo – os que mais geraram polêmicas, mobilizaram as forças do atraso, impediram a aprovação de vários planos diretores ou esterilizaram a ação dos que foram aprovados. Isso revela que, finalmente, veio à luz aquele aspecto que vinha sendo ocultado pela ideologia do plano

diretor: os interesses vinculados ao espaço urbano (VILLAÇA in DÉAK e SCHIFFER, 1999, p. 239).

No ano de 1993, durante o primeiro mês da mudança de administração alteraram-se aquelas que se constituíram nas primeiras medidas de descontentamento à respeito da legislação do Plano anterior, descaracterizando o mesmo completamente. O perímetro urbano volta a sua configuração anterior, mais elástico. Da mesma forma a estrutura física e técnica do órgão metropolitano - METROPLAN, é desmontada e o setor de planejamento desativado.

A partir de 1994, com a nova postura do poder público, incentivados com a retomada da expansão horizontal da cidade, proliferam-se os chamados “condomínios rurais”, neologismo para loteamento clandestino. De fato, nem o nome loteamento clandestino é correto, na medida em que foram colocados para comercialização, utilizando-se de todas as formas de publicidade, inclusive a televisão.

Intensifica a expansão horizontal da cidade após 1992. Mensurá-la de maneira mais precisa não foi possível, pois as informações sobre os loteamentos irregulares encontram-se “incompletas” (alguns mais recentes regularizados através de projetos pelo legislativo), também denominados condomínios rurais.

Nos anos 1990, outra novidade, surge os “condomínios fechados”, uma nova forma de disfarce de lotear sem dispor de áreas para equipamentos urbanos e comunitários, a que se deu o nome também disfarçado de subdivisão.

No período de 1993-1997, aproveitando-se da derrubada da estrutura de planejamento, ocorre a subversão de alguns princípios do parcelamento do solo de Maringá. Dentre eles o mais grave é a renúncia, por parte do poder público, quando a posse e controle da faixa de fundo de vale. Diversos muros em concretos têm sido construídos junto aos rios e riachos que se tornaram terra de ninguém ou estão totalmente privatizados.

Ainda nesse período o próprio conceito de planejamento é colocado em dúvida por BOEIRA (2000, p.105) quando se refere ao ambiente produzido. Segundo ele, marcas profundas serão deixadas quando se tentar conectar todos os loteamentos recém regularizados, ou se mapearem os fundos de vale

obstruídos, ou ainda quando buscarem áreas para equipamentos públicos, próximas das inúmeras subdivisões aprovadas como condomínios fechados.

O IPPLAM – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá é criado em 1997. Era de supor que se tratava de um órgão de planejamento inspirado no modelo do IPPUC curitibano, mesmo que com forte caráter viário, com alguma ênfase no planejamento ambiental, inclusive.

Propõe-se nova legislação de uso e ocupação do solo. Novamente, são em parte rejeitadas. O plano de Diretrizes Viárias é simplificado, aumentando-se a distância entre as vias previstas de antemão, com o argumento de que se tenha mais flexibilidade ao projetar.

Pela seriedade do corpo técnico, as expectativas de um bom trabalho poderiam se cumprir junto ao IPPLAM. Entretanto, as mesmas forças que de início dos anos noventa, ao serem contrariadas nos seus interesses, investiram pesadamente contra o planejamento, voltaram a fazê-lo e provocaram a sua extinção em 1998 (BOEIRA, 2000, p.105).

Ano de 2004. Inicia-se à fase de implantação do novo Plano de Diretor para Maringá. Os princípios que orientam a produção do espaço e da forma urbana da cidade são discutidos no fórum das cidades, com a participação da comunidade. Neste, novamente as forças contrárias, defendendo seus interesses, provocam discussões intermináveis e não chegam a nenhum consenso. Pelo andar das “negociações”, a nova legislação de uso e ocupação do solo, entre outras, ainda será alvo de muitas falácias. Isso nos faz considerar que os planejamentos anteriores e o atual também, jamais superaram a fase burocrática, muito mais atrelada à especulação imobiliária que sempre permeou a produção da cidade, praticamente desde o seu início.

Formas efêmeras, homens – objetos, espaço – mercadoria; a realização do valor de troca segue seu caminho, aprisionando e impondo-se sobre o uso, invadindo e transformando a vida.

É diante dessa relação espaço-tempo que o ritmo das mudanças destrói as referências urbanas, que são as referências da vida, e com isso, as bases de

sustentação da memória, pela fragmentação da identidade, em que o espaço e o tempo, dominados pela troca, tornam-se o espaço e o tempo da mercadoria.

Sob esse tipo de organização social e política a população maringense conformou seu cotidiano e moldou seus comportamentos e valores consubstanciados em práticas sociais. Discutir, articular, planejar, convencer, discordar e todos os inúmeros atos que envolveram a prática política na cidade, ocuparam diferentes espaços sociais, inclusive aqueles destinados á sociabilidade informal como os clubes da cidade, além de outros espaços. Nesse sentido, analiso, em seguida, como tais espaços de sociabilidade definiam as relações sociais entre os moradores da cidade.

CAPÍTULO 3 – A CIDADE NA MEMÓRIA DE SEUS HABITANTES

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastidões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até o lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado da lampião à balaustrada em frente e ... dos três velhos... que contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, senadelas, entalhes, esfoladuras (ITALO CALVINO, 1991, 14-15).

Na epígrafe citada, quando Italo Calvino diz que a cidade é feita das

“... relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado ”... e que ela ... “estabelece uma correspondência entre o passado e presente na história da cidade, considerando-a como um organismo vivo e, como tal, em permanente transformação”.

Essa idéia de evolução (da cidade) reflete que sem o presente, não existe passado. E a maneira que se tem de apropriar do presente é buscando um futuro para o passado.

Mas como, partindo do presente, poderia se conhecer a cidade? Para Ítalo Calvino, ... *“uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra...”* . E se pergunta então, onde todo o seu passado está contido? Está contido nas recordações:... *“a cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata...”*

Através das recordações, se pode reavivar o passado, os valores da sociedade que ali se desenvolveu, e até mesmo a busca dos referenciais que possibilitam a relação de identidade entre o cidadão e a cidade.

Em Memória da cidade: Lembranças Paulistanas, Ecléa Bosi, 1994, p.147, analisando a memória como instrumento intermediário cultural, nos diz:

...cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história. O caudal de lembranças, correndo sobre o mesmo leito, guarda episódios notáveis que já ouvimos tantas vezes (...). a memória oral é fecundada quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações .

Atualmente, o desenvolvimento urbano apresenta um processo de perdas de referências, através da degradação do ambiente, tanto natural como construído. Estes referenciais sofrem um processo de deterioração e destruição física e social que se manifesta pela compreensão, algumas vezes tardia, da importância da preservação do passado.

Todos os elementos, quer sejam conjuntos arquitetônicos, ruas, praças, áreas verdes, edifícios isolados, compõem o patrimônio cultural de ambiental de um povo. Porém não se deve perder a noção predominante no coletivo de que o patrimônio não existe se não houver um grupo que o consagre, que encontre nele

referências de sua própria vida. Em outras palavras: que com ele estabeleça uma relação de identidade.

O patrimônio tangível é... documento testemunhal na conformação de memória dos povos - é o testemunho histórico acumulado e sedimentado dos modos de vida do homem e não só daquele que o concebeu mas também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiam novos usos e significados simbólicos, possibilitando, assim, seu vigor contemporâneo. Este manifesta a evolução dos valores de uso e das formas de pensamento. (CARTA DE VENEZA, 1964, p.34).

Neste ponto, quando se faz referência á identidade, memória e patrimônio, delineiam-se três conceitos que se entrelaçam, se sustentam, e que acabam por estabelecer entre si uma cadeia de interdependência.

Entende-se como identidade um conjunto de valores que são próprios de uma determinada cultura e das peculiaridades que lhes diferencia de outras, pode-se eleger os marcos de referência que são parte dessa mesma cultura através da memória.

A memória só se mantém viva quando se alimenta de seu suporte material e se define como patrimônio (marcos de referência e a própria espacialidade dos lugares).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta, ao longo dos séculos, por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança (CARTA DE ATENAS, Art. 65).

Através das lembranças dos antigos moradores, buscamos “reconstruir” a cidade, descobrir os referenciais de identidade que permaneceram no tempo e no espaço, e compreender como o espaço urbano se produziu e delineou no contexto histórico abrangido pelos relatos.

Segundo Ecléa Bosi (1994, p.146), “as lembranças se apóiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser do mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva”.

E mais adiante acrescenta:

Em primeiro lugar, a casa materna: tal como pareceu nas biografias é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro (...) nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano; a relva que cresce livre, a ponte lançada sobre o córrego, a divisão dos terrenos, a primeira venda, o primeiro bazar... (BOSI, 1994, p.147).

A proposta em trabalhar com relatos de antigos moradores da cidade de Maringá teve por objetivo principal enriquecer a pesquisa desenvolvida com outra fonte, como as fotografias antigas. Através das narrativas, poderíamos ter acesso aos aspectos sociais, econômicos e culturais que viriam complementar com dados qualitativos as informações apontadas através de outras fontes. Em suma, uma outra visão de realidade que só os relatos dos que testemunharam os momentos de um tempo desaparecido poderia nos oferecer.

3.1 LUGARES DE SOCIABILIDADE E VIDA URBANA NOS ESPAÇOS DE DIVERSÃO

O crescimento populacional, a urbanização com um comércio crescente, paulatinamente viabilizaram à sociedade local melhores condições de vida, lazer e trabalho. Conseqüentemente, a implantação de algumas instituições formais como as escolas, igrejas, clubes, ensejavam na população formas de comportamento diferenciadas daquelas as quais estava acostumada na vivência cotidiana de um povoado desprovido dessas infra-estruturas básicas, no qual os impulsos naturais manifestavam-se com mais facilidade. Portanto, uma educação formal fornecida por tais instituições e também o controle da violência por meio da presença da polícia, forjaram novas atitudes, mais regradas e mais civilizadas, condizentes com a realidade que se ia implantando. Segundo FRANCE LUZ (1988), esse

refinamento dos costumes locais, os clubes, cinemas, entre outros, tiveram importante papel na transmissão de uma cultura mais refinada e elegante produzida nas grandes capitais. Toda essa movimentação trouxe para a comunidade maior complexidade na organização social e, conseqüentemente, nas relações sociais, assinalando para a criação de outros lugares e formas de sociabilidade.

Pensando nisso é de supor que uma sociedade do labor não encontrasse tempo, vontade, nem disposição para o entretenimento. Todavia, não foi bem isso que aconteceu; são vários os registros [orais, escritos e iconográficos] que relatam um painel em que se destaca a vida urbana (os espaços de sociabilidade) dos antigos moradores da cidade.

O núcleo onde viviam esses moradores era um espaço percebido por intermédio das relações pessoais que estabeleciam, e que vinham desde os primeiros anos com o círculo de vizinhança. As recordações podem reconstituir o passado, mas somente na memória, os valores da sociedade que ali se desenvolveu, e até mesmo a busca dos referenciais que possibilitem a relação de identidade entre o cidadão e a cidade.

Dentre os espaços sociais específicos, a saber, os clubes, o cinema e a rua, onde ocorriam múltiplas formas de sociabilidade, serão abordados ainda, outros espaços que faziam parte da vida dos maringenses. Diferentes lugares que comportavam diferentes sentidos para os freqüentadores. Neles era possível encontrar amigos, conhecidos, vizinhos, forasteiros e também lazer de vários tipos.

Ao Iniciar a fase de análise das entrevistas, percebeu-se que dentre o grupo de nossos informantes há uma predominância de emigrantes e migrantes que vieram de diversas regiões, dentro e fora do País, em busca de uma vida melhor nas terras férteis do Norte Paranaense. Lembrando que muitos deles influenciados através do grande investimento em propaganda exercido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Paulistas, mineiros, descendentes de japoneses, vieram para Maringá ainda muito jovens, acompanhados dos pais. Quando aqui chegaram, perceberam

que as propagandas não eram tudo aquilo que diziam os folhetos. Alguns resolveram voltar, mas muitos, que tinham vendido tudo, ficaram e aqui criaram outras raízes.

Destaque para os comentários dos grupos sociais da época do surgimento da cidade, que a cultura cafeeira era o que mais atraía as pessoas. Uma época de trabalho e festas com inspiração no progresso.

Na realidade, as pessoas ouviam boas novas sobre o Paraná. O desejo de prosperar, constituir família, criar filhos motivava os que viviam no campo, visto que naquela época o trabalho agrícola predominava.

Os relatos de nossos entrevistados evidenciam o quanto foi marcante a vida no campo, as plantações de café nas décadas de 1940 a 1970, expressando as lutas e o trabalho da população maringaense.

Durval Siqueira, 73 anos, relembra “a gente resolveu vir pra cá trabalhar na colheita do café, tinha muita lavoura por aqui”⁶.

Para muitas pessoas daquela época, o lugar novo representava novas oportunidades de vida, tendo a possibilidade de se estabelecerem e trabalhar no campo.

Marina de Souza, 75 anos, relembra que “no passado, a maioria da população residia na zona rural, para a cultura do arroz, trigo, milho, feijão e o café, que causou enriquecimento para muitos fazendeiros”⁷.

Os relatos evidenciam que o norte paranaense demonstrava um potencial voltado para o trabalho rural, dando ênfase a produção do café, além de sustentar outras formas de produção, os cereais.

Sr. Julio Rissi, 79 anos, relata: “ lembro da geada da década de 1970 que foi u marco histórico”⁸. O Sr. Mário Fuentes de 80 anos comenta: “ lembro bem da produção cafeeira e também da geada na década de 1960 e a neve de 1975 que acabou com as plantações de café”⁹.

Se por um lado o espaço rural progrediu até a chegada da crise (as

⁶ Entrevista com o Sr. Durval Siqueira em 04/2004

⁷ Entrevista com Sra. Marina de Souza em 04/2004

⁸ Entrevista com o Sr. Júlio Rissi em 04/2004

⁹ Entrevista com o Sr. Mário Fuentes em 04/2004

geadas), como estava organizado o espaço urbano?

Olga Corrêa, 78 anos, comenta que “ quando vim para cidade de Maringá na década de 1950, eu gostava de ir na estação Ferroviária esperar o trem de passageiro, era uma emoção muito grande”¹⁰.

Na década de 1960 o trem representava o progresso na cidade, a população utilizava para fazer seus passeios, e além disso o trem servia de transportes de carga na cidade, mas com o desenvolvimento e as novas formas de trabalho na áreas urbanas o trem se tornou um caos, por estar dentro da cidade.

Quando iniciou o processo de migração campo-cidade, as pessoas ficavam admiradas com a tecnologia das novas construções, comércio, e uma nova representação dos espaços de sociabilidade foi surgindo em Maringá.

Os relatos demonstram que a produção de café existente no Estado do Paraná contribuiu para avinda de muitas famílias dispostas ao trabalho. Sem dúvida a produção agrícola deu origem ao grande contingente populacional nas décadas de 1940 a 1970.

As lembranças do trabalho ocupam um espaço de destaque nos relatos dos nossos entrevistados, adquirem dimensões da própria sobrevivência e relacionam-se de forma direta com os espaços do trabalho e da habitação. Para Ecléa Bosi (1994, p. 390):

Simultaneamente com seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. Ele é um emprego, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de 'status'.

Da mesma forma os espaços destinados á habitação e ao trabalho (oficinas, comércio, pequenas indústrias), também se traduzem “como lugar na hierarquia” dessa sociedade citada por Bosi. Configuram-se como mecanismos de ascensão social.

Assim vemos nas recordações do Sr. Teodoro Progiante¹¹, como se relacionam o espaço do trabalho e o da habitação, desde a casa da infância no

¹⁰ Entrevista com a Sr. Olga Corrêa em 06/2004

¹¹ Entrevista com o Sr. Teodoro Progiante em 08/2004

“Maringá Velho”, onde moraram, pois o pai, engenheiro agrônomo, havia sido contratado pela Companhia de Terras, para administrar o Horto, arborizar as ruas e ajardinar as praças da cidade.

A minha família morava lá perto do Horto (...) a casa lá é muito grande (...) era quase isolada. Aquela rua Tamandaré, do rio até na casa que era a rua oficial, devia ter ai uma, mais uma meia dúzia de casinhas (...). Lembro quando meu pai estava fazendo a planta na nova praça do Peladão (1960), fez também a praça dos expedicionários, os jardins da área central.

3.2 As Ruas

Como a rua oferece inúmeras possibilidades e formas de convívio, destacamos aqui as festas anuais de grande receptividade por parte dos maringaenses, mas também de grande parte dos brasileiros, as novenas, terços e velórios, a folia de reis, as quermesses, os desfiles cívicos, o carnaval de rua, com os blocos carnavalescos; os passatempos na praça, uma forma de passeio, dos antigos moradores, o chamado *footing* dos finais de semana [Figuras 10 e 11].

A conversa nas ruas, no trabalho ou em frente aos portões das casas, nos finais de tarde, ou á noite, era o passatempo da maioria dos moradores e provavelmente ocupava lugar de destaque na vida da comunidade, visto que era através deles também que se conheciam as novidades entre a vizinhança até os fatos importantes da política e da economia do estado e do país.

Destaque ainda para as “jardineiras” [Figura 12] um meio de transporte que os moradores utilizavam para se locomover dentro e fora da cidade para visitar parentes, amigos e também utilizada para fazer compras em outras

localidades da região. Segundo a Sra. Maria Ponciano¹², as jardineiras também serviam como meio de transporte que muitos convidados utilizavam para casamentos, batizados e outras festas. “*Em determinados horários, quando a gente entrava na jardineira e via as pessoas muito bem vestidas, era sinal de que estavam indo para alguma festa*”.

Essa prática social informal e despojada de protocolo era parte integrante das vivências na cidade, confirmada novamente nas lembranças da Sra. Maria Ponciano:

... diariamente, após o jantar, sentava-se o casal em cadeiras colocadas nas calçadas, onde se abancavam os conhecidos, prolongando-se a conversa até altas horas, quando então todos se recolhiam. Eu me lembro que a primeira claridade de rua que apareceu eram uns lampiões grandes, que eram presos nas paredes das casas, geralmente nas casas de esquina – 1 litro de querosene para uma noite... As vezes vinha um vento forte ou chuva e apagava o lampião...isso era muito triste; porque a gente não podia sair, porque a gente tinha medo de animal solto e de fantasma também .



Figura 10 – Vista parcial da Avenida Brasil 1953
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

¹² Entrevista com a Sra. Maria Ponciano em 03/2004.



Figura 11 – Antiga Rodoviária construída na Avenida Brasil – 1953
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



Figura 12 – Vista da jardineira na Av. Brasil, 1953 – o que existia de mais moderno na época para o serviço de transporte.
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

A rua era também um espaço para as brincadeiras infantis: pula-corda, cobra-cega, esconde-esconde, amarelinha, bolinhas de gude, carrinhos de rolemã,

brincadeiras de roda, pernas-de-pau, bola na mão, etc.

Em fins de semana e também nos dias de feriados, algumas ruas da cidade onde se instalaram as chamadas “vendas” ou armazéns de secos e molhados, muitas famílias para lá se dirigiam em busca de diversão. Ali tinham a oportunidade de reencontrar amigos, conversar e até mesmo de paquerar. A Figura 13 mostra parte da rua onde as pessoas se reuniam para encontros e diversão.



FIGURA 13 – Venda de Secos e Molhados, já demolida, onde os moradores da redondeza reuniam nos finais de semana e feriados.
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

3.3 As Praças

Nesse período, também se destacavam as primeiras praças por apresentarem duas funções distintas, estruturadoras: tal qual propunha o urbanista Jorge Macedo Vieira, [*dar forma ao desenho da cidade que saia de uma prancheta, propiciando um crescimento ordenado á luz da hierarquização*] e social: [que era o local de encontro, das paqueras...]. Essas praças foram urbanizadas ao longo do tempo, e tiveram por embriões igrejas que nelas se instalaram. Pode-se constatar que a sociedade da época expressava sua religiosidade através dos nomes dados às praças, [Praça Nossa Senhora da Aparecida, São Benedito, Santo Antonio e Santa Izabel] (DE ANGELIS, 2000:

28:35).

Na memória dos entrevistados, o *footing* aparece como uma prática comum na cidade. Tratava-se de um passeio a pé. Os rapazes, alguns de chapéus na mão, parados ao longo da avenida, cumprimentando, flertando e observando as moças que, em seus trajés de passeio, subiam e desciam a rua. As moças na calçada e os rapazes no meio-fio. O *footing* era um caminhar no sentido de lazer, de alegria, de convívio [Figuras 14 e 15]

A prática do *footing* não foi uma singularidade que apareceu na cidade de Maringá, também foi encontrada em Assis pela pesquisadora Janete Leiko Tanno (2003), e ainda na cidade de Uberlândia pelo pesquisador Luziano M. Pinto(1993). Nos trabalhos desses autores sobre os lazeres nestas cidades, eles relatam o *footing* dominical como habitual entre os seus moradores.

Ao recordar do *footing* , os entrevistados demarcam uma das formas de ocupação e apropriação dos espaços públicos por grande parte da população local na vivência do seu cotidiano.

No *footing*, rapazes e moças, nos seus melhores trajés, exibiam-se e se observavam mutuamente. Por meio das lembranças da Sra. Maria Luiza Salça logo a seguir, é possível formar uma imagem desse passeio.



3.4 A Praça da Catedral

A primeira catedral construída em 1950 [Figuras 15 e 15. A] e era o local dos passeios, dos encontros, das festas e com uma vegetação exuberante ao redor. Foi concebido para ser o espaço de maior prestígio social, e este uso perdurou por muito tempo. O lazer dos finais de semana ali acontecia após as sessões de cinema e missa.

Devido a esta característica, esse espaço servia como ponto de encontro da comunidade, sobretudo em dias de ofício religioso – domingos e outros dias festivos para a igreja. A Sra. Maria Luiza Salça¹³, outra entrevistada, relata que, após as missas, era motivo de alegria para seus freqüentadores que ali tinham oportunidade de exibir seus trajes “domingueiros”.

“os rapazes vinham todos elegantes, usavam calças de tergal e linho com camisas engomadas e sapatos engraxados, além do cabelos esticados com cremes” E continua “as moças ... usavam vestidos e saias com modelos diferentes, alguns até decotados, sapatos com salto alto, de bico fino, belos brincos”...

E relembra sorridente:

“os cabelos eram sempre muito bem arrumados e com tipos de penteados diferentes” Suspira e continua: bons tempos aqueles, momentos felizes que passei em minha vida e que jamais vou esquecer... me lembro também que a praça Raposo Tavares era uma praça que muita gente gostava de ficar sentado passando o tempo, era muito movimentada porque tinha a estação rodoviária onde chegava gente a toda hora vinda de toda parte... meu marido muitas vezes trazia notícia que ficava sabendo lá na praça RaposoTavares: quem tinha chegado pra morar na cidade, que tipo de comércio ia abrir na cidade, se ia ter festa na cidade, muita novidade vinha de lá da praça.

¹³ Entrevista com a Sra. Maria Luiza Salça em 05/2004



Figura 15– Vista de perto da antiga igreja localizada na Praça da Catedral em 1950. Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



Figura 15.a – Vista do alto a Praça da Catedral em 1950. Em destaque o Hotel Bandeirantes Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



Figura 15b Vista da Nova catedral em construção. Em destaque a antiga igreja que só foi demolida após o término da construção.

Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da divisão de Patrimônio Histórico

Outros espaços de entretenimento que não as praças já se faziam presentes nesse período.

3.5 Os Espaços Públicos e as Festas

Jean Duvignaud (1983), em seu livro *Festas e Civilizações*, destaca que as festas ocupam um lugar central no curso da vida social, pois nesses momentos ela se manifesta com todos os seus contornos e peculiaridades. Ainda segundo esse autor a compreensão da festa tem sido prejudicada pela idéia de

funcionalidade, ficando toda a sua dinâmica reduzida á lógica da utilidade. Nesta perspectiva, ela opera como uma válvula de escape, onde os excessos, ao contrário do que acontece no cotidiano, são a regra principal. Assim, nos momentos de festa, há uma ruptura com o cotidiano, dando-se vazão aos excessos e funcionando como escape, como bem demonstra o próprio autor:

O principal obstáculo para compreensão da festa, em todos os seus aspectos e escalas, havia sido distorcido por uma percepção social inteiramente dominada pelas noções de funcionalidade, de utilidade e, evidentemente, pelo espírito da rentabilidade que caracteriza o Ocidente industrializado (1983, p.22).

Neste sentido, trata-se, para o autor, de uma visão mecanicista de inversão de pólos. De um lado, o trabalho cotidiano, regido pelos gestos repetidos, contidos e sem prazer; do outro lado, um espaço de dispêndio, de ludismo, marcado por momentos de prazer e muita alegria. Para Duvignaud, esta idéia funcional da festa termina por congelar toda a capacidade subversiva que ela mesma possui, na medida em que contém em si um poder de destruição capaz de gerar rupturas, inquietações e transformações sociais. Afirma o autor que ao término das festas ficam as inquietações geradoras de mudanças sociais. Neste sentido, a festa possibilita uma espécie de recuperação da vontade coletiva através da subversão dos códigos sociais.

Entretanto, na perspectiva de Duvignaud, nem toda festa possui essa capacidade subversiva. Há as que perderam ou nunca tiveram um potencial destrutivo. È por isso que ele vai classificá-las em: festas de representação e festas de participação.

As festas de representação se aproximam do teatro, onde atores e espectadores representam papéis previamente definidos e sem conseqüências sociais posteriores. O elemento catártico pode até existir, mas os participantes – atores e espectadores -, conhecem perfeitamente as regras do jogo. Nesses tipos de festas estão incluídas as diversas cerimônias de comemorações militares, aberturas de parlamentos, espetáculos de teatro, etc. Na realidade, o número de participantes é restrito, e tomam parte ativa, efetivamente, apenas os atores, enquanto o público só assiste.

Nas festas de participação, por sua vez, incluem-se cerimônias públicas das quais participa a comunidade. Os participantes são conscientes dos mitos que ali são representados, assim como dos símbolos e dos rituais utilizados. Algumas festas religiosas como as bacanais da Antiguidade, as festas de candomblé do Brasil e a maior parte dos carnavais pertencem, para Duvignaud, a esta categoria.

Em nosso estudo, as festas encontram-se na categoria “festas de participação”, pois são analisadas em nível local, limitando-se apenas em mostrar o caráter cultural de uma cidade que oferecia aos seus moradores algumas formas de lazer e sociabilidade.

A distinção que pôde ser estabelecida por Duvignaud entre *Festas de Participação* e *Festas de Representação* parece decorrente da evolução da festa no seio das sociedades, desde a Antigüidade até nossos dias. Uma vez que as sociedades se tornaram complexas e que as diferenças de classes e atividade econômica se manifestaram, o papel se modificou: seu caráter de representação tornou-se mais evidente, pois uma classe muitas vezes se “representa” para a outra. O sentido da festa parece ter mudado no momento em que elas, festas, encontraram uma consciência coletiva ativa que se acreditava capaz de modificar suas próprias estruturas e que, em conseqüência, “descobriu” a história (DUVIGNAUD, 1983, p.25).

Deste modo, as cerimônias comemorativas só aparecem no momento em que as civilizações ou as sociedades estão muito fortemente constituídas para saber aquilo que elas adquiriram e, conseqüentemente, se definir em função de um passado. O que é, propriamente, a consciência da História.

Dentro dessa breve contextualização inserimos as festas que ocorriam na cidade de Maringá nas primeiras décadas de ocupação, os chamados tempos nostálgicos. Eram os principais eventos públicos que democratizavam o acesso à grande parte da população.

Nas recordações do Sr. Fortunato Progiante aparecem as festas paroquiais [quermesses, bingos]:

... as barracas eram armadas próximo a igreja, eram cobertas com folha de coqueiro, uma vegetação farta na região, para proteger da chuva e da poeira, ... homens, mulheres e crianças aglomeravam

para a festa dentro e fora das barracas ..muito quentão, pipoca, batata doce para vender....meu passatempo preferido era a troca de correio elegante... as prendas leiloadas era uma farra só, porque tinha frango assado, leitão, pão caseiro, rosca... e quando o leiloeiro começava a gritar o que era a prenda e o nome da família que tinha oferecido, era um barulho... muitos levavam pra casa, mas outros comiam ali mesmo com os amigos na mesa... tinha também os bingos que o pessoal jogava... a gente marcava as cartela com milho e feijão, era uma farra só... o divertido também era quando alguém que tinha ganhado, mas quando o cantador ia ver era mentira e todos vaiavam... tinha prêmio pra quem fazia o terço, a quadra, a quina e também a cartela cheia... muitos gritavam assim: "traz a boa"... muitos brindes eram oferecidos para quem participasse do bingo, não deixava de ser um atrativo, um agrado, para animar o visitante a comprar as cartelas...

Outra festa que durante muito tempo foi tradição na cidade é relembrada pelo Sr. Olmar A. Peccin¹⁴, as manifestações folclórico [Figuras 16 e 17] – religiosa, rica em simbologia [folia de reis]. Segundo o nosso entrevistado, com o passar dos anos a Folia de Reis foi perdendo seu prestígio e atualmente quase não se ouve falar desse tipo de manifestações na região de Maringá.

... a festa acontecia tanto na cidade como na área rural.. na roça o grupo saia em visitação às casas, depois nas igrejas tocando e cantando, e acabava com um grande almoço com farta comida e muitos doces... na cidade, a festa começava na residência de uma família também e depois saia pelas ruas visitando as casas onde a família também oferecia comida e bebida... a folia de reis enredava um número expressivo de pessoas onde os palhaços, representando os reis magos e vestidos a caráter, saíam às ruas correndo atrás da criançada em clima de muita descontração .E acrescenta: hoje tudo está mudado, não existe mais aquela devoção das pessoas, tudo ficou muito moderno e o povo foi deixando de lado essa festa, esquecendo mesmo, muito pouco ou quase nada se vê por aqui mais...

¹⁴ Entrevista com o Sr. Olmar A. Peccin em 05/2003.



FIGURA 16 – “Manifestação Folclórico – Folia de Reis [1950/60]”
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 17 – “ Manifestação Folclórico – Folia de Reis [1950/60]”
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Vale a pena registrar que as festas, casamentos, quermesses das capelas contaram por muito tempo, com o apoio da primeira empresa de som móvel, que se instalou na cidade de Maringá em 1950, denominada Serviço de Alto-falante Guarani – o único de toda a região, de propriedade Sr. João Piovezan [Figura 18]. Quando chegou, tinha realmente intenção de abrir um escritório de contabilidade, só que os planos mudaram e o contador formado só exercia a profissão em seu próprio negócio. Experiência no ramo de som não lhe faltava. Durante algum tempo ele trabalhou na rádio cultura de Araçatuba e quando resolveu vir para Maringá trouxe consigo alguns equipamentos, pessoais, de som que era igual a uma estação de rádio. O trabalho de som virou algo rentável e promissor. O pioneirismo na área de som do proprietário Sr. João Piovezan pode ser comprovado com outros trabalhos realizados. Um bom exemplo é o da primeira emissora a rádio Cultura de Maringá que viria a ser inaugurada em 15 de junho de 1951, quando ele já estava com o serviço de som a todo vapor. Os diretores da emissora instalaram caixas de som nos postes da avenida Brasil, como forma de prestar informação pela cidade (Jornal O Diário, 2001, p.07-08). O trabalho cresceu e passou então a animar festas religiosas, com um diferencial: a luz.

Como a maioria das festas era realizada á noite, a aparelhagem de som contava ainda com iluminação para iluminar as festanças. O serviço de alto-falante era pouco. Como não havia eletricidade, a empresa tinha motores especializados para iluminar as festas. E sem concorrentes, o Sr. Piovezam se estabeleceu na cidade aumentando sua capacidade para atender outras cidades. Aos 85 anos relata o Sr. João Piovezan¹⁵:

... atender a uma festa significava levar um conjunto de três geradores (mil waltts), a gasolina, cornetas, amplificadores e as discotecas (caixas usadas para transportar os discos de 78 rotações de patente Argentina). Depois de instalado, o que dava um certo trabalho, o Serviço de Alto-falante Guarani animava os eventos com estilos musicais variados, do bolero, passando pela valsa, até o sertanejo. Na festa de casamento ou na pracinha ouvia-se Vicente Celestino, Francisco Alves e outros artistas que começavam a fazer sucesso, como a dupla Tônico e Tinoco. O serviço funcionava como uma rádio. Oferecia-se músicas, mandava-se recados, fazia a publicidade. Uma das histórias interessantes que eu lembro foi de um senhor que pedia para a mulher voltar pra casa. As dedicatórias foram o grande filão. Como eu já tinha tido um programa chamado "lembrei-me de você", as pessoas passaram a dedicar música nessas ocasiões. E você sabe que muitas vezes o dinheiro ganho com essas dedicatórias superava o valor recebido para animar a festa. Eu organizei uma discoteca para que as pessoas pudessem manusear uma lista onde constava o nome das músicas, em ordem alfabética, com o número correspondente dos discos, para facilitar quem operava os equipamentos e quem estava pagando pelo serviço. E foi tanto sucesso que a empresa passou a atender até três festas por dia. Eu também alugava os equipamentos para realização de outros eventos em Maringá e nas cidades que estavam surgindo. Mais tarde eu passei a ter um carro móvel, uma caminhonete Chevrolet, que fazia publicidade nas ruas de Maringá e nos carreadores dos sítios, para as lojas. Eu me lembro em certa época que os noivos que comprassem o enxoval nas lojas especializadas ganhavam o som da minha empresa na festa de casamento... a gente animou muitas festas devido a esta publicidade.

¹⁵ Entrevista com o Sr. João Piovezam em 05/2003.



FIGURA 18– Sr. João Piovezan exhibe alto-falante e discos que sua empresa utilizava durante as festividades
Fonte: O autor

Os espaços públicos ofereciam-se igualmente à celebração festiva de grandes acontecimentos nacionais, como o dia da Pátria (ou da Independência), o dia da Proclamação da República; regionais, ou locais como a data da fundação da cidade no dia 10 de maio e que sempre contou com um público expressivo. Era [e ainda o é] uma festa com grandes desfiles cívicos nas ruas da cidade. As pessoas aguardavam, ansiosas, os carros alegóricos, os trajes típicos, as fanfarras; uma verdadeira festa que tomava a todos com muita emoção [Figuras 19, 20 e 21]. Nas recordações da Sra. Marilyn Cordeiro¹⁶ os desfiles cívicos sempre foram uma tradição na cidade desde 1950.

... tinha os desfiles de 7 setembro que a gente desfilava sempre! Tinha os desfiles de aniversário da cidade também. Era aqui na avenida Brasil. O povo se concentrava ali de frente a igreja que fazia um corredor pro desfile passar... e tinha o hasteamento da bandeira junto com o Hino Nacional. Saía aqui de frente da igreja, e seguia pela Avenida Brasil e lá adiante se desfazia. E a fanfarracompanhava o desfile... tudo era muito bem organizado, especialmente quando era aniversário da cidade... os alunos das escolas usavam camisas brancas de manga comprida, os sapatos

¹⁶ Entrevista com Marilyn Cordeiro em 08/2002.

engraxados, tudo era muito impecável...belíssimas moças com trajes típicos também ornamentavam os desfiles...os carros alegóricos eram preparados com muita antecedência para que não acontecesse nenhum problema no meio do caminho... professores e alunos faziam flores de papel e outros adereços para os carros... outros faziam até roupas especiais para compor os carros alegóricos que faziam alguma homenagem... eu me lembro muito bem quando diretores e outros representantes da prefeitura iam fazer a vistoria dos carros, e tudo que não estava de acordo tinha que ser refeito... era muito trabalhoso mas compensava ver os desfiles nas ruas da cidade que a todos encantavam...



FIGURA 19 - "Vista dos Desfiles Cívicos desde 1950"
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 20 – Desfile do 5 aniversário da cidade – 1952
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

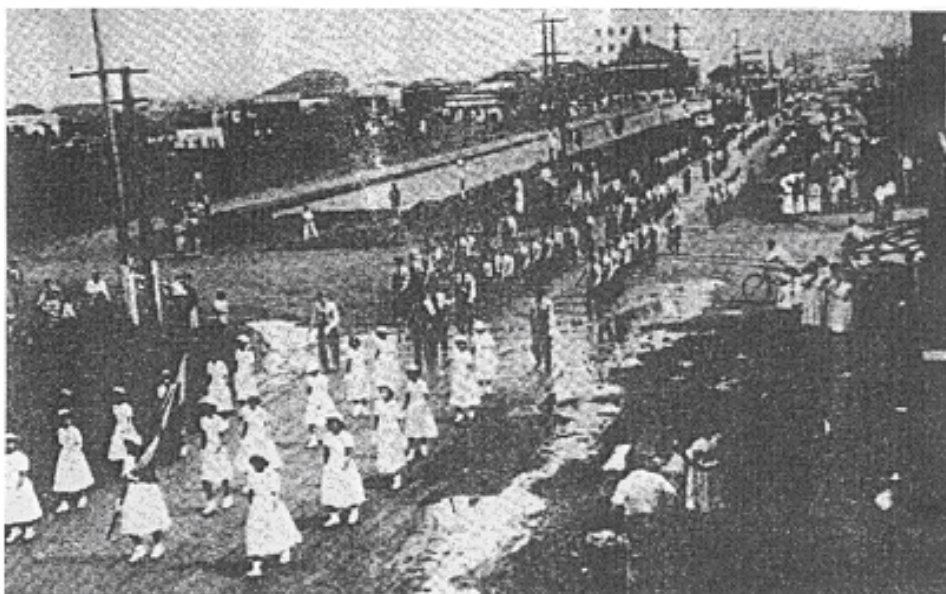


FIGURA 21 - Vista de Desfile Cívico militar comemorativo ao 6º aniversário de Maringá na Avenida Brasil – 1953
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Os relatos trazem informações importantes a respeito da festa, da forma de diversão, um tipo de evento que congregava funções diversas, como a religiosa, a social e o lazer atrelado a várias atividades. Enfim um conjunto de práticas que fazia parte desses eventos, e que proporcionava possibilidades,

expectativas e desejos de encontros, de paixões, de contatos e consolidação de relações pessoais em seus vários níveis.

3.6 A Boemia

Especialmente para os rapazes, a cidade oferecia ainda a possibilidade de passeios noturnos como a “Zona da Alegria”. Muito seria preciso para falar das astúcias das “Lourdes, Geraldas, Lydias e Genis”, modelos procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, - que em três ou quatro meses ganhavam dinheiro suficiente para voltarem às suas origens e iniciarem seus próprios estabelecimentos comerciais. Quantos empresários, fazendeiros e viajantes contribuíram para o sucesso delas quando mandavam fechar uma “casa” inteira somente para eles se divertirem e fazerem suas “farrinhas” particulares, mesmo lhes custando muito caro. E no auge do café, dinheiro não era problema. Grande parte dos viajantes, para saberem se a cidade daria lucro para suas vendas, davam uma olhadinha na Zona da Alegria, se funcionavam bem, era sinal de que seus negócios dariam lucro na cidade (OSTERROHT, 1997:17).

3.7 O Carnaval

Os únicos registros encontrados foram através de fotografias e das entrevistas. Falar sobre o carnaval de Maringá realmente trouxe muito entusiasmo aos entrevistados

Prática herdada dos costumes portugueses, o Carnaval consistia basicamente de brincadeiras que envolviam pessoas de todas as idades e segmentos sociais.

Entre as décadas de 50 e 60 o Carnaval, sem dúvida era uma grande festa na cidade, tanto nas ruas quanto nos clubes da cidade: O Clube Paulistano, Grêmio dos Comerciantes e Aero Clube.

O Carnaval era comemorado na cidade com brincadeiras, desfile de blocos nas ruas e bailes nos clubes da cidade. Alguns grupos formavam um bloco

e saíam pelas ruas com suas fantasias originais, envolvendo toda a população. Entre guerra de confete e serpentina, a banda local entoava as marchinhas. Já os bailes de Carnaval, por serem realizados nos clubes, restringiam o acesso de muitas pessoas, nivelava as diferenças sociais, iniciavam romances, fazia esquecer as agruras do cotidiano.

A população era afeita às festas interioranas e o carnaval lhe possibilitava a incorporação pândega ou sofisticada de piratas, melindrosas, odaliscas, marinheiros, mascarados, aventureiros. Possibilitava também que temores, desejos ou crítica social aparecessem de forma inofensiva e fugaz. Eram dias em que o povo buscava superar as limitações e burlar o controle social.

Os clubes, ruas e cinemas, eram espaços onde se realizavam inúmeras atividades lúdicas e, portanto, serviam como locais de socialização dos maringaenses.

Em todos os lugares era possível divertir-se nos dias de carnaval, seja nos bailes noturnos, nas matinês, no desfile dos blocos, participando ativamente como folião, ou apenas assistindo. As formas de sociabilidade presentes no carnaval da cidade indicam que, se é possível uma maior socialização nas folias carnavalescas, as atitudes e os comportamentos dos foliões preservavam a hierarquia e a distinção social.

Os diversos tipos de diversão, que o carnaval possibilitava, fazem dele uma festa que é, ainda hoje, comemorada das mais diversas maneiras e em diferentes lugares, podendo ainda ser brincado por todos os segmentos sociais.

Em uma cidade onde existiam poucas diversões, sendo as mais assíduas, o cinema e o *footing*, o carnaval adquiria um grande significado para parcela da comunidade e isso pode em parte ser dimensionado através das recordações dos entrevistados, como as do Sr. Antonio Manicardi ⁷: *não se tinha muitos recursos para fazer as roupas mas todos esperavam o carnaval com ansiedade. A gente ficava planejando o que fazer, que tipo de roupa usar, quem poderia fazer parte do nosso bloco, era muito divertido e o carnaval ajudava a gente ocupar o tempo.*

Essa recordação revela o gosto pelas festas carnavalescas e também os

⁷ Entrevista com o Sr. Antonio Manicardi em 07/2002.

significados particulares para cada folião, que ano após ano esperava por esses momentos de alegria e diversão.

Os blocos que participavam do carnaval da cidade eram poucos, compostos por familiares e amigos, homens e mulheres, e eram responsáveis em grande parte pelo sucesso do carnaval na cidade, espalhando alegria e divertimento a população; fosse durante o dia ou á noite nas ruas [Figuras 22 e 23]. Ao construir uma memória sobre os blocos existentes na cidade o Sr. Manicardi revela que: *os blocos, em número pequeno, provocava alegria dos maringaenses, e enchia a cidade com uma nuvem de estrelas; exibiam-se nas ruas da cidade, composto de rapazes e senhoritas, cantando as mais recentes marchinhas, era um sucesso.*

O Sr. Manicardi diz ainda que os blocos também não tinham dia certo para fazer suas apresentações nas ruas da cidade, sendo que cada qual desfilava quando tivesse vontade, com suas roupas iguais e cantando as marchas de sucesso, parando ás vezes, nas esquinas, nos cinemas, bares, sob os olhares dos transeuntes.

O carnaval possibilitava também uma maior interação entre os segmentos sociais, pois todos os blocos, podiam entrar no Aero Clube para se apresentar, cantar algumas músicas e divertir o público. Além disso, os blocos visitavam os cinemas, que paravam suas projeções para com o público ali presente cantar e festejar juntos o carnaval.

Enfim o carnaval para os maringaenses apresentava-se como um período de divertimento, de descontração, de partilha de risos, alegria e folia. Configurava-se em momentos e possibilidades de sociabilidade entre grupos sociais distintos nos quais alguns exageros eram permitidos. Sociabilidade que possibilitava o fortalecimento de laços entre famílias, grupos e agremiações. Tal situação, contudo, não significava harmonia entre as classes e falta de conflitos numa sociedade com perfil conservador, elitista e autoritário.



FIGURA 22 - "Vista de blocos de carnaval de rua e de salão – 1950/60"
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 23- "Vista de blocos de carnaval de rua e de salão – 1950/60"
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

3.8 Outras Festas

Mesmo que esporádicos, os bailes da zona rural, animados pelos “sanfoneiros”, também representavam um modo de vida daquela população, principalmente em épocas de aniversários, batizados e casamentos [Figuras 24 e 25].

Com o álbum de fotografia nas mãos a Sra. Izabel F. Vaz, relembra alguns momentos dos bailes que freqüentava na zona rural com o marido:

Eu lembro bem dos bailes que tinha no sítio do Sr. Jácomo... muita gente conhecia como “rasta pé”... mas eu e meu veio gostava muito.. uns vizinho nosso também gostava muito e eles moravam aqui perto de casa e passava aqui pra gente ir junto com eles... eles não perdiam um, mas eu não tinha muito fôlego não porque eu tinha que lidar na roça, depois tinha que cuidar da casa e isso a gente tinha mais tempo pra fazer era no sábado e no domingo quando a gente não ia pra roçada, então eu ficava com dor nas costas, cansada mesmo. Meu veio sempre tava disposto e ele não gostava muito quando eu não ia, ele também não ia. Quando dava certo, a gente ia. Os baile era no terreiro da casa do S. Jácomo, era um lugar bonito com muitas árvores em volta. Tinha muita gente bonita também não tinha só idoso não, tinha gente nova, bonita e bem vestida... até salto alto tinha nos bailes lá na roça. Era só sanfona, mas sempre tinha três ou quatro sanfoneiros pra toca nos bailes, pra deixa o outro descansar também. O Sr. Jácomo fazia esses baile pra angariar dinheiro para ajudar nas escolas, pra comprar caderno, lápis, borracha, sabe. A gente dava o que podia ele não exigia nada. E era tão bom porque nos baile tinha comida também que ele dava pra gente comer e beber. Então o dinheiro que a gente dava pra ele era pra ajudar a escola, ele era muito bondoso, um homem de coração bom. A gente dançava muito. Esses bailes eraM sempre de tarde, depois das 4 horas da tarde, porque não tinha luz, era lamparina e lampião e quando começava escureceR a gente vinha embora. Mais era muito bom, a gente fazia muita amizade, conhecia muita gente boa.



FIGURA 24 – Baile na zona rural – 1950
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 25 – Baile na zona rural - 1953
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Uma outra tradição na cidade diz respeito aos terços, novenas e velórios e

que são relembrados pela Sra. Edna Maria Z. Bonifácio¹⁷:

“os terços aconteciam semanalmente na casa das famílias... era uma tradição onde um grupo com homens, mulheres e crianças, rezavam e cantavam para abençoar o lar que visitavam... o andor de N. Sra. Aparecida fazia parte do terço e era carregado pelos homens sobre os ombros, e passava a noite na casa da família... no outro dia o grupo fazia a mesma coisa, rezava e cantava e o andor era levado pra casa vizinha até fechar a quadra”... era costume também que no fim da reza a dona da casa servisse limonada, chá-mate, café, e quitandas. Já os velórios tinham uma curiosidade: “quando eu morava na roça era costume quando morria alguém que o velório fosse na casa do defunto... existia já a pessoa certa para tomar as providências para receber as pessoas... a porta principal da casa era retirada e colocada sobre quatro cadeiras e o caixão do defunto em cima... na cidade esse costume não era muito grande mas tinha casos que acontecia a mesma coisa...”

Sorrindo muito ela conta

“...as famílias vindas da região para passar a noite no velório eram bem recebidas também com muita comida, cafezinho, era oferecido até mesmo um copinho de pinga para deixar as pessoas acordadas... as mulheres tomavam conta da cozinha nos preparativos dos doces e dos salgados”.

O que se percebe nos relatos dos idosos é que nos espaços públicos existiam atividades que tornavam o ambiente mais vivo e convidativo, atraindo pessoas de diversas classes sociais e possibilitando uma relação de uso igualitário entre elas no mesmo espaço. São espaços públicos que têm esta característica, de ser um espaço mais democrático (do que os cinemas, clubes e teatros). Estes possibilitam o alcance das atividades de lazer o exercício da cidadania para toda ou quase todas as camadas sociais, com menor segregação de que feito nos espaços semi-públicos.

3.9 OS CLUBES E AS FESTAS

O Clube Paulistano

Maringá, desde a década de 50, contava também com outros lugares

¹⁷ Entrevista com a Sra. Edna M. Zotto Bonifácio em 03/2003.

como os clubes, cinemas e outros festejos, que propiciavam múltiplas formas de sociabilidade aos maringaenses.

O entretenimento pode-se manifestar de várias formas, e a festa, sem dúvida, é uma das grandes expressões da alegria do povo. O Clube Paulistano teve poucos, porém intensos momentos, no que concerne ao afluxo de pessoas aos seus concorridos bailes. Atraía grande parte da população impossibilitada, de freqüentar o Aero-Clube e o Grêmio dos Comerciários, espaços esses mantidos por estratos da sociedade com renda bem superior de grande parte da população. O breve fechamento do Clube Paulistano ocorreu devido ao preconceito socioeconômico de alguns moradores da vizinhança, que reclamavam junto ao poder público do barulho provocados pelos bailes, e a Prefeitura, atendendo ao apelo, recomendou o fechamento do salão. Dessa forma, outras festas domiciliares proliferaram-se, única forma de escapar da vigilância dos insatisfeitos. Anos depois proliferaram como cogumelos na floresta as brincadeiras dançantes, reuniões de jovens em casas de família por vários cantos da cidade.

A Sra. Eurídes de Oliveira⁸ relembra alguns momentos em que freqüentava o Clube Paulistano.

Não fui uma grande freqüentadora do Paulistano, mas fui algumas vezes para distrair, passear e até mesmo tive algumas paqueras por lá. O musical variado, agradava a todos. Eu sempre fui muito tímida e ficava um pouco nervosa, quando um rapaz me tirava pra dançar. Agora as músicas mais agitadas eu não sabia dançar, mas era divertido. Os moços eram bonitos também, agradava, e as moças não podiam escolher muito senão ficava sem o par. Eu lembro que algumas vezes tinha umas brigas entre os rapazes por causa da moças, mas passava logo. Os vizinhos não tinham bons olhos para o Paulistano quando tinha baile ou uma outra festa porque o barulho atrapalhava o sono deles. Alguns deles iam até a porta do clube e mandava chamar o diretor pedindo que o som fosse abaixado, ou então queria saber até que horas eles ainda tinham que agüentar tudo aquilo. O paulistano tinha mais gente simples e no Aéro-Clube tinha mais gente de dinheiro, um povo mais arrumado, com mais dinheiro que nós. Logo o clube fechou e a as pessoas acabaram indo mais nas festas caseiras: aniversários, casamentos, churrascos.

Funcionando como lugares de convivência, de diversão, de reunião de

⁸ Entrevista com a Sra. Eurides de Oliveira em 06/2003.

pessoas para simples conversa, os clubes também agregavam sentidos diversos e podiam adquirir grande importância social e política, em especial, em uma cidade como Maringá, que crescia a cada dia.

A circulação e a vivência, que esses espaços e especialmente os eventos nele ocorridos possibilitaram aos que os freqüentavam, devem ser entendidos como práticas sociais, políticas e culturais, que fazem parte do cotidiano de uma pessoa em busca da sua inserção na comunidade, do fortalecimento e preservação de relações em todos os setores da vida pessoal, profissional e política.

Ainda que as mesmas formas de lazer dêem em espaços diferenciados como é o caso do carnaval, dos desfiles cívicos, das quermesses, da folia de reis, festejado nas ruas... os cinemas, os bailes e festas que aconteciam dentro de alguns clubes revelam formas diferenciadas de convívio entre os maringaenses.

3.9.1 A Elite se diverte no Aéro-Clube Maringá

Dentre os clubes criados para diversão e lazer, o Aero-Clube Maringá, destaca-se pelo seu caráter seletivo, por aglutinar grupos sociais com características específicas dadas pelo poder econômico, ou pertencentes a uma empresa como a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que comandava grande parte da região Norte Paranaense [Figura 26].

Os bailes não tinham só objetivos de divertir a população, alguns deles eram promovidos com o intuito de conseguir fundos para compra de objetos, para as escolas locais. Muitas festas, casamentos, e até concursos de “Misses” ali foram realizados.



FIGURA 26- Sede social do Aero-Cube de Maringá, construída em 1948 (primeiro clube social)
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Muito sorridente e feliz por ser procurada para uma nova entrevista a Profa. Marilin Cordeiro⁹ relembra com os olhos cheios d`água os concorridos bailes de época que aconteciam nos Clubes da cidade. O grandioso Baile da Chita, O Baile das Bolas, Baile de Debutantes, entre outros [Figuras 28, 29, 30 e 31].

Os Bailes agitavam a cidade, muita gente ia pra porta do clube pra ver os vestidos e outros acessórios dos frequentadores que vinham de São Paulo. Acrescenta nossa narradora: quando era véspera dos bailes nosso grupinho estava sempre em conversas pra saber que modelo de vestido a gente iria usar, muitas dúvidas apareciam e era ai que a gente ia na casa de pessoas amigas para pedir revistas emprestadas para ver os modelos mais usados. Veja aqui nas fotos, os cabelos não tinham grandes penteados; todas nós se virava como podia; alguns eram desfiados e depois espirrava laquê que tinha um cheiro forte mas depois passava; uma vizinha nossa conhecia um truque para armar os cabelos, se usava desfiar bom-bril, ficava bonito mas dava trabalho. Usar jóias não era hábito, poucas de nós usavam, só mesmo em certas ocasiões. Eu sei que foram momentos felizes de nossas vidas que eu guardo com saudades. Moças comportadas adentravam o salão acompanhadas de seus pais e

⁹ Entrevista com Marilin Cordeiro em 08/2002.

dirigiam-se as mesas e lá ficavam à espera de um “broto” que a tirasse para dançar.



FIGURA 27 “Vista do interior do clube em dia de festa [Baile das Bolas] - 1950/60”
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

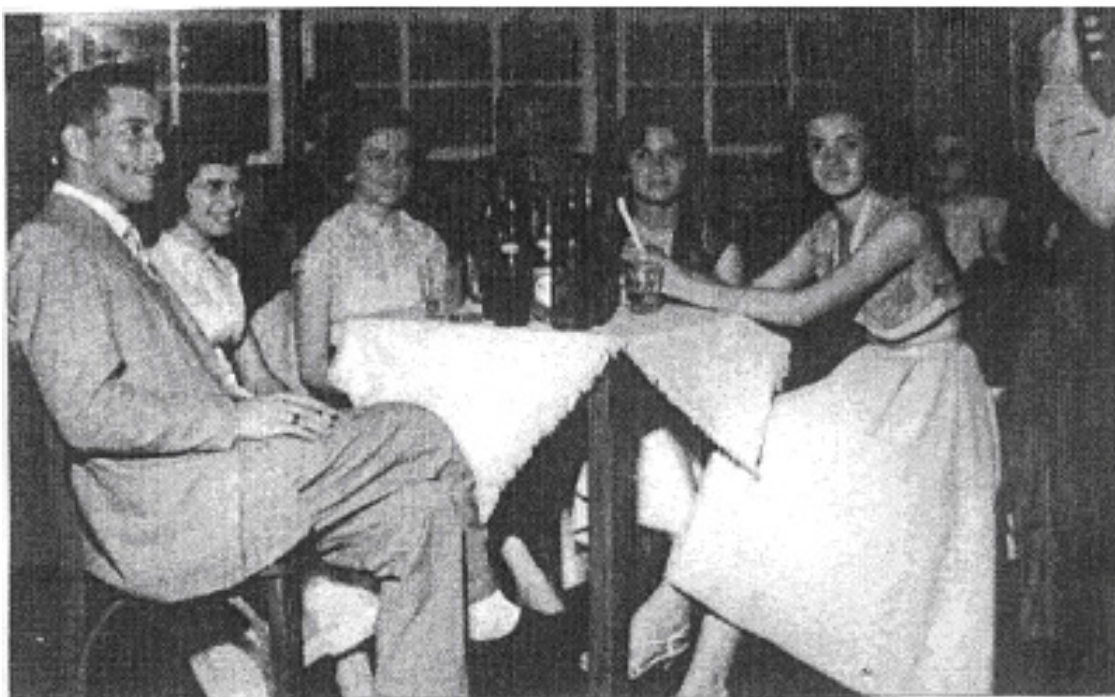


FIGURA 28 “Vista do interior do clube em dia de festa [Baile das Bolas] – 1950/60”
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 29 “Vista do interior do clube em dia de festa [Baile das debutantes] 1960
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



Figura 30 – Vista do Baile das Debutantes durante a valsa - 1960
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 31- As 11 Debutantes em “clic” para a Revista Pioneira – 1960
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

Os frequentadores mais assíduos eram de famílias abastadas, ligadas a diretoria da CMNP e outras personalidades do meio político e empresarial. Esses espaços representavam uma forma de sociabilidade, oportunidade essas que seus freqüentadores tinham, também, de ali estabelecer relações político-econômicos, de “conchavos” e interesses pessoais.

Dentre os bailes realizados no Aéro-Clube Maringá, o baile das Debutantes era um grande acontecimento social. A Revista “A Pioneira” de janeiro de 1954, registra o primeiro baile de Debutante que acontecia na cidade, dedicando para tanto, seis páginas de fotos e comentários. Segundo a revista tratava-se de um dos magníficos bailes que periodicamente a cidade iria presenciar. “O baile revestia-se, entretanto, de um caráter de novidade, pois era a primeira vez que tínhamos oportunidade de assistir em Maringá, a um sarau desse

gênero e com tal finalidade” (A PIONEIRA, 1954s/p).

O baile reunia onze das mais encantadoras jovens, pertencentes às mais destacadas famílias de Maringá, num verdadeiro buquê de graça e elegância, o Aéro-club de Maringá introduziu-as na sociedade local, durante uma festa onde imperou o bom gosto e a alegria. Ainda perduram em nosso espírito, as impressões daquela noite cálida de janeiro, em que esse grupo encantador de senhoritas maringaenses, fez sua entrada oficial para a sociedade. Os magníficos vestidos que ostentavam; os lindos penteados que emolduravam seus rostos juvenis e, sobretudo, a graça e elegância de suas maneiras, a todos encantavam.

Embaladas pelo ritmo de uma valsa, foram elas levadas pelo salão, enlaçadas pelos seus padrinhos, naquela noite inesquecível, integrando-se assim, na vida social da cidade. Grandes aplausos saudaram, ao término dessa música, as novas integrantes da sociedade maringaense, cujos membros mais representativos as receberam prazerosamente no meio de músicas e flores. Ostentando lindas “toulettes”, as elegantes senhoras e senhorinhas que compareceram á encantada festa, muito concorreram para o sucesso da inesquecível noite de graça e distinção. Foi assim que reunindo em sua sede social, lindamente ornamentada, grande número de senhoras, senhoritas e cavalheiros, o Aéro-club de Maringá proporcionou aos seus associados e convidados, um elegante sarau dançante (A PIONEIRA, 1954 s/p).

3.10 AS FESTAS JUNINAS

Nos jornais e revistas da época, poucos relatos foram encontrados sobre as festas juninas. Muitas delas aconteciam na área rural, onde diversas famílias que eram convidadas para rezar o terço, levantar bandeiras de Santo Antônio, São João e São Pedro; sem esquecer da grande variedade de comidas típicas que os convidados levavam. As festas contavam ainda com a animação de vários “sanfoneiros e cantadores”, vindos de diversas regiões, que se revezavam durante a festa que se estendia até a madrugada. Estas festas quebravam a rotina do dia a dia, transformando-se em locais de encontros socialização, dando-lhe um novo significado social ao espaço e adquirindo uma identidade cultural.

Nos clubes da cidade estas festas também aconteciam anualmente, mas um pouco mais restrita aos sócios e seus convidados. A exemplo disso,

novamente nas recordações do Sr. Anibal Borghi¹⁰ aparece a diversão e o entretenimento das grandiosas festas juninas que aconteciam no Aero-Clube. Segundo ele, “tinha forró, concurso de quadrilhas, barracas de jogos, cadeia, correio elegante e uma variedade de doces e salgados” [Figuras 32,33 e 34].

Eu ia muito nas festas juninas que tinha na chácara do Sr. Juvêncio Martins e também em outras aqui da região. Era diversão até muito tarde da noite... Mesmo cansado do batidão do dia eu e minha esposa tinha muita disposição de dançar, conversar com os amigos que às vezes a gente não via a muito tempo. Sabe que isso era muito bom, deixava a gente feliz. A gente fazia uma roda de cadeiras e sempre tinha aqueles que gostavam de contar piadas, era muito divertido. As vezes a gente acabava de levantar a bandeira do santo e a roda se formava pra contar piada. De vez em quando minha esposa me cutucava e até me dava uns beliscões por causa da minha animação. Era nessas festas também que a gente ficava sabendo de um monte de novidade na política, na agricultura e tantos outros acontecimentos. Já as festas do Aero-Clube, eram animadas também, mas era diferente, parecia que faltava alguma coisa entende, não sei explicar, mas era diferente. Eu achava bom porque sempre tinha um serviço pra gente fazer e ganhar uns trocos com minha empresa de som. As pessoas que freqüentavam as festas no clube eram nossos amigos também mas o visual era diferente lá da chácara, a começar pela iluminação, som e tudo que era usado para enfeite. Claro que se tratava de um clube, onde as famílias iam sempre bem vestidas, mesmo usando trajes típicos, mas não tinha aquele clima da chácara, não tinha não. No clube também a gente se divertia, encontrava muita gente que á muito tempo não via, sabia das notícias trazidas de São Paulo e de outros cantos, participava da festa, mas eu sempre sentia falta de alguma coisa.

¹⁰ Entrevista com Sr. Anibal Borghi em 05/2003.



FIGURA 32 Convite de uma das festas juninas que aconteciam no Aero-Clube – 1950/60 - Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 33– Uma das atrações das festas juninas era a quadrilha, uma dança típica– 1950/60 – Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico



FIGURA 34– Outra foto da dança típica da quadrilha que mostra uma das brincadeiras realizadas dentro da própria quadrilha – o baile da roça , onde as damas aguardavam sentadas, o convite para a valsa - 1950/60 –

Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

3.11 OS CINEMAS

Se alguns clubes restringiam-se aos sócios e seus convidados, delimitando os lugares a certos grupos específicos da comunidade a cidade oferecia outras formas e espaços de lazer mais democráticos, que abarcavam a maioria da população (como eram os espaços das festas já descritos), assim como eram os casos dos cinemas.

Depois do *footing*, era costume ir ao cinema, lugar de namorar.

Ao rememorar e visitar o cinema, do qual foi freqüentador, o Sr. Álvaro Fernandes¹¹ evidencia dois tempos nesse ato, com significados diferentes. Quando jovem, ele disse que ia ao cinema para ver os filmes e se divertir; já na fase mais adulta o cinema era lugar de flerte, de encontro e de namoro.

A possibilidade de ir ao cinema também era um grande momento de

¹¹ Entrevista com Sr. Álvaro Fernandes em 04/2000.

expectativa para as mulheres. Ao se referir as suas idas aos cinemas na cidade de Curitiba, Marilin Cordeiro¹² relembra que domingo era dia de cinema, *“era um passeio e tanto... às vezes o filme era longo e tinha um intervalo onde as moças aproveitavam para conversar, namorar e fazer fofocas. Momentos esses que muitas vezes eram mais importantes que o filme que se projetava”*.

O cinema, apesar de poder ser freqüentado por todos os que desejassem, possuía uma barreira, que limitava seu acesso àqueles que tinham dinheiro para comprar o bilhete, que dava o direito de ver o filme. Mesmo assim, era um tipo de passatempo e de diversão que abarcava setores mais amplos da sociedade e possuía público certo. Porém, no seu interior, as diferenças sociais tornavam-se explícitas na divisão do espaço entre aqueles que se sentavam no amplo salão, sem contar a exibição do vestuário.

No livro “Memória dos Bairros” publicado em 2002 pela Prefeitura Municipal de Maringá encontra-se uma outra referência obrigatória que expressa uma forma de vida urbana da cidade naquele momento, que foram os cinemas, e que atualmente encontram-se desativados e transformados em igrejas evangélicas. É notório que em grande parte das cidades essa situação se repete, visto que nas áreas centrais os cinemas foram transformados em espaços religiosos. Raros são os cinemas que foram preservados e foram destinados a espaços culturais. Em Maringá o Cine Plaza, foi o único cinema que foi preservado e recuperado e atualmente destina-se a eventos culturais.

Um dos primeiros cinemas de Maringá inaugurado em 1951 foi O Cine Horizonte, integralmente de madeira e que tinha no andar superior um hotel com 28 quartos [Figura 35]. Vale a pena ressaltar que o Cine Horizonte, após a meia noite, exibia filmes pornográficos exclusivos para os homens. As mulheres eram discriminadas; não havia sessão para elas. O funcionamento desse hotel era condição imposta pelo Sr. Inocente Villanova Jr. (futuro prefeito) para doar o material de construção do futuro prédio. A família Del Grossi, procedente de Apucarana, chegou a Maringá e comprou da Companhia Melhoramentos Norte do

¹² Entrevista com Marilin Cordeiro em 08/2002.

Paraná (CMNP) um terreno na Avenida Brasil. Com a ajuda do então futuro prefeito, construíram o cinema, um espaço de 550 lugares dedicados ao aconchego da população amante da arte. O cinema funcionou nesse endereço até o início dos anos 1960. Em 1966, o edifício de alvenaria ficou pronto, na avenida Riachuelo, um projeto arrojado para a época e que teve como autor o engenheiro Hans Denger, alemão radicado em Londrina. Essa nova sala foi criada para comportar 1.600 pessoas. Quer seja o velho de madeira, quer seja o novo de cimento e pedra, o cine Horizonte embaralha-se na história. No início dos anos 1980, outro cinema da cidade foi fechado, o Cine Peduti, chamado antes de Cine Paraná e Cine Ouro Preto [Figura 36], tendo como proprietário o Sr. Odwaldo Bueno Neto, que, cansado e desmotivado para esse ramo, vendeu o terreno e as instalações do cinema a uma empresa de materiais de construção. Enquanto durou, o Cine Peduti exibia filmes de alto nível e era freqüentado por uma elite financeira e intelectual, sendo por várias ocasiões, usado como palco para projeções de fitas ligadas ao Cine-Clube de Maringá, em horários experimentais. Sua decoração interior primava pelo refinamento e bom gosto, aspectos que eram levados em conta na hora de definir os preços dos bilhetes, os mais caros dos cinemas da cidade.

Geograficamente, o Cine Peduti situava-se na Vila Operária, onde recebia maior influência desta, o que não significa que não fosse freqüentado por moradores de outras áreas da cidade. Já o Cine Horizonte era o predileto, por reunir um conjunto de especificidades com forte apelo junto ao povo das camadas mais simples. A divulgação da programação do cinema era um espetáculo á parte, começando pelo material visual de promoção dos filmes, que, por muito tempo, eram reproduções pictóricas gigantes dos cartazes originais, um trabalho de artista plástico que variava de modo a permitir a colocação de objetos em exposição na fachada do cinema, coerentes com o filme em andamento [Figura 37]. Essas “instalações” chegaram ao cúmulo, em certa oportunidade, de transferir um avião do aeroporto para á frente do cinema, estilizando-o a fim de se parecer a uma aeronave semidestruída (aqui uma reprodução dos filme “Os sobreviventes dos Andes”). Ainda hoje, além dos canais convencionais de propaganda (rádio,

jornal, cartazes em ônibus, bares etc.), o cinema mantinha em regime integral uma Kombi dotada de painéis publicitários e de alto-falantes de som, numa modalidade quase artesanal de difusão das mensagens.



FIGURA 35 – Vista do Cine Horizonte – Primeiro Cinema de Maringá - 1949
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

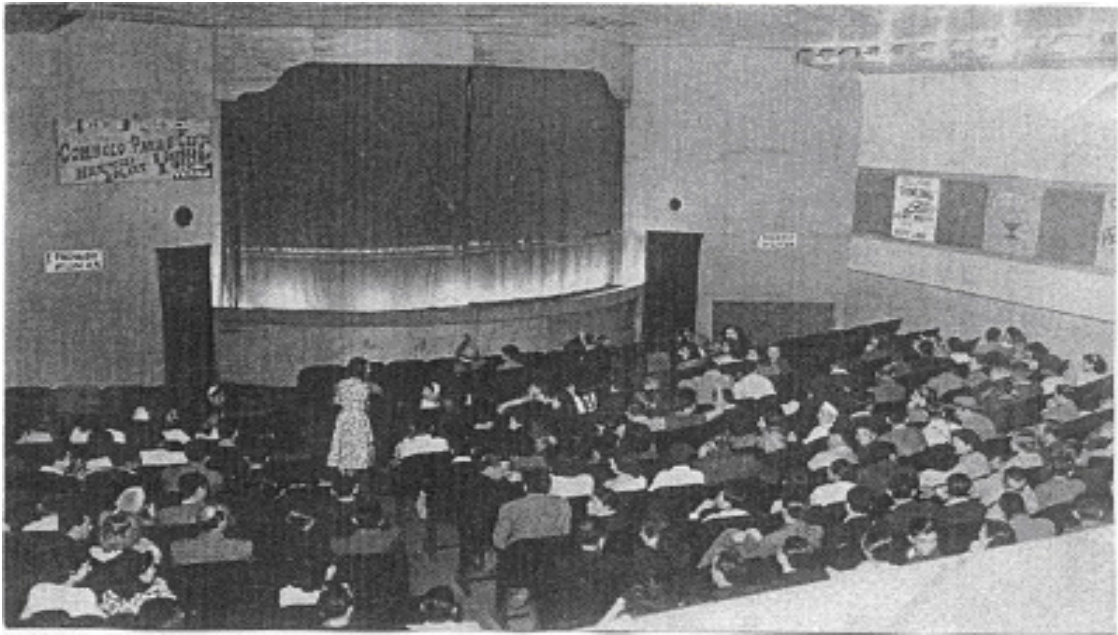


FIGURA 36 – Vista do interior do Cine Maringá em dia de exibição - 1958
 Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

**FESTIVAL DO
 CINEMA NACIONAL
 EM
 MARINGÁ - PARANÁ**

As gravações em Long-play execu-
 tadas nos Cines Maringá e Paraná
 são gentilmente oferecidas pela

«A Musical»

PROGRAMA SEMANAL

**Cine MARINGÁ
 PARANÁ**

EMPRESA CINEMATOGRAFICA DE MARINGÁ LTDA.
 N.º 344 — Maringá Julho de 1960 — Ano VII

<p>Dr. Duque Estrada ADVOGADO Ex-Promotor em S. Paulo Questões Cíveis e Criminais Defesas no Juri Inventarios</p> <p style="text-align: center;">LUBRIFICANTES Distribuidor: Dr. Brent, 3715 - Em cima do Cine Imperial - SALA I Tel.: Av. 13 de Dezembro, 817 - 868054</p>	<p>DRA. JULIETA DE SOUZA Médica Clínicas de Mulheres e Crianças - Higiene e Tratamento Pre-Natal : Inicialmente e Hospitalar Rua Firmeza, 523, alto - tel. 1299, 8.1234, 710 PONE, 1459 CONSULTAS: Pela manhã das 8 às 12 h. e Tarde das 4 às 7 h. MARINGÁ</p>
--	--

ÓTICA AVENIDA
 A mais completa da Cidade - Serviços ópticos
 Óculos - Contatos - Altimetros
 Termômetros - Aparelhos de Precisão -
 Contactos de contato - Atende receitas
 de óculos de grau - Preços módicos

ÓTICA AVENIDA
 Av. Brasil, 4044 - Fone 1226 - MARINGÁ
 MATRIZ - Av. Rio de Janeiro, 858 - LOUBERANÇA

Figura 37 - Propaganda do Festival de Cinema em Maringá em 1958 e programação semanal dos filmes exibidos na cidade (1960)

3.12 O Cinema nas Ruas

Durante o levantamento das pesquisas bibliográficas não encontramos qualquer documento que pudesse nos fornecer subsídios para apresentar uma discussão mais elaborada em relação a essa temática na cidade de Maringá. Também não tínhamos qualquer informação de quem poderia nos auxiliar através das entrevistas a respeito do assunto.

Entretanto, ao retornar no acervo da Divisão de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal, encontramos uma fotografia que mostra claramente esse tipo de lazer que ocorria na cidade. Era o primeiro e único documento iconográfico que existia [Figura 38].



FIGURA 38 – Cinema ao ar livre. O caminhão que servia de camarote na área rural - 1949
Prefeitura Municipal de Maringá – Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico

De posse dessa foto visitamos algumas famílias, mas nada encontramos. Durante a realização de todas as nossas entrevistas a foto era mostrada para ver se os nossos entrevistados reconhecia a mesma ou até mesmo se pudesse nos indicar alguém que reconheceria. Para nossa surpresa, durante uma das últimas

de nossas entrevistas, um casal que visitava nosso entrevistado, e que residia na zona rural, tomaram de espanto e quando viram a fotografia a esposa disse: *“olha Zotto o caminhão do cinema...”*. Logo, foi solicitado para que eles ali permanecessem para uma conversa mais detalhada.

Ao terminar a entrevista com o Sr. Aníbal Borghi, imediatamente o casal Sr. João Zotto e a Sra. Therezinha de Jesus Fuggi Zotto, foram convidados a nos dar uma entrevista. O casal sempre sorridente e com brilho nos olhos nos perguntava se o que eles diziam ali iria passar na televisão, explicamos então do que se tratava. O Sr. João Zotto dizia: *“olha Thereza, deixa eu falar primeiro depois você fala ta bom? senão o moço vai fica confuso...”*. Foi uma conversa muito alegre, ele todo entusiasmado e ela sempre gesticulando o pescoço.

O Sr sabe que a gente não ia no cinema na cidade, era muita lida na rola. Naquele tempo tinha uma perua que passava, berando meu sítio e de outros sítios de amigos radiando no alto-falante as lojas tinham coisas pra vender, novidade né... Eu lembro que tinha uma loja que era á Casa dos Retalhos, que sempre passava lá no sítio radiando e também chamando o povo pra assistir filme. Então quem quisesse ia e se reunia na casa de um vizinho que tinha um terrero bom pra assistir o filme. Muita gente ficava sentado nos tocos, mas muitos também subia cima do caminhão pra fica mais acomodado e vê melhor o filme que passava. Enquanto eles montava tudo a gente ficava ali conversando e a molecada correndo. Não era sempre que passava filme lá no sítio, mas quando passava era muito bom porque de domingo a gente não tinha muita coisa pra fazer.. era naquelas horas que a gente podia distraí a cabeça... era muito bom mesmo.

A Sra. Therezinha estava ansiosa e não via a hora de ser chamada. Ao lembrar o cinema de rua ela nos diz:

Foi uma época muito boa o Sr. fica sabendo.. Era uma luta danada e a gente não tinha muita vontade de vim pra cidade no domingo e quando vinha era pra comprar alguma coisa que faltava. Mas a gente dava muita risada com os filmes que passava lá no sítio. As vezes era demorado e as vezes não era, e tinha vez que passava dois filmes... Eu não conhecia a Casa dos Retalhos quando abriu, só fui comprar lá quando ela apareceu no filme que passava pra gente no sítio também. Quando a gente escutava a perua kombi radiar na estrada podia saber que ia te cinema. Quando ela passava a molecada ia correndo atrás pra pegar os papel que ela jogava das lojas...eu ficava lá da janela da frente escutando e vendo aquela poeira subir...as crianças chegavam em casa numa sujeira só. O Sr sabe também que se a gente não

tivesse isso a gente talvez nem tivesse conhecido o cinema porque na cidade tinha que pagar e quem ia tinha dinheiro, a gente era pobre, não podia ir, era muito difícil. Agora o Sr. vê, era muito bom, quando chegava domingo que ia ter cinema eu queria me arrumar um pouco mais e u dizia pro Zotto também vestir uma roupa boa, pra ficar com uma aparência melhor, diferente daquela que a gente tinha todo dia. Então a roupa boa servia também pra gente ir ver os filmes que passava lá na roça. Era muito bom porque a gente encontrava tanta gente conhecida e que não se via a tanto tempo, parecia uma festança também.

O que se percebe também na fala de nossos entrevistados é que as estratégias das lojas, ao fazerem sua propaganda na área rural tinham resultado satisfatório, pois as pessoas eram atingidas pelos anúncios exibidos durante os filmes.

É importante lembrar ainda que outras lojas usavam de outros artifícios para atrair compradores como é o caso das Casas Pernambucanas. A loja contratava palhaços para exibir suas peripécias e estes ficavam nas imediações da rodoviária a espera das famílias que chegavam para fazer compras. Muitos eram atraídos pelos palhaços e os acompanhavam pelas ruas até a entrada das lojas. Lá chegando outras brincadeiras eram feitas e em seguida o palhaço saía pelos fundos da loja em busca de novos clientes.

Surpresa maior aconteceu poucos dias antes de finalizar a tese, quando fui indicado a procurar uma antiga trabalhadora que gostaria de dar o seu depoimento sobre cinema ao ar livre. Trata-se da Sra. Bárbara C. Barros, viúva do Sr. Sílvio Magalhães Barros, primeiro prefeito da cidade de Maringá. Quando jovem ela acompanhava seu pai que tinha um caminhão que projetava filmes nas ruas da cidade. Assim que foi procurada nos relatou que as *“sessões de cinema ao ar livre nas ruas do “Maringá Velho”, era uma diversão á parte e que muita gente se aglomerava para assistir”* [Figura 39]. Segundo a Sra. Bárbara a frequência das sessões acontecia mais nos fins de semana, final de tarde, com o sol ainda alto. E continua:

Era divertido a gente ir passar os filmes nos bairros, como Morangueirinha, no Maringá velho e tal, num caminhão. Então o cinema era ambulante. Então as cadeiras dobravam como cadeirinhas de circo, levantava-se, macaqueava o caminhão, punha um toco em baixo. Eu não sei como que meu pai fazia, parece que o motor do caminhão é que tocava o cinema. Eu não

me lembro. O caminhão ficava um pouco longe e aí o projetor, pendurava a tela numa árvore e o povo assistia. O caminhão também avisava antes onde ia ser a sessão.



FIGURA 39 – Cinema ao ar livre nas ruas do Bairro Maringá Velho – 1953
Fonte: Bárbara C. Barros.

Dentre os lugares de diversão até aqui apresentados, acredita-se que as práticas de sociabilidade maringaenses eram múltiplas e diferenciadas tanto nas suas formas de ação, quanto nos espaços, pelos diversos segmentos sociais. Mais do que promover o convívio e a comunhão entre os vários grupos, ela representava estreitamento de relações intra-grupos. Entretanto, não se pode pensar que a sociedade de Maringá era estanque, pelo contrário, trocas sócio-culturais, eram possíveis e também facilitadas pela proximidade entre as pessoas.

Os clubes, as ruas, as praças, os cinemas e neles, os bailes, as brincadeiras dançantes, o carnaval, constituíram-se em alguns dos espaços e formas de lazer da população maringaense, nos quais condutas e comportamentos revelavam-se, desvelando assim algumas das várias facetas da

vida em sociedade dos maringenses.

Assim, esses lugares da Maringá de ontem eram o cenário que mobilizava um modo de vida urbana daquela população, e que atualmente, sua grande maioria, já desapareceram; restando apenas as lembranças daqueles momentos; as formas herdadas do passado; com novas funções, ou seja, novos espaços; mesmo com a mesma paisagem. Nessa perspectiva, a cidade é considerada obra de uma história, de pessoas e de grupos que realizaram essa obra em condições históricas, pois, muitas memórias, de pessoas que viveram importantes acontecimentos na cidade de Maringá, desde a sua fundação, não se perderam no tempo, ainda estão vivas e pedem para ser ouvidas no presente, são as vozes que representam o passado..

Em meados dos anos 80, a cidade começa a gestar uma nova realidade, determinada, uma vez mais por fatores que têm sua origem a partir da zona rural.

Nessa periodização, os espaços identificados por intermédio dos entrevistados, além de suas características físicas, foram reconstituídos a partir dos significados que lhes eram atribuídos. Significados relacionados às atividades para as quais os espaços eram apropriados – tanto no sentido de serem adequados para, como no de serem apossados por seus usuários e ressignificados. Um mesmo espaço que comunica significados diferentes, conforme a pessoa a ele se refere. Lugares que transmitem uma carga valorizante do simbólico urbano¹⁸.

Os marcos de referência e identidade estão implantados no solo urbano. É esse solo que, quando transformado em mercadoria através de sua exploração econômica, passando a ser ambicionado para novos usos, deverá ser desocupado e desimpedido para que possa dar lugar a uma “nova construção”, justificando o capital investido. Esse processo tem produzido a destruição sistemática de conjuntos repletos de significados, lugares históricos e de todas as relações pessoais, hábitos culturais e atividades econômicas inerentes a esses espaços.

Na apresentação do livro de Ecléa Bosi (1994), Marilena Chauí diz:

¹⁸ - Para CASTELLSS [1983:268], “o simbólico urbano existe a partir das formas espaciais como emissores, transmissores e receptores das práticas ideológicas gerais”

“... destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e pagou seus rastros”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua fundação, a cidade de Maringá, foi planejada para ser uma cidade moderna, arrojada, “progressista”, que no dizer de seus idealizadores seria a “futura metrópole” do Norte paranaense. No pós-Segunda Guerra, com a alta dos preços do café – que estimulou se plantio na cidade – houve um espantoso surto de desenvolvimento, levando à construção das representações de Maringá e do Norte do Paraná como *Terra da Promissão* e *Eldorado* dos homens e mulheres que para lá se dirigiram como trabalhadores.

Sinônimos da idéia progressista, essas representações instituíram-se como discurso público de uma elite cafeeira emergente e foram incorporadas à crônica local, bem como ao discurso científico da Geografia, das Ciências Sociais e da História nos anos quarenta e cinqüenta. Assim, essas representações perpassam a maioria das fontes – publicações, álbuns, crônicas – e das análises – teses, dissertações e monografias – que linearmente articulam a gênese da cidade e região, posto que possuem na idéia deste progresso acelerado o seu núcleo gerador.

Em seu conjunto, essas representações urbanas constituíam um índice de elementos que integravam o imaginário das elites brasileiras no final do século XIX. Eram visões que correspondiam à sensação de que se começava a viver, no país, a “aventura da modernidade”. Processo que trazia consigo a promessa de transformações radicais, de rompimento com os laços de uma sociedade que permanecera, até então fortificada em moldes tradicionais. Espelhando-se, em certa medida, nos exemplos das cidades européias, tais imagens vinculavam a cidade a um ambiente promotor do desenvolvimento material ininterrupto e de mudanças profundas na vida social e cultural.

Naturalmente, o sentimento de que se ingressava na era do chamado progresso, bem como as idealizações da futura metrópole, não eram frutos de um desejo infundado das elites. Nas últimas décadas do século passado, o Brasil, como tantas outras regiões do planeta, passara a receber os ecos da modernização em curso no continente europeu.

Entretanto, apesar de inegáveis, as transformações vividas pelo país tinham limitações por demais conhecidas. Assim, como outros países periféricos, a modernização, aqui, engendrou uma forma singular. Como bem definiu Marshall Berman (1986, p.169-269), analisando o caso russo, tratava-se de um modelo de “modernismo no subdesenvolvimento”, que se dava em meio a um mundo eminentemente conservador, conciliando-se com instituições e práticas sociais tradicionais. Forjada de cima para baixo, a modernização se efetivava de maneira distorcida e desigual nos diferentes âmbitos da sociedade. Copiava-se o modo de vida cosmopolita e as instituições políticas burguesas, procurando instaurar uma nova ordem que, no entanto, estava fadada às aparências. Isto porque a modernização entrava na cena nacional como um esforço das elites, gerado pela percepção do atraso em que se encontrava o país. Por conseqüência, nutria-se mais de utopias que, de fato, de uma realidade social, configurando contornos particularmente paradoxais e imprecisos.

Concretamente, as possibilidades que se descortinavam para o desenvolvimento material esbarravam, por exemplo, na fronteira de uma economia dependente e que se mantinha essencialmente agrária. Do ponto de vista político, a modernização não poderia ser mais conservadora, uma vez que perpetuou as barreiras que alijavam os setores populares da esfera da participação.

Conseqüentemente, a cidade de Maringá irá desenvolver-se, dessa maneira, em consonância com um projeto de modernidade marcado por contradições e que ganhava curso alheio aos princípios e valores democráticos. Longe de constituir-se em um espaço, adequado ao surgimento de uma sociedade politicamente ativa composta de indivíduos emancipados e convertidos em cidadãos, à cidade engendrou uma experiência de modernidade ambígua e paradoxal, na qual a vida pública, em particular, estava repleta de distorções.

Segundo Benevolo (1976, p.114-122), construir uma cidade moderna significava praticamente copiar um repertório urbanístico em voga no estrangeiro e que mais tarde difundiu-se para os países periféricos em forma de clichês. Em Maringá assim procedeu a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP – contratando o urbanista Jorge Macedo Vieira que, apoiando-se em conhecimentos e experiências que haviam sido desenvolvidas na Europa, criou para a cidade de Maringá um padrão de desenho urbano sofisticado. O padrão deste desenho seguiu os princípios adotados, a partir do início do século XX, por Ebenezer Howard, e que se convencionou chamar de “cidade jardim”.

No projeto original da cidade de Maringá [Figura 3], observa-se que o zoneamento funcionava como instrumento fundamental para o controle da cidade. Fixava, previamente, os seus limites. Classificava e hierarquizava seus espaços que deixavam de ser uma dimensão fluida e indefinida para se transformarem em áreas delimitadas e imediatamente identificáveis. O traçado de tabuleiro se restringia à zona urbana. Tinha-se, assim, a linha férrea que corta a cidade, os limites claros entre o espaço planejado e equipado e um outro não planejado.

Sem dúvida havia uma lógica segregacionista na cidade, que, na prática, logrou perpetuar as fronteiras entre ricos e pobres. Além disso, o projeto apresentava sinais de atomização urbana, uma vez que tendia a classificar os espaços de acordo com funções distintas, isto é, fixavam-se áreas específicas para a moradia, o trabalho, o comércio, o lazer etc.

Essa atomização urbana, como observa Sennett (1979, p. 9), “colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo espaço, o que cria complexidade de experiências nesse mesmo espaço”. Decretava-se, assim, uma tendência compartimentada da cidade, erguendo-se barreiras invisíveis entre as classes sociais e homogeneizando os espaços. Procurava-se eliminar a mistura de pessoas, atividades e coisas, enfim, a convergência de fluxos que nutrem a sociabilidade urbana.

As contradições, inerentes ao fenômeno da modernização, adquiriram, assim uma dimensão dramática em grande parte de nossas cidades. A exemplo

de São Petesburgo, ricamente analisada por Berman (1986, p.217-220), muitas dessas cidades assemelham-se espacialmente a outras de países desenvolvidos, mas estão longe de engendrar uma modernidade que seja capaz de atingir e transformar profundamente as estruturas de sua sociedade. Em uma cidade como Paris, as ruas e bulevares abertos por Haussmann, embora se adequassem a um novo tipo de controle sócio-espacial, também alimentavam, contraditoriamente, os encontros, conflitos e formas inéditas de poder e liberdade.

Ora, a modernidade em Maringá passou a ser o culto da indiferença e o hábito de uma sociedade que perdeu o sentido de comunidade. O consumo que é a locomotiva do progresso faz da cidade um lugar passageiro, onde tudo pode ser destruído e construído a qualquer momento, as histórias são substituídas por outras sem perspectiva de futuro. “A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer” (LEFEBVRE, 1999). Acredita-se, que a cidade seja a maior vitrine, onde os episódios cotidianos da existência material são vividos e observados na indiferença do capital. A ocupação divertida do urbano, por uma população sonhadora movida pelo acaso de viver o imprevisível, foi descartada da “polis” contemporânea. A cidade é o cenário da reprodução do capital e da cultura dominante, onde tudo se descobre ou se inventa, e se apaga na mesma velocidade. Tudo é vivido na condição de espetáculo como se a vida urbana fosse um conjunto de cenas de teatro. A favela é fruto da falta de observação de que o subemprego existe.

Essa realidade se evapora no espetáculo e na velocidade da cidade moderna. Na ordem econômica, o essencial para o homem urbano é o domínio da acumulação, da apropriação da mais-valia, que acabou trazendo para a cidade determinados malefícios do progresso. Malefícios excessivos de prédios em concreto, de avenidas, do excesso de informações, de empregados e desempregados. Todavia, o pior dos malefícios do progresso não reside nos exemplos citados, mas na “moda”, essa antiga maneira que tem de todos os dias mudar de “maquillage”. Esses “homens”, agentes sociais (aliados ao Estado), conduzem a reprodução do ciclo do capital priorizando o valor de troca em detrimento do uso e de suas possibilidades, gerando conflitos que eclodem no

plano da vida cotidiana, onde as contradições são percebidas em toda a sua magnitude, pois esse nível, é aquele, onde a vida se reproduz e o homem habita ativamente.

A produção e reprodução do espaço modelam-se, de um modo contestável, pelos novos hábitos de morar, de se sociabilizar, porque gera empregos, impostos, movimenta a economia, produz lucros, mas o número de pessoas segregadas e destituídas de qualquer condição, é cada vez maior. As novas áreas de comunhão são enclausuradas dentro de mundos sociais engendrados pela lógica do consumo – os condomínios horizontais de alto padrão, as novas torres de escritórios, os shopping-centers e quintais suburbanos. As mudanças são rápidas como a moda, o ambiente natural vai sendo destruído para dar lugar a mais avenidas, e mais construções, novas formas se superpõem ao espaço. Somos obrigados a consumir não só o produto, mas também a sua imagem, o simulacro da arquitetura e uma outra imagem urbana como símbolo da nova sociedade. O “triumfo do esquecimento sobre a memória, a embriaguez inculta, amnésia” (BAUDRILLARD, 1995). O chamado progresso nada mais é, do que a possibilidade de ampliar o consumo.

A arte na cidade que deveria ser a intervenção para restaurar a poética negada pelo capital e pelo consumo, em vários momentos vem sendo utilizada, como imagens autoritárias, encobrendo muros e alvenarias, reproduzindo imagens contraditórias com a escala urbana que mascaram a diversidade visual da cidade e privatiza o que antes era anônimo, produto de um trabalho coletivo, sem assinatura. A expropriação do espaço público, em nome da arte, faz da cidade mais um depósito de imagens que enfeitam o progresso que enterrou e poluiu os rios, devastou áreas verdes, destruiu antigos prédios. Até parece que a cidade não tem história, é um território abandonado e seus usuários ou moradores são desprovidos de razão e memória. As intervenções vão se repetindo, produzindo e reproduzindo novos espaços, e o homem das cidades educado para consumir as imagens do progresso, perdeu o desejo de uma curiosidade cultural. O excesso de significantes cria um vazio de sentido. E diante da repetição e do vazio, a primeira

imagem exótica que se destaca na monotonia da paisagem, brilha no olhar de quem passa, e na pressa, não perde tempo para se dedicar ao pensamento.

O passado deixou traços inscrições escritura do tempo que é o tempo da atividade humana impresso na morfologia. Mas esse espaço é sempre hoje como outrora um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões em ato. Como escreve Calvino (1991) “a cidade não conta o seu passado ela o contem como nas linhas das mãos inscritos nas ruas...”. Por outro lado “todas as futuras cidades estão contidas dentro das outras apertadas exprimidas inseparáveis”; esse é o sentido da reprodução é esse o processo que a morfologia e a memória revelam.

“Habitar é deixar rastros”. Com essa idéia, o habitar implica um conjunto de ações que articula vários planos e escalas espaciais (o público e o privado; o local e o global) que envolvem a vida, realizada pela mediação do outro, o imerso em uma teia de relações que constrói uma história particular, que é também uma história coletiva, em que se insere e ganha significado á história particular de cada um. Isto é, a articulação entre o público e o privado se coloca como condição necessária á constituição do sujeito coletivo, como á constituição da vida.

Finalizando essa fase da pesquisa cresce a consciência de que ela representa muito mais um ponto de partida do que um ponto de chegada. Os desafios permanecem embora enriquecidos pela experiência construída. No processo da pesquisa, entrecruzaram-se situações de angústia, de indefinições e também de encaminhamentos, misturaram-se momentos difíceis e embaraçosos com outros mais otimistas. Como parte desse processo, foram confrontadas leituras e discussões teórico-metodológicas com o conteúdo das falas, resultando na apreensão de evidências e dos modos de vida das práticas dos antigos moradores e das transformações que ocorreram historicamente.

Durante a realização da pesquisa uma das dificuldades vivenciadas diz respeito ao trabalho com as fontes orais. As reflexões e encaminhamentos de pesquisadores por mais que contribuam, a experiência pessoal é insubstituível. É ela que permite avaliar mais profundamente as dificuldades emergentes na construção do conhecimento. Nesse sentido, pode-se afirmar que este momento

de chegada é, efetivamente, um ponto de partida, no sentido de abrir novos horizontes com a possibilidade de novos enfoques e a formulação de outras questões aos entrevistados, privilegiando outros aspectos e elementos e enriquecendo a análise.

O trabalho com fontes orais foi decisivo no sentido de criar condições para redimensionar o projeto inicial, levando-se em conta as questões que emergiram dessas fontes e das leituras e reflexões realizadas no decorrer do curso de doutorado. As memórias deram condições para voltar no tempo e aprofundar alguns costumes, as transformações que se processaram, as relações que eles estabeleceram com outros grupos sociais e a reconstrução de algumas práticas, na atualidade, com base nas experiências passadas.

A memória, trabalhando com uma lógica temporal distinta da cronológica ou cíclica, toma como referência situações fundamentais a partir das quais reconstrói o passado. Em outros termos, as memórias trabalham o passado a partir de um tempo *presente* que, no caso dos antigos moradores, é marcado pelo crescimento acelerado da cidade que ocorria antes, mas se explicitou e ganhou consistência, na década de 1970, com a especulação imobiliária e conseqüentemente, a (re) produção do espaço urbano. Este processo rompeu, segundo os moradores, com o tempo bom, o tempo dos começos. Esses tempos, assim como os momentos da ruptura foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, para a sua divisão em capítulos e também para a exposição das considerações finais.

A perspectiva proposta na introdução assim como o quadro conceitual e teórico apresentado no capítulo primeiro permitiu pensar os antigos moradores a partir das reconstruções que as memórias fazem sobre o passado, aprofundando alguns elementos que lhe são específicos e que permitem pensar em uma identificação, a partir dos seus modos de vida e de luta. Considerando o desafio de pensar esses moradores a partir da cultura e não da etnia, pode-se apreender nas experiências vivenciadas por estes sujeitos alguns costumes, valores e modos de viver construídos e transformados no tempo.

Assim como Maringá, inúmeras outras cidades vizinhas formaram-se sob uma base agrária, sustentada por uma política autoritária, forjando, dessa maneira, também algumas formas de conduta e comportamentos das pessoas nas suas relações cotidianas no trabalho, na família, na vizinhança e no lazer.

A compreensão do que era essa cidade e sob quais bases ela se formou, foram objetos do segundo capítulo. Neste, foi explicitado como se deu o processo de (re) ocupação do norte paranaense desde meados do século XIX com o avanço do capitalismo na região, que responde a várias demandas que na época foram fundamentais para a manutenção da riqueza e do poder do Estado do Paraná, como a expansão da cultura cafeeira, do comércio, dos meios de comunicação, em especial a rede ferroviária, a valorização das terras e o surgimento de cidades. Explicita-se os interesses de capitais nacionais e estrangeiros que promoveram um dos maiores empreendimentos de colonização planejada através da Brazil Plantations Syndicate Ltd e sua subsidiária brasileira a Companhia de Terras Norte do Paraná.

Enfatiza-se ainda, acerca do projeto de colonização da região, que este ao ser concebido já incorporava os princípios de modernidade, seja sob o ponto de vista de seu projeto capitalista de exploração de recursos, ou seja, sob o aspecto da concepção do projeto de ocupação do território, ambos sob a ótica inglesa, na condição de detentores do capital inicial.

De povoado sem infra-estrutura básica, Maringá foi ao longo das décadas sofrendo várias intervenções públicas e privadas e dessa forma, foi sendo dotada de várias instituições formais e informais, criando espaços ocupados e usufruídos pelos moradores que participavam das atividades desenvolvidas nesses locais.

O capítulo três por sua vez, através da história oral e da iconografia recompõe, em certa medida, toda uma história de vida vivenciada pelos antigos moradores. Através de suas lembranças, identificou-se elementos recorrentes que permitem “reconstruir” a cidade da memória, a cidade do “como era antes”. Ressalte-se aqui um outro aspecto importante no que diz respeito à questão da preservação: a perda da memória social, uma das formas mais cruéis de exclusão dos indivíduos e dos grupos sociais, dos processos de decisórios do presente.

Através do esquecimento do passado, como forma de repressão, a sociedade impõe que o presente e a ordem vigente não podem e não devem ser modificados.

O papel da memória tanto na proposição de novos valores e linguagem quanto na reconstrução das tradições orais e da cultura local constitui-se, entre outros temas, em um desafio para futuras investigações.

A pesquisa procurou escutar e abrir as possibilidades para que as lembranças dos trabalhadores não se perdessem, mas o fundamental foi avançar no sentido de apreender como estas experiências passadas intervêm na reconstrução das práticas atuais, ou como diz Willians, ver o residual “não só como um elemento do passado, mas como elemento efetivo do presente”.

O processo de investigação escuta e análise das experiências vivenciadas e reconstruídas pelos trabalhadores foi conduzido por uma problemática central, a de compreender e apreender as transformações nos modos de viver desses sujeitos. A percepção dessas transformações, sua análise e a organização em uma narrativa sistematizada resultaram nesta tese.

REFERÊNCIAS *

AMADO, Janaina; FERREIRA, M. de Moraes (Org.) *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AMARAL, Rita de Cássia de M. P. *Festa à Brasileira. Significados do festejar, no país que “não é sério”*. São Paulo: USP/ Dep. de Antropologia. Tese de Doutorado, 1998.

ANDRADE NETO, Arthur de Oliveira. *Maringá: Ontem Hoje e Amanhã*. Rumo, 1979.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – Estratégias de construção do patrimônio cultural*. Secretaria de Estado da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ARENDT, Hana. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. B. Almeida, São Paulo, Perspectiva, 1983.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro. Forence Universitária, 1993.

ARIAS NETO, José Miguel. O pioneirismo: discurso político e identidade regional. *Espaço Plural*. São Paulo, Anpuh, v.14, n.28, 1994.

_____. O Eldorado – *Representações da Política em Londrina (1930 – 1975)*. Londrina, Ed. Uel, 1998.

ARIÉS, P. *Lénfant et la vie Familiare sous l’Ancien Regime*. Paris: Editions du Seuil., 1973.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo, UNESP. 1996.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ: Levantamento de dados econômicos do município de Maringá: Maringá, 1992 [apostila].

AZEVEDO, Aroldo. Embriões das cidades brasileiras. In _ *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, [25]: 31-69, Mar. 1957.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond et al – *Tratado de Sociologia*, Rio de Janeiro Jorge Zahar ed., 1995.

* - As referências listadas estão de acordo com a reformulação NBR 6023 – Referências Bibliográficas da ABNT.

BARNABÉ, Marcos Fagundes. *A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da companhia de Terras Norte do Paraná*. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Escola de engenharia de São Carlos.

BAUDRILLARD, Jean.(1995). *Para uma crítica da economia política do signo*. Tradução: Aníbal Alves. Rio de Janeiro: Elfos. Ed. Lisboa. 1995.

BAUDRILLARD, Jean. *As flores do mal*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

_____. O pintor da vida moderna In: Coelho, Teixeira (org.) *A modernidade de Baudelaire*, Rio de Janeiro, paz e Terra, 1998.

_____. *Le miroir de la production*. Paris, Biblio-essais, 1975.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo, Retrospectiva, 1993.

_____. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994 (a) (Obras escolhidas, v.1).

_____. *Obras Escolhidas II: rua de mão única*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (b).

_____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. Trad. Franklin Leopoldo e Silva, Nathanael Caxeiro. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar- A aventura da Modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BERMUDO, J. M. Ávila. *El Concepto de Práxis en el Joven Marx*. Barcelona: Península, 1975.

BITTENCOURT, Ezio. *Da Rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil meridional – panorama da história de Rio Grande*. Rio Grande, Ed. da FURG, 2001.

BOEIRA, Jurandir Guatassara. *Arte e Técnica de desenhar cidades*. Maringá-Pr. UEM. 2000. (Dissertação de Mestrado).

BORDIEU, Pierre. Sobre o Poder Simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, - Bertrand, 1989.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, EDUSP, 1994.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

_____. *Especulação Imobiliária*. Rio de Janeiro, Editora Nova fronteira, 1986.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papyrus, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas – a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: *BH – Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, Arte, 1996, pp.183-220.

CHAUÍ, M. Público, privado, despotismo. In A . Novaes (ed.), *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 1993.

CHESNEAUX, Jean. *Habiter lê temps*. Paris, Bayard éditions, 1995.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades – uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. 2ª ed. [s.i. s.n.], 1977.

CORADINI, Lisabete. *Praça XV Espaço e Sociabilidade*. Florianópolis-Sc, Fundação Franklin Cascaes. 1995.

CORRÊA JÚNIOR, José Antonio. *A Maria fumaça*. Maringá: [s.n.], 1988.

_____. *O trem de ferro*. Maringá: Abril/1991.

COSTA, E.V. *Narcisismo em tempos sombrios*. In H.R. Fernandes (ed.) Tempo do desejo: Psicanálise e sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COSTA, Rosalina Maria. *Em busca do espaço perdido: a reconstrução das identidades espaciais do bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993 (Dissertação de Mestrado).

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-Pr*. São Paulo, USP, 2000. (Tese de Doutorado).

DIAS, Edson dos Santos. *Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte*. Florianópolis, UFSC, 1998 (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional*. Maringá, Eduem, 1999.

DI FIDIO, Mario. *Architettura Del paesaggio*. 3^a.ed. Milano:Pirola, 1990.

DUBY, G. & ÁRIÉS, P. (eds.) *História da Vida Privada:Da Europa feudal ao renascimento*. III. Lisboa:Ed. Afrontamento.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Fortaleza: Tempo Brasileiro/UFCE, 1983.

EIDT, Valdir. Trabalho e alienação: aspectos fundamentais da antropologia Marxiana. In: *Revista Grifos*, UNOESC, n.7, Chapecó, 1999, pp.97-125.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa, Oficinas Gráficas de livros do Brasil, 1983.

_____. *Mito e realidade*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

_____. *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*. Trad. Manuel Torres. São Paulo, Martins Fontes, 1969.

ENGELS, F. Contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. In: *Marx & Engels*, textos n.3, São Paulo, Edições Sociais, 1975.

FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre/São Paulo:Editora Globo, 1975.

FERREIRA, José Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FIGUEIREDO, Lauro César. *Sarandi e o conjunto urbano Maringá e Marialva*. Florianópolis-Sc, 1997 (Dissertação) Mestrado em Geografia. UFSC.

FORSTER, Ricardo. *Borges y Benjamin: la ciudad como escritura y la pasión de la memoria*. In: CUADERNOS HISPANOAMERICANOS. Madrid, n.505/507. p.507523, jul. – set. 1992.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma T. Muchail. 2ed. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

- _____. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo:Marco Zero, 1995.
- GAMA, Lúcia H. *Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo. 1940-1950*. São Paulo:Senac, 1998.
- GELPI, Ettore. *Lazer e Educação Permanente: tempos, espaços, políticas e atividades de educação permanente e do lazer*. São Paulo, SESC, 1983.
- GOFFMAN, E. *Relations in Public*. London: Allen Lane, 1971.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp, 1993.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. *Olhar e Memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- GRZEGORCZYK, Vanderlei. *Novo centro de Maringá: estratégias e conflitos na produção do espaço urbano*. Presidente Prudente, 2000. dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade estadual de São Paulo.
- HABERMAS, Jurgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, brasiliense, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4 ed., São Paulo, Loyola, 1994.
- _____. *Justiça Social e a cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la Vida Cotidiana*. 1977.
- _____. *O cotidiano e a História*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1989.
- _____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaço e Debate*, n.6,pp.6-35, São Paulo, 1982.
- HOBSBAWN, Eric J. Trajetória do movimento operário. *Revista Trabalhadores*. São Paulo: Prefeitura municipal de Campinas, 1989, p.4.
- _____. A outra história – algumas reflexões, In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HONORATO, Rossana. *Se essa cidade fosse minha... A experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1999.

IPARDES. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária do Paraná*. Curitiba: IparDES, 1983.

JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

JODELET, D. *Madness and Social Representations*. London: Havester/Wheatsheaf, 1984.

LACERDA, Franciane Gama. Cidade, Memória. In: *Cidades. Pesquisa em História – Programa dos Estudos Pós-Graduados em História: PUC/SP. n.1 (199-224)* São Paulo, Olho D'Água, novembro, 1999.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Ed. Claridade, São Paulo, 2003. 93p.

LAMAS, J.M. R.G. *Morfologia Urbana e Desenho da cidade*. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 2ª ed.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris, 1975 .

_____. *De l'état*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1978.

_____. *Lê materialisme dialectique*. Paris, P.U.F., 1991.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes, 1991. a

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991. b

_____. *De lo Rural a lo Urbano*. 3ª ed., Barcelona, Península, 1975.

_____. *La Présence et l'absence*. Pour une théorie de la représentation. Paris, 1995.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOOF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

_____. *Por amor às cidades*. São Paulo, Editora da Unesp, 1984

LEVY STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1986.

LOGKINE, J. *Lê marxisme, L'état et la question urbaine*. Paris, Puf, 1977.

- LOPES, Ana Yara D. Paulino. *Pioneiros do Capital* – a colonização do Norte do Paraná. São Paulo:USP, 1982, p.92 [Dissertação de Mestrado].
- LUCENA, Liliâne Monfardini F. de. *Laguna: de Ontem a Hoje – espaços públicos e vida urbana*. Florianópolis-Sc, 1998, UFSC [Dissertação de Mestrado].
- LUZ, France. *As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a microrregião “Norte Novo de Maringá” – 1950/1980*. São Paulo, 1988. USP [Tese de Doutorado].
- _____. *O Fenômeno Urbano Numa Zona Pioneira*. São Paulo, 1980, USP. [Dissertação] Mestrado em História. Universidade de São Paulo.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.
- MARCOM, Telmo. *Memória e Cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-Ên*. São Paulo, PUC, 1999 (Tese de Doutorado).
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Caetano do Sul:Hucitec,1992.
- MARX, Karl. 18 Brumário, citado por Olgário Mattos, 1983, p.45.
- MARX, Karl. *El capital*. México, Siglo Veintiuno, vol.I, 1984.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Livraria Editora ciências Sociais, 1982.
- _____. *Manuscritos Econômicos Y Filosóficos de 1844*. Bogotá, Editorial Pluma, 1980.
- MARX, karl; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. Lisboa, Presença/Martins Fontes, vol.I 1982.
- MARX, Karl. *Posfácio a 2 edição de O Capital*. In: FERNANDES, Florestan (Org.) Marx e Engels. 2 ed. São Paulo, Ática, 1984, pp.422.430.
- MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.
- _____. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

- MATTOS, O. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. In: *Espaço e Debate*, n.7, pp.11-16,1983.
- MEAD, G. H. *Mind, self and Society: From the Standpoint of a social Behaviourist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MENDES, César Miranda. *O Edifício no Jardim: um plano destruído – a verticalização de Maringá*. São Paulo, 1992, USP, Tese [Doutorado em Geografia], Universidade de São Paulo..
- MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50*. Campinas: Editora da UNICAMP, p.69, 1996.
- MENDES, César Miranda & BENADUCE, Gilda Maria Cabral. *Diagnóstico das tendências de expansão territorial urbana de Maringá-Pr*. Maringá: FUEM, 1990.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros do Estado de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo, Hucitec, Polis, 1984.
- _____. *As zonas pioneiras do Estado de São Paulo*. Ensaios de Geografia Humana Brasileira. São Paulo, Difel, 1957.
- _____. A zona pioneira do Norte do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano I, n.3, 1935.
- MORI, Nerli Nonato. *Memória e Identidade: a travessia de velhos professores através de suas narrativas orais*. São Paulo, USP, 1988 (Tese de Doutorado).
- MORO, Dalton. (Org.). *Maringá Espaço e Tempo: ensaio de Geografia Urbana*. Maringá: Programa de Pós Graduação em Geografia. UEM. 2003.
- _____. *Substituição das culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- _____. *Substituição das culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no norte do Paraná*. Rio claro, 1992. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.
- MOSCOVICI, S. On social representations. In J.P. Forgas (ed.), *social Cognition: Perspectives om Ererydau understanding*. London: academic press, 1981.

_____. The phenomenon of social representations. In R.M. Farr & S. Moscovici (eds), *Social Representations* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MULLER, Nice L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v.1, n.22, p.55-96, 1956.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. 2.ed. Trad. Neil R. Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.

NETO, João Cabral de Melo. Meio urbano. Disponível em: www.kapplus.com.br 1998.. Acesso em novembro de 2003.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire . In: (org.) : *L'ès lieux de mémoire*. Vol. 1. La République. Paris, Galimard, 1984.

NOVAIS, Adauto (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, vol.4, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação capitalista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: *contraponto*, ano 1, n.1, Rio de Janeiro, Centro de estudos Noel Nutels, 1980.

_____. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. São Paulo, Brasiliense, 1975.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

OMEGA, Nelson. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: Olympio, 1961.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Trad. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar 1978,

PEREIRA LEITE, Maria Ângela Faggin. Uma história de movimentos. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001. pp.433-446.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; PIMENTA, Luiz F. Afeche. Projeto patrimônio vivo. Revitalização do centro histórico de Florianópolis-SC. In: *Anais*

do V Seminário História da Cidade e do Urbanismo. Campinas-SP: FAU-PUC , 1998, p. 35

PINTO, Luziano M. Sociabilidade de “matinée”: o cotidiano em Uberlândia nos anos 40. *História e Perspectivas*. Uberlândia v.14/15, p.113-132, jan/dez. 1993.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo: Educ, v.15. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá. Maringá: [s.n.], 1967, v.1 e 2.

_____. *Plano diretor de desenvolvimento de Maringá*. Maringá, Secretaria de Planejamento, 2000.

_____. *Maringá: O Habitat Humano*. Maringá: MRM, 2003.

_____. Secretaria de Planejamento. O perfil da cidade de Maringá. Maringá: Gráfica Municipal, 1997.

QUAINI, Máximo. *Marxismo e Geografia*. Trad. Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”*. SIMSON, Olga de M. (Org). Experimentos com histórias de vida: Itália Brasil. São Paulo, Vértice, editora *Revista dos Tribunais*, 1988.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil [1500/1720]*. São Paulo: EDUSP, 1968.

REQUIXA, Renato. *As dimensões do lazer*. São Paulo: SECS, 1974.

ROGERIE, G. *Geografia das paisagens*. São Paulo, Difel, 1971.

RONCAYOLO, Marcel. *Forme des Villes*. (Ville, Recherche, Difusión). Nantes, Université de Nantes, (impresso). s/d.

_____. *Les grammarie d ´une ville* (Essai sur la genèse des strucutres urbaines à Marseille). Paris: EHESS, 1996.

SANTOS, Antonio César de Almeida. *Memória e Cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)*. Curitiba, UFPR, 1998 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Carlos Nelson F. dos & VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo, Projeto, 1985.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar. Renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto*, 86, São Paulo, 1986.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo, Hucitec, 1994 (a).

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 2000.

_____. *Metaformoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e Método*. 4 ed. São Paulo, Nobel, 1997.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1994 (b).

_____, *Espaço e sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979.

SANTOS, Rubens Rodrigues dos. *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo: Editora Ave Maria, 1975.

SCHAFF, A. *O marxismo e o indivíduo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SCHMIDT, Lizandro Pezzi. *poder público, mercado imobiliário e [re] produção material: estratégias e ações em Maringá [1989/2000]*. Maringá-Pr, 2002. Dissertação [Mestrado em Geografia] Universidade estadual de Maringá

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

SILVA, Armando Corrêa da. *Geografia e Lugar Social*. São Paulo, Contexto, 1991.

SERRA, Elpídio. *Contribuição ao estudo do Cooperativismo na Agricultura do Paraná: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá*. Rio claro, 1986. Dissertação [mestrado em Geografia], universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho".

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, vol. 1, n.46, p.38-87, 1971.

TANNO, Janete Leiko. Dimensões da Sociabilidade e da Cultura: espaços urbanos, formas de convívio e lazer na cidade de Assis: 1920-1945. Assis, UNESP, 2003 (Tese de Doutorado).

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – História oral*. São Paulo, Paz e terra, 1982.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*. Ética e História Oral. São Paulo, n.15, pp.51-71, abr., 1997.

TOMAZI, Nelson. *Certeza de Lucro e direito de propriedade: o mito da CTNP*. Assis, UNESP, 1989 (Dissertação de Mestrado).

_____. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Curitiba, UFPR, 1997 (Tese de Doutorado).

VELOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço-espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, XVII (4): 4, out./dez., 1955.

WEBER, Marx. Conceitos de categorias de cidade. In: Velho, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. p.68-89.

WESTPHALEN, Cecília M. et al. *História do Paraná*. 2 ed. Curitiba, Grafipar, 1969.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

_____. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. *Cultura e sociedade 1780 – 1950*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

WIRTH, LOUIS. O Urbanismo como Modo de Vida. In: Velho, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*, 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

WRIGHT, Erik Olin et al. *Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 1993.

ZAMBIASI, José Luiz. *Lembranças de Velhos: experiência dos velhos migrantes italianos do oeste catarinense*. 2 ed., Chapecó, Ed. Universitária, 2000.

OUTRAS FONTES

Folha do Povo, Maio/57 – Setembro/67. Coleção Incompleta (9ns.), Semanário.

Gazeta do norte, Dezembro/54, Agosto/61. Coleção Incompleta (65ns.), mensal.

Paraná – Jornal/1947

A notícia – Agosto – Setembro/50 (2ns.)

